



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

BRUNA MARCOS VELHO

**PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL
DOS NEGROS NO BRASIL: ESTUDO A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DOS
NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC**

**CHAPECÓ
2020**

BRUNA MARCOS VELHO

**PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL
DOS NEGROS NO BRASIL: ESTUDO A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DOS
NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus de Chapecó – SC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Claudécir dos Santos.

CHAPECÓ
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Velho, Bruna Marcos
PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA
EDUCACIONAL DOS NEGROS NO BRASIL: ESTUDO A PARTIR DA
REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA,
SC / Bruna Marcos Velho. -- 2020.
153 f.:il.

Orientador: Doutor Claudecir dos Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Chapecó, SC, 2020.

1. Negros no Brasil. 2. Contrato Racial. 3. Políticas
Educaçãois. 4. Representatividade. 5. Concórdia (SC).
I. Santos, Claudecir dos, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

BRUNA MARCOS VELHO

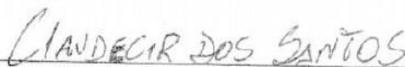
**PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL
DOS NEGROS NO BRASIL: ESTUDO A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DOS
NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da
Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Educação.
Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca examinadora em: 08/10/2020

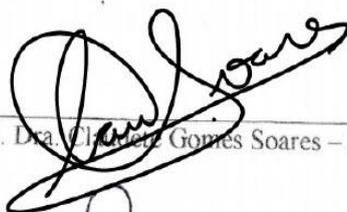
Orientador: Prof. Dr. Claudecir dos Santos

Defesa em: 08/10/2020

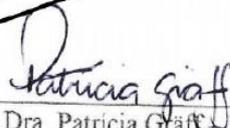
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Claudecir dos Santos - UFFS
Orientador



Profa. Dra. Claudete Gomes Soares – Membro externo - UFFS



Profa. Dra. Patricia Graff - Membro interno - UFFS



Profa. Dra. Adriana Maria Andreis - Membro suplente - UFFS

Dedico ao meu bisavô: Francisco de Oliveira;
e a minha avó: Ondina de Oliveira; alicerces
deste trabalho, por suas trajetórias de vida em
nossa família.

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho, em especial, a minha família que tanto me apoiou em todos os momentos.

Ao meu orientador e professor Claudécir dos Santos, por todas as leituras e releituras em conjunto e individualmente. Por acreditar neste tema, na pesquisa e na pesquisadora com tanta seriedade. Pelo conhecimento repassado e compartilhado.

Ao meu esposo e companheiro Reginaldo, por acreditar e apoiar os meus sonhos, dividindo conquistas e realizações, principalmente pela paciência e sabedoria em todos os momentos.

Aos meus pais Iracema e Aristeu, por me apoiarem mesmo à distância, acreditando nos meus sonhos.

Aos meus colegas, que com suas diferentes profissões e experiências, compartilharam alegrias, ansiedades e suas pesquisas.

A toda minha família, que sempre contou suas histórias e que embasou o tema desta produção. Principalmente ao meu bisavô materno: Francisco de Oliveira; e avó materna: Ondina de Oliveira. Suas histórias são emocionantes e marcaram minha vida, sendo minhas inspirações diárias.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS. Universidade criada para toda a comunidade e por pessoas que idealizaram e colocaram em prática um espaço de construção de conhecimento e produção da ciência.

A todos os professores do Programa, que com seus conhecimentos, passaram muito mais que conteúdo, nos mostraram caminhos para a pesquisa e produção científica.

Às professoras da banca, que aceitaram participar e contribuir com esta produção, fazendo as leituras, apontando livros e indicações que contribuíram para o resultado desta pesquisa.

Enfim, a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para esta trajetória de dois anos de produção e pesquisa. Aos amigos, familiares e conhecidos que sempre ofereceram uma palavra e um ombro amigo. Além, da minha própria persistência, garra e vontade de apreender, de ouvir e de lutar por causas que considero muito importantes, como a educação e a população negra.

“Para que a discussão se amplie é fundamental compreender que estamos em um lugar de tratamento diferente. É preciso reconhecer o racismo” (FRANCO, 2018, p. 1).

RESUMO

Esta pesquisa volta-se à trajetória educacional dos negros no Brasil e problematiza questões étnico raciais, que evidenciam a presença de um *Contrato Racial* envolvendo a população afrodescendente brasileira. Entretanto, em função da abrangência do tema, a pesquisa tomou como referência o município de Concórdia, SC, e procurou perceber as relações da educação com o grau de representatividade dos negros nesse município. O objetivo do estudo, portanto, consiste em analisar ações e reações da educação formal frente à gênese e consequências dos processos de subjugação dos negros em diferentes segmentos sociais, ocorridos desde o período colonial até nossos dias. Nesse sentido, seguindo a tese defendida por Charles W. Mills (1997), que aponta o *Contrato Racial* (*The Racial Contract*) como um dispositivo político, moral e epistemológico que assinala uma realidade histórica de exploração legitimada pelo Estado-nação, a presente pesquisa debate as implicações da Lei 10.639 de 2003 (alterada para Lei 11.645 de 2008) e procura responder as seguintes questões: a) em que medida os processos e as políticas educacionais brasileiras revelam a presença de um *Contrato Racial* na trajetória educacional dos negros no Brasil?; b) considerando a realidade educacional e a representatividade dos negros no município de Concórdia, SC, em que circunstâncias e proporções se tornam possíveis as correspondências entre educação, representatividade e superação de preconceitos? No que diz respeito ao procedimento metodológico, a pesquisa se estrutura na análise bibliográfica/documental, através de autores que abordam a história do acesso da educação da população negra no Brasil e as leis que estabeleceram as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Além disso, a pesquisa conta com uma investigação empírica com representantes de diferentes segmentos sociais do município de Concórdia e em três Instituições: Secretaria Municipal de Educação; Coordenadoria Regional de Educação; e Organização Negra de Concórdia (NIARA/OSCIP). A interpretação dos dados está fundamentada na metodologia da Análise de Conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin. A análise e interpretação das entrevistas e demais abordagens sobre o tema foram realizadas através do processo de categorização. Ou seja, a compreensão dos resultados da pesquisa se associa às categorias de análise que emergiram antes e depois das entrevistas. Por fim, importa dizer que, apesar da complexidade do tema e da ciência de uma contínua reflexão crítica sobre ele, esta pesquisa pode constatar que o racismo, aquele velado, mascarado e naturalizado, perceptivo nas falas pejorativas, nos olhares discriminatórios etc., tornou-se estrutural na sociedade brasileira e precisa ser discutido. Esta constatação se estende ao município de Concórdia/SC., e se fez perceptível, sobretudo, através das falas dos entrevistados. Portanto, voltar-se à trajetória educacional dos negros no Brasil, tendo um município brasileiro como lugar da pesquisa acerca da representatividade dos negros, revelou-se uma condição profícua para debatermos sobre o assunto, bem como aprofundarmos as demais questões propostas pela pesquisa.

Palavras-chave: Negros no Brasil. Contrato Racial. Políticas Educacionais. Representatividade. Concórdia (SC).

ABSTRACT

This research focuses on the educational trajectory of blacks in Brazil and discusses racial ethnic issues that evidence the presence of a Racial Contract involving the Brazilian Afro-descendant population. However, due to the scope of the theme, the research took as reference the municipality of Concórdia, SC., and sought to understand the relationship between education and the degree of representation of blacks in this municipality. The objective of the study, therefore, consists of perceiving formal education actions and reactions in face of the genesis and consequences of the subjugation processes of blacks in different social segments, which occurred from the colonial period to the present. In this sense, following the thesis defended by Charles W. Mills (1997) that points out the Racial Contract (The Racial Contract) as a political, moral and epistemological device that marks a historical reality of exploitation legitimized by the nation-state, this research debates the implications of Law 10,639 of 2003 (changed to Law 11,645 of 2008) and seeks to answer the following questions: a) to what extent do Brazilian educational processes and policies reveal the presence of a Racial Contract in the educational trajectory of blacks in Brazil ?; b) considering the educational reality and the representativeness of blacks in the municipality of Concórdia, SC., under what circumstances and proportions are possible the correspondences between education, representativeness and overcoming prejudices? With regard to the methodological procedure, the research is structured in the bibliographic / documentary analysis, through authors who address the history of access to education for the black population in Brazil and the laws that established the guidelines and bases of national education to include in the curriculum official of the education network the mandatory theme "History and Afro-Brazilian and indigenous culture". In addition, the research has an empirical investigation with representatives from different social segments in the municipality of Concórdia, and in three institutions: Municipal Education Department; Regional Education Coordination; and in the black organization of the municipality (NIARA/OSCIP). Data interpretation is based on the Content Analysis methodology, developed by Laurence Bardin. The analysis and interpretation of the interviews and other approaches on the topic were carried out through the categorization process. That is, the comprehension of the research results is associated with the categories of analysis that emerged before and after the interviews. Finally, it is important to say that, despite the complexity of the theme and the science of continuous critical reflection on it, this research can verify that racism, that veiled, masked and naturalized, perceptive in pejorative speeches, discriminatory looks etc., made structural in Brazilian society and needs to be discussed. This finding extends to the municipality of Concórdia/SC., and was made noticeable, mainly, through the interviewees' statements. Therefore, turning to the educational trajectory of blacks in Brazil, with a Brazilian municipality as the place of research on the representativeness of blacks, proved to be a fruitful condition for us to debate on the subject, as well as to deepen the other questions proposed by the research.

Keywords: Blacks in Brazil. Racial Contract. Educational Policies. Representativeness. Concórdia (SC).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Disparidades entre pessoas brancas, pretas e pardas.....	76
Ilustração 2 – Localização do município de Concórdia, em Santa Catarina.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo Demográfico do Município de Concórdia (SC).....	79
Tabela 2 – PNAD C: Distribuição da População por cor ou raça.....	90
Tabela 3 – Distribuição da população pela região Sul e Norte do Brasil.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções Científicas: Teses e Dissertações.....	26
Quadro 2 – Entrevista (Inquérito acerca das representatividades dos negros no município de Concórdia, SC).....	30
Quadro 3 – Construção da Pesquisa.....	94
Quadro 4 – Entrevistas e entrevistados.....	94
Quadro 5 – Categoria do Racismo.....	97
Quadro 6 – Categoria da Educação.....	111
Quadro 7 – Categoria da Educação – Acesso e permanência na educação.....	112
Quadro 8 – Perfil das Pessoas Envolvidas.....	123
Quadro 9 – Categoria do Racismo – Preconceito pela cor da pele.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Setores da Economia.....	107
--------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

ACIC – Associação Empresarial de Concórdia
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM – Banco Mundial
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
FAFIUV – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória
FMC – Fundação Municipal de Cultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEAD – Núcleo de Estudos Afrodescendentes
NIARA/OSCIP – Organização Negra de Concórdia
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
PR – Paraná
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SC – Santa Catarina
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNC – Universidade do Contestado
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná campus de União da Vitória
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2.1 APORTE TEÓRICO	25
2.2 ENTREVISTAS	28
3 A POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL	34
3.1 O CAMINHO E A CHEGADA DOS AFRICANOS AO BRASIL.....	34
3.2 ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL	38
3.3 ASPECTOS DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS	46
3.4 O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL	53
4 A EXISTÊNCIA DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA RELAÇÃO ENTRE RAÇA E RACISMO	63
4.1 A ESCRAVIDÃO COMO PRÁTICA DE UM CONTRATO RACIAL NO BRASIL	71
4.2 A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E SOCIAL DOS NEGROS NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS	73
5 PROCESSO HISTÓRICO E POPULACIONAL DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC)	78
5.1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA	80
5.2 UMA RELAÇÃO ENTRE A CULTURA E A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC)	85
5.3 REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC): BREVES APONTAMENTOS	89
6 CATEGORIAS DE ANÁLISE	94
6.1 CATEGORIZAÇÃO	95
6.1.1 Categoria 1 – Racismo.....	96
6.1.2 Categoria 2 – Representatividade	106
6.1.3 Categoria 3 – Educação.....	110
6.1.4 Categoria 4 – Política Pública.....	116
7 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E ENTIDADE DA EDUCAÇÃO E CULTURA NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA	121

7.1 CATEGORIA 1 – RACISMO.....	123
7.2 CATEGORIA 2 – EDUCAÇÃO.....	125
7.3 CATEGORIA 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	127
7.4 CATEGORIA 4 – RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	130
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Entrevista com a população negra	144
APÊNDICE B – Entrevista: Organização Negra de Concórdia (NIARA/OSCIP)	145
APÊNDICE C – Entrevistas: Secretaria de Municipal de Educação e Coordenadoria Regional de Educação.....	146
ANEXO A – Jornal Integração	147
ANEXO B – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições envolvidas – NIARA/OSCIP	148
ANEXO C – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições envolvidas – Secretaria municipal de Educação de Concórdia (SC).....	149
ANEXO D – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições envolvidas – Coordenadoria Regional de Educação.....	150
ANEXO E – Quadro 9: Categoria do Racismo – Preconceito pela cor da pele	151

1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica e cultural da população negra no Brasil merece ser continuamente refletida. Isso porque, ao abordar a história, sua cultura e costumes, assim como o processo de escravização, estamos revivendo a história de um país e da estruturação do povo brasileiro.

São vários os estudos com esse foco investigativo, nos apoiamos em alguns deles para a realização desta pesquisa, mas, com base e para além do que já foi escrito e divulgado, o que pretendo neste trabalho, fundamentado nas teses defendidas por Charles W. Mill, é problematizar a existência de um *Contrato Racial*. Esse contrato representa um “acordo” de inferiorização da população negra, sendo perceptível nas reivindicações e nos processos de inserção nos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Considerando a amplitude desses segmentos, bem como as proposições da linha de pesquisa 1: Políticas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nossa opção foi direcionar a pesquisa ao ambiente educacional. A linha de pesquisa em Políticas Educacionais, de um modo geral, discute a relação entre Estado e sociedade civil nos contextos social, econômico e cultural, além dos processos de produção, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais. Assim, os estudos da linha 1 e a produção desta pesquisa produziram tais temáticas através dos estudos da própria Lei 10.639 de 2003 alterada para Lei 11.645 de 2008.

Conforme os estudos já realizados apontam, através dos dados oferecidos por órgãos ligados à educação, Ministério da Educação (MEC) e Secretarias de Educação nos níveis nacional, estadual e municipal, é possível analisar a inserção dos afrodescendentes em diferentes segmentos da sociedade e, com isso, desenvolver diversos estudos, incluindo a criação e execução das políticas públicas, de governos e de Estado, voltadas às demandas da população negra. Isso pode ser verificado em reportagens como: O MEC lança programa para afrodescendentes (MEC, 2005); Lei obriga ensino de história e cultura afro (MEC, 2007); Museu da memória afro contará a história dos negros no Brasil (MEC, 2018); Educação para as relações étnico-Raciais (MEC, 2020); e Núcleo de Estudos Afrodescendentes – NEAD (SED, 2020). As reivindicações, independentemente de onde emergem, ou seja, de atores coletivos, grupos e movimentos sociais, direta ou indiretamente, revelam traços da sociedade brasileira, à problematização.

Essa pesquisa volta-se à temática étnico racial envolvendo a educação da população negra no Brasil. E, sobre isso, problematiza a existência de um possível Contrato Racial na

trajetória da população negra no Brasil. Entretanto, em função da abrangência do tema, a pesquisa tomou como referência o município de Concórdia, SC, com o propósito de perceber em que medida os processos educacionais vivenciados por diferentes segmentos da sociedade concordiense revelam a presença de um Contrato Racial.

Com base nesse recorte, a análise acerca da representatividade dos negros no município de Concórdia, região localizada no oeste do estado de Santa Catarina, aconteceu através do estudo das Leis nº 10.639 de 2003 e Lei nº 11.645 de 2008 e da interpretação de suas aplicabilidades na educação básica concordiense, conforme observações da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Além disso, a pesquisa teve a participação da NIARA (nome que deriva do termo extraído do idioma mais falado no continente africano - banto - e que significa: justo, correto, direito) – Organização Civil de Interesse Público (OSCIPI), organização não-governamental e sem fins lucrativos que tem como finalidade combater práticas de discriminação contra pessoas de origem africana e indígena, e demais representantes da sociedade concordiense que participaram das entrevistas.

A importância deste estudo decorre da necessidade de uma contínua reflexão acerca da história dos negros no Brasil e do lugar da branquitude, na constituição formada por hierarquias. Especialmente, em épocas de inversões de acontecimentos e construção de narrativas que disseminam notícias falsas e, conseqüentemente, contribuem para o aumento do preconceito étnico e racial. Soma-se a esse fato outra importante motivação do estudo: a trajetória histórica e social da pesquisadora.

Sobre essa motivação, vale registrar: meu bisavô materno, Francisco de Oliveira, conhecido como Chico Preto, que nasceu nos anos de 1900 e viveu até os meados da década de 1990, tem uma história ligada à escravidão do Brasil. Meu avô nasceu em um país que já havia, há doze anos, declarado o fim da escravidão, mas, na realidade, ainda não havia se consolidado como abolicionista. Como consequência disso, ele foi escravizado a maior parte da sua vida, não teve direito ao acesso à educação, e foi “alfabetizado pelo *MOBRAL* aos 80. Assina bem o nome, mas não enxerga para ler e ver fotografias” (INTEGRAÇÃO, 1988, p. 2). A família Oliveira relata momentos difíceis que Chico Preto presenciou, mas com enorme orgulho de ter uma representação como essa em nossa história.

Esse pequeno recorte temporal e espacial tem a intenção de esclarecer que, seguindo as exigências acadêmicas, esta pesquisa não ignora a trajetória da pesquisadora. Por considerar a importância da identificação do “lugar de fala” na condução de uma investigação de cunho científico.

A trajetória motivou novas buscas sobre a educação da população negra. Assim, a temática em estudo começou a ser aprofundada por meio da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciada em 2015 e concluída em 2016, que proporcionou um estudo entrelaçado com a diversidade nos espaços escolares, a partir de questões que permeiam as relações étnico-raciais.

A minha formação inicial e a carreira profissional têm se constituído no campo da Licenciatura em Geografia, que apresenta conceitos e categorias importantes para a produção deste trabalho, principalmente ligados ao recorte temporal e espacial da pesquisa. Porém, foi com a especialização que aconteceram os primeiros contatos com os estudos de raça e racismo e sobre como esses se constituem no espaço escolar, o que resultou na produção científica, monografia, intitulada: “Espaço Escolar - diversidade étnica e a luta pela igualdade”, com a orientação do professor doutor Marcelo Henrique Romano Tragtenberg. Dessa forma, a partir dessa primeira produção estruturou-se um projeto para ingressar no Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em 2018. O interesse pela área da educação decorre das minhas experiências profissionais e da importância de trabalhar conceitos sociais e raciais com toda a comunidade escolar e não apenas com uma disciplina específica.

As primeiras evidências empíricas que fazem parte deste estudo emergem das investigações iniciais da pesquisadora sobre o tema. Talvez, em função da minha atuação na NIARA, em meu trabalho como professora na rede pública e privada de Ensino Básico e Superior, constantemente, sou provocada a responder questões relacionadas à cor da pele, ao mesmo tempo em que se tornam evidentes no dia a dia, que há pessoas pardas e pretas na população concordiense. Frente a isso, a primeira interrogação que me vem à mente é sobre o porquê da necessidade de muitos em procurar explicações e/ou justificativas para acontecimentos que deveriam fazer parte da normalidade de uma sociedade democrática, livre e plural. Dessa interrogação surgiu outra dúvida: como estão inseridos os negros do município de Concórdia e como eles pensam as questões sociais, educacionais e culturais que envolvem os afrodescendentes no município?

Refletir sobre esse cenário está exigindo um esforço para além das atividades do cotidiano, daí a necessidade de uma pesquisa em nível *Stricto Sensu*. Paralelo à investigação, nas discussões junto ao Grupo de Pesquisa Educação, Filosofia e Sociedade (GPEFS), do qual faço parte, estamos aprofundando o debate sobre políticas educacionais e outras questões de cunho filosófico, sociológico e educacional, com o intuito de melhor compreender esse cenário e assim poder contribuir de forma mais organizada para o estudo dessa temática.

Tendo como recorte a representatividade dos negros no município de Concórdia, SC, a pesquisa objetiva analisar as ações e reações da educação formal frente à gênese e consequências dos processos de subjugação dos negros em diferentes segmentos sociais, ocorridos desde o período colonial até os nossos dias.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa tem como proposta: 1) refletir acerca das questões históricas da população negra, em especial, sobre as que legitimaram ou deslegitimaram o acesso dos negros à educação; 2) analisar a existência de um Contrato Racial na trajetória educacional dos negros no Brasil e no município de Concórdia; 3) identificar as relações entre a educação e o processo de inserção dos negros nos diferentes espaços da sociedade concordiense; 4) conhecer onde estão inseridas as pessoas negras do município de Concórdia, e problematizar o racismo a partir das narrativas dos participantes da pesquisa; 5) provocar um debate sobre as estratégias de lutas e combate ao racismo em nível regional e nacional.

A pesquisa parte do pressuposto de que, a defesa da educação enquanto um fator de ascensão social não é apenas uma *ideia-força* utilizada a *bel-prazer* por quem quer apoio na luta por justiça social. Obviamente, não são poucas as pessoas e/ou instituições que a utilizam com interesses não condizentes com a busca pela justiça social, mas mesmo esses, ao citarem números e exemplos, admitem a estreita relação entre educação e ascensão social.

Seguindo esse raciocínio, a pesquisa enfatiza duas abordagens gerais: o acesso dos negros à educação e a relação da educação com a representatividade dos negros. No que diz respeito à primeira abordagem, a pesquisa discute uma questão que, no caso brasileiro, apresenta-se de modo paradoxal, ou seja, se a educação é um direito social constitucional, um fator de ascensão social, portanto, por que ainda assim é preciso leis específicas para a vivência desse direito? Em relação à representatividade dos negros, com base nas entrevistas realizadas no município de Concórdia, SC, a pesquisa problematiza fatores históricos, sociais, políticos, religiosos e culturais que influenciaram e “determinaram” a presença dos negros em diferentes espaços de trabalho e convívio social, e relaciona-os com o direito à educação e os processos emancipatórios por ela proporcionados.

É nesse contexto que se inscreve a problemática central dessa pesquisa. Ao explorar essas duas abordagens – o acesso dos negros à educação no Brasil, e a relação da educação com a representatividade dos negros –, a pesquisa problematiza questões étnico raciais que evidenciam a presença de um Contrato Racial estabelecido nas relações entre seres humanos e entre seres humanos e instituições.

Assim sendo, no primeiro capítulo da pesquisa, “Procedimentos Metodológicos”, consta a explicação de como aconteceu o percurso investigativo. O capítulo está dividido em duas seções: a primeira apresenta um mapeamento das produções (teses e dissertações) já desenvolvidas sobre o tema. Nesse caso, foi utilizado como fonte de base a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). E a segunda explica a metodologia escolhida para responder aos anseios da pesquisa.

O segundo Capítulo, “A população negra e o acesso à educação no Brasil”, está subdividido em quatro seções que abordam a história, a cultura e a sociedade dos africanos e afrodescendentes (como chegaram no Brasil, desenvolveram seus costumes e fizeram suas/nossas histórias). De caráter bibliográfico e documental, a escrita do capítulo se ocupou dos relatos e documentos que demonstram o acesso da população negra à educação, e/ou a negação dele. A intenção do capítulo é fazer uma descrição da história dos processos educacionais, socioeconômicos e culturais no Brasil. Esse capítulo também aborda o papel do Estado e a formulação das políticas públicas educacionais para a população negra, envolvendo um estudo do contexto em que o negro é inserido, suas resistências e lutas pela igualdade nos diferentes espaços da sociedade.

Como sabemos, os africanos foram trazidos do continente, entre os séculos XVI e XIX, servindo de mão de obra escrava no novo território, conhecido como Brasil. “O tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no Novo Mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas” (ALENCASTRO, 2018, p. 57). Essa população africana que fora trazida para trabalhar nos campos contou com muitos escravos que adentaram o país.

Independente dos números, estamos falando de seres humanos que foram deixados à margem dos processos de desenvolvimento da sociedade brasileira. As primeiras Constituições nacionais, e até mesmo o projeto da abolição que culminou com a Lei Áurea de 1888, são exemplos de movimentos que tiveram inúmeras dificuldades para conjugar liberdade, cidadania e dignidade da população negra no Brasil. Aliás, como destaca Wlamyra de Albuquerque (2020), “depois da abolição, o Estado sofisticou mecanismos de exclusão e o projeto de abolição vitorioso relegou parte da população a uma espécie de *subcidadania*” (INSTITUDO-VEREDAS 2020, p. 1). Mas, se “nem tudo são flores”, também não podemos dizer que não houve avanços do ponto de vista legislativo. De todo modo, em função desse controverso contexto, consideramos necessário escrever um capítulo sobre a população negra e o acesso à educação no Brasil, assim conseguimos fundamentar e dar mais consistência à presente pesquisa.

O terceiro Capítulo, “A existência de um Contrato Racial na trajetória histórica da educação da população negra: uma relação entre raça e racismo”, subdividido em duas seções, busca retratar a supremacia branca no Brasil, por meio da análise do conceito de raça e racismo. Esse capítulo explora o conceito de Contrato Racial, desenvolvido por Charles W. Mills, destacando-o como um dispositivo político, moral e epistemológico que assinala uma realidade histórica de exploração legitimada pelo Estado-nação. Através dessa “prática de contrato” que subjuga partes envolvidas, o capítulo analisa a configuração de um contrato racial na trajetória educacional dos negros no Brasil.

Na sequência, no quarto Capítulo, “Processo histórico e populacional dos negros no município de Concórdia (SC)”, a pesquisa apresenta, de modo breve, a história do município de Concórdia, destacando os principais pontos de discussões da trajetória histórica e cultural que influenciaram a colonização e o povoamento do município, trazendo informações e problematizações sobre a formação dos aspectos históricos, culturais, sociais e educacionais da população do município.

O capítulo quinto, “Categorias de análise”, apresenta a transcrição das entrevistas e análise por meio da categorização. Os questionamentos da pesquisa empírica estão articulados com a pesquisa bibliográfica, pois abordam o acesso à educação dos entrevistados, o conhecimento deles em relação às políticas públicas da população negra, o que sentem e como vivenciam a cor da sua pele. Além disso, expõe a compreensão de como perceber o racismo no município de Concórdia.

No sexto capítulo, “O papel das instituições e entidade da educação e cultura no município de Concórdia”, estão as categorias para analisar as entrevistas realizadas com a Secretaria Municipal de Educação, a Coordenadoria Regional de Educação e a Organização Negra de Concórdia (NIARA/OSCIP).

Por meio das entrevistas e dos apontamentos diversos sobre a temática, a pesquisa destaca que se faz necessária a continuidade de estudos que resgatem à importância do acesso à educação, principalmente, para a população negra. De forma geral, as narrativas trouxeram relevantes observações no que se refere à trajetória histórica, educacional e às políticas públicas para a população negra. Além disso, permitiram uma reflexão sobre o racismo e sua estrutura na sociedade concordiense.

Por fim, importa dizer que existem pessoas pardas e pretas em vários segmentos da sociedade concordiense, com histórias e narrativas singulares. Muitas vezes são as únicas pessoas negras que fazem parte do seu setor profissional, social e familiar. A grande maioria já presenciou ou sentiu na própria pele o preconceito racial, fato que foi interpretado pelos

entrevistados como racismo, aquele velado, mascarado e estrutural. Nesse processo, a educação e as políticas públicas educacionais foram pontos positivos destacados para que o racismo e o desrespeito às diferenças sociais e culturais possam ser combatidos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ciência se desenvolve ancorada em métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a investigação de hipóteses e conclusões acerca de objetos investigados. Isso não torna a ciência infalível, mas permite que pessoas e instituições conheçam os caminhos das investigações que levaram aos resultados apresentados. Portanto, descrever a abordagem metodológica que amparou uma pesquisa acadêmica, independente do campo científico ao qual ela está vinculada, faz parte dos requisitos recomendados aos pesquisadores. De acordo com essa compreensão, neste capítulo, apresentamos o caminho percorrido na pesquisa acerca dos procedimentos metodológicos presentes no desenvolvimento dessa Dissertação.

Quanto aos modos de investigação que permitiram o estudo da temática investigada, a Dissertação envolveu: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Quanto aos procedimentos operacionais (análise e interpretação bibliográfica, documental e de entrevistas), recorreremos à Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Consideramos apropriada a essa pesquisa a aplicação da Análise de Conteúdo, descrita como um método de pesquisa por Bardin (2011), porque, segundo a autora, esse método envolve “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p. 15).

Na perspectiva de Bardin, uma investigação com viés científico precisa guiar-se por um método concreto e operacional, sendo necessárias algumas opções para a edição revista e ampliada da sua produção, sendo elas: a evolução da análise de conteúdo, as produções/práticas, análise das categorias/método e as técnicas. Para todas essas opções será necessário considerar dois polos, “o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2011, p. 15). É importante ressaltar que enquanto método, a Análise de Conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 37), que se utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição das mensagens. Nesse caso, para o/a investigador/a que está conduzindo e delimitando a pesquisa são necessárias técnicas e interpretações com rigor metodológico, que se estruturam através da prática de produção científica. Portanto, de acordo com as indicações de Bardin (2011), uma pesquisa que tem como método a Análise de Conteúdo deve considerar duas etapas principais: coleta e análise de dados. A seguir, destacamos aspectos dessas duas etapas que fizeram parte da Dissertação.

2.1 APORTE TEÓRICO

Para a primeira etapa da pesquisa, após a definição do objeto de estudo - os negros no Brasil, com ênfase no município de Concórdia (SC) -, ocorreu por meio da coleta e a análise dos dados sobre o estudo em questão. Foi realizado um levantamento de dados tendo como base o objeto da pesquisa, por meio de um mapeamento de produções acadêmicas (dissertações e teses) na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesse procedimento, foram utilizados na busca os seguintes descritores: “O acesso e a educação dos negros no Brasil”, delimitando o período dos últimos sete anos, entre 2013 a 2019¹; “Contrato Racial”, que levou em consideração os anos de 2000 a 2019²; e, “Representatividade dos Negros”, que considerou o intervalo entre 2013 a 2019. O resultado apontou 71 dissertações e teses. Dessas produções, 19 para o primeiro descritor, 24 para o segundo e 28 para o terceiro, foram analisadas 12 dissertações e teses, conforme descrição no Quadro 1. Os critérios de seleção levaram em consideração as produções científicas que mais se aproximaram desta pesquisa, analisando o resumo e as palavra-chaves das teses e dissertações.

O exercício de observar o que já foi produzido sobre a temática, em termos de pesquisa acadêmica, permitiu uma sistematização das discussões envolvendo a temática. Seja de forma direta ou indireta, mas, além disso, permitiu constatar que em relação ao acesso e a educação dos negros no Brasil, por exemplo, a Lei 10.639/03, alterada para a Lei 11.645/08 aparece como parte desse descritor, mas ainda sem apresentar reflexões que permitam associar os desdobramentos das Leis com a representatividade dos negros. O mesmo acontece com o Contrato Racial e a própria representatividade. Em síntese, seguindo esses descritores, percebemos que as produções selecionadas, mesmo as que tratavam de forma mais direta do papel dos negros e da representatividade em diferentes espaços, não apresentavam reflexões resultantes de pesquisas com abordagem metodológica semelhante à pesquisa que estávamos desenvolvendo. Essas constatações foram sugestivas quanto à continuidade do nosso estudo.

O mapeamento das produções indicou que há espaço e relevantes motivos para a continuidade e aprofundamento do debate sobre esse tema, seja a nível nacional, seja a nível regional e local, nesse caso, o município de Concórdia. O quadro abaixo apresenta a síntese desse mapeamento.

¹ A delimitação da pesquisa entre os anos de 2013 a 2019 foi escolhida, pois buscou-se as pesquisas científicas mais recentes sobre o tema. Principalmente, porque é um tema atual, com base em processos históricos e sociais que apresentam poucas produções.

² A delimitação dos anos de 2000 a 2019 se justifica pelas poucas pesquisas encontradas nos últimos cinco anos, assim buscou-se delimitar um período maior.

Quadro 1- Produções Científicas: Teses e Dissertações.

Ano/Instituição	Tipo de Produção	Título	Autor	Palavra- Chave
2013/Unesp	Dissertação	Identidades secretas: representações do negro nas Histórias em quadrinhos norte-americanas	Romildo Sergio Lopes	Histórias em quadrinhos Negros Identidade Comunicação
2013/USP	Tese	O papel do negro e o negro no papel: representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros	Nobuyoshi Chinen	Cultura Afrobrasileira Humor Gráfico Identidade Negro Quadrinhos
2013/UFSC	Dissertação	O teatro brasileiro e a vida encenada	Josiane Costa Valeriano Goulart	Literatura, Literatura brasileira Teatro brasileiro Escravidão Negros Identidade Miscigenação
2014/Ufes	Tese	Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)	Gustavo Henrique Araújo Forde	História da educação Educação do Espírito Santo Movimento-
2014/Unicamp	Dissertação	A poesia das ruas, nas ruas e estantes: eventos de letramentos e multiletramentos nos saraus literários da periferia de São Paulo	Mariana Santos de Assis	Literatura popular Literatura marginal Letramento Multiletramentos
2014/UFRGS	Dissertação	História da educação da população negra no município de Alcântara – MA	Ricardo Costa de Sousa	História da educação Negros Alcântara (MA) Desigualdade social Analfabetismo
2015/USP	Tese	Saúde e escravidão na ilha de Santa Catarina (1850-1888)	Débora Michels Mattos	Escravidão Ilha de Santa Catarina Medicina

				Práticas populares de cura Saúde
2016/USP	Dissertação	A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo	Milena Guesso Leão de Lima	Assembleias Legislativas Estaduais brasileiras Mulheres negras Representatividade
2017/UFV	Dissertação	Paisagem universitária e a representação social do negro na Universidade Federal de Viçosa: caminhos percorridos de 1980 a 2015	Edimara Maria Ferreira	Negros Representações sociais Paisagens Ciências Humanas Geografia
2018/Unisinos	Dissertação	Identidade e representação sociais e raciais do afrodescendente na educação básica infantil	Simone Cristina Reis Conceição Rodrigues	Educação infantil Representações sociais Representações raciais Identidade étnico-racial Representatividade
2018/UFG	Dissertação	Sobre produção de mulheres negras nas ciências: uma proposta para a implementação da lei 10.639/03 no ensino de química	Regina Nobre Vargas	Ensino de química Lei 10.639/03 Mulheres negras Ciência
2018/Unisinos	Tese	O protagonismo feminino: Comunidade Quilombola Sítio Arruda em Araripe – Ceará	Márcia Leyla de Freita Macêdo Felipe	História oral Quilombo Mulher quilombola Protagonismo feminino

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

As pesquisas selecionadas foram importantes para delimitarmos os caminhos da Dissertação, principalmente, no que se refere às interpretações de conceitos e compreensões de conteúdos relacionados à temática. Ademais, também contribuíram para a reescrita de

objetivos, hipóteses e problemática de investigação com os/as quais temos nos ocupados nos últimos anos.

Acompanhando a primeira parte da pesquisa, a qual Bardin (2011) destaca como a parte que, “situa a análise de conteúdo atual no plano cronológico e epistemológico” (BARDIN, 2011, p. 55). Em paralelo ao mapeamento das produções sobre o tema, aconteceu a leitura e interpretação das produções bibliográficas selecionadas como bases teóricas às reflexões sobre a temática investigada.

Sobre esse referencial que fez parte da fundamentação teórica desta dissertação, foram estudadas obras de pesquisadores que desenvolveram/desenvolvem estudos sobre os negros e o acesso à educação no Brasil, e nisso se inclui a Lei 10.639/03, alterada para a Lei 11.645/08. Nesse estudo, procuramos organizar uma cronologia da história da inserção dos negros na educação brasileira, estabelecendo um período que engloba a colonização, o pós-abolição e o contexto atual de políticas públicas educacionais formalizadas.

Ainda sobre o referencial bibliográfico, vale destacar as leituras sobre um dos conceitos-chave desta dissertação: o Contrato Racial. A esse respeito nos concentramos na obra “Contato Racial” e no texto “Contrato de Dominação”, de Charles Mills, bem como na tese de Doutorado de Aparecida Sueli Carneiro, intitulada: “A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser”, defendida em agosto de 2005.

Quanto aos documentos, fizeram parte da investigação o Estatuto da NIARA/OSCIP e demais documentos disponibilizados por essa instituição, que trataram de ações já desenvolvidas com a população negra, e documentos sobre a história do município de Concórdia.

Do aporte teórico dessa literatura emergiu a necessidade de ouvir pessoas para saber como elas percebem os alcances da temática em estudo, em particular, como elas enxergam a representatividade do negro em diversos segmentos sociais. Foi nesse contexto que as perguntas que fizeram parte das entrevistas foram elaboradas e, na sequência, submetidas ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade.

2.2 ENTREVISTAS

As entrevistas fizeram parte dos procedimentos operacionais por considerarmos que, na comparação com a análise bibliográfica e documental, elas possibilitariam um olhar diferenciado à representatividade dos negros em diferentes setores da sociedade. Entre esses setores, além do educacional, elencamos os seguintes: econômico (incluindo comércio,

indústria, prestação de serviços e setor rural); cultural; religioso, saúde, político e segurança. Escolhemos esses setores por serem, também eles, representativos na sociedade concordiense.

As entrevistas também levaram em consideração as indicações de Bardin, especialmente, no que diz respeito à singularidade das falas dos entrevistados. Assim, diz ela: “qualquer pessoa que faça entrevistas conhece a riqueza desta fala, a sua singularidade individual, mas também a aparência por vezes tortuosa, contraditória, com buracos, com digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras” (BARDIN, 2011, p. 94).

Conforme veremos na exposição dos dados, as entrevistas ajudaram a problematizar as discussões acerca das evidências de um Contrato Racial, estabelecido nas relações entre seres humanos e entre seres humanos e instituições.

O critério de inclusão dos entrevistados considerou: homens e mulheres, acima de 18 anos de idade até 90 anos de idade, não precisando ser natural do município de Concórdia. Quanto ao número de entrevistados, em um primeiro momento seriam, aproximadamente 20 entrevistas divididas na seguinte forma: três destinadas para as instituições NIARA/OSCIPI; Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação, com a participação de um representante legal para responder às questões. E, as outras 17 entrevistas, com pessoas que se autodeclararam pardas ou pretas do município, que expressaram suas representatividades. Porém, no decorrer da pesquisa surgiu a possibilidade e necessidade de ampliá-las. Assim, no total foram 33 entrevistas realizadas. Nos segmentos da política e da saúde foram encontradas duas pessoas ao final das entrevistas, esse foi um dos motivos do acréscimo. O segmento da segurança pública e prestação de serviços envolveram pessoas que atualmente não residem mais no município, mas aceitaram participar da pesquisa. A ampliação também ocorreu no momento da realização das entrevistas, onde os entrevistados sugeriram novos nomes para a pesquisa.

As etapas principais do desenho da pesquisa foram efetivadas no segundo semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020. No primeiro momento foi enviado o projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS), sendo aprovado em setembro de 2019, sob parecer de aprovação número 15937719.7.0000.5564. A partir da análise e dos apontamentos da banca de qualificação foram realizadas modificações nas entrevistas, para que os objetivos da pesquisa fossem atingidos. No primeiro semestre de 2020 houve o contato com os entrevistados.

O roteiro de entrevista, inquérito semiestruturado, foi organizado pela pesquisadora. Com um tempo de duração de aproximadamente 10 a 40 minutos, as entrevistas foram

gravadas para facilitar a transcrição das informações e armazenadas em arquivo digital. Utilizou-se a transcrição manual e direta, mantendo o anonimato dos entrevistados.

A realização das entrevistas ocorreu nos meses de março, abril, maio e junho de 2020. Em decorrência da pandemia ocasionada pelo Coronavírus, que coincidiu com o período das entrevistas e exigia o isolamento social, buscaram-se as orientações para realização dos inquéritos, por meio da ciência e de sites da saúde, como o Ministério da Saúde (2020) sobre o novo vírus, conhecido como COVID-19. Assim, o contato ocorreu de maneira individual e presencial, com uso de máscara e luvas. Em alguns casos, as entrevistas ocorreram por meio da internet, com o uso do *Skype* (uma ferramenta de comunicação pela internet com contato de voz e vídeo), por e-mail e com auxílio do aplicativo *WhatsApp web*. Assim, as entrevistas ocorreram preservando-se a saúde de todos os envolvidos.

As entrevistas foram organizadas em blocos de perguntas, totalizando dez questionamentos, conforme mostra o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Entrevista (Inquérito acerca das representatividades dos negros no município de Concórdia, SC).

Primeiro Bloco – Familiar	
Número	Perguntas:
1	Em relação a sua trajetória de vida no município de Concórdia, como você a define: a) nasceu nessa cidade; b) nasceu em outra cidade. Em caso positivo, em qual cidade e com quantos anos veio morar em Concórdia; c) constituiu família no município de Concórdia?
2	Você já vivenciou algum tipo de preconceito em decorrência da cor da pele em seu ambiente familiar?
Segundo Bloco – Educacional	
Número	Perguntas:
3	Sobre sua trajetória escolar, você concluiu todos os níveis educacionais (educação básica e ensino superior)? Se não concluiu algum dos níveis educacionais, qual foi o motivo?
4	Você acredita que o acesso e a permanência educação é um fator de ascensão social? Por quê?
5	Você tem conhecimento sobre alguma política pública educacional para os negros, da qual você ou algum familiar/amigo já utilizou?
Terceiro Bloco – Profissional	
Número	Perguntas:
6	Qual setor profissional você atua: () educacional () segurança () saúde () comércio () indústria () político () religioso Outro: _____
Quarto Bloco – Geral	
Número	Perguntas:

7	Como você percebe e interpreta as questões relacionadas ao racismo no município de Concórdia?
8	Você conhece espaços ou organizações que tratam da cultura negra no município? Por fim, os entrevistados poderiam sugerir algum tema relacionado a população negra para debate na sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A metodologia de análise de dados foi realizada através do processo de categorização. Seguindo a metodologia de Análise de Conteúdo descrita por Bardin (2006), a pesquisa passou pelas três fases cronológicas: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2006, p. 95). Ao longo dessas fases, a escolha de categorias de análise para interpretação de dados possibilitou encontrar as qualidades de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade (BARDIN, 2006).

Conforme Bardin, a definição das categorias de análise é um procedimento que pode iniciar ainda no percurso da pesquisa, durante a codificação de documentos selecionados, ou seja, na fase de “exploração do material” (fase 2 das fases cronológicas). Contudo, é no tratamento dos resultados, na inferência e interpretação (fase 3 das fases cronológicas) que, geralmente, emergem as categorias que possibilitarão a análise e interpretação dos dados coletados. A ação de classificar elementos em categorias, segundo Bardin (2006), “impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros” (BARDIN, 2006, p. 14). Foi dessa forma, através da categorização – que a análise dos dados fora realizada. Algumas das categorias utilizadas foram criadas *a priori*, sendo elas “Racismo” e “Representatividade”. Enquanto “Relações Étnico Raciais”, “Educação” e “Política Pública” foram criadas *a posteriori*. Desta forma, a análise dos dados das entrevistas realizadas com a população negra do município de Concórdia está descrita no sexto capítulo. Enquanto, as entrevistas, executadas com as instituições educacionais e entidade da cultura estão expostas no sétimo capítulo da pesquisa.

No quesito da metodologia utilizada para a realização das entrevistas, como já foi destacado nesse capítulo, houve pessoas entrevistadas que eram do círculo profissional da pesquisadora, tanto na área da educação como na área da cultura. As entrevistas incluíram ainda, pessoas desconhecidas e que foram indicadas pelas pessoas entrevistadas.

Assim, a imparcialidade e a ética da pesquisa se mantiveram, principalmente, respeitando-se o lugar de fala de cada um. Primeiramente, havia planejado o contato direto e presencial com o entrevistado, porém por questões que vão além da pesquisa, ele não se concretizou. Então, foram replanejadas as entrevistas, de modo que a pesquisadora e o

orientador decidiram que se alguma entrevista não ocorresse presencialmente, poderiam ser utilizadas ferramentas digitais como *Skype*, *WhatsApp* e e-mail.

Nesse sentido, vale ressaltar que, em um primeiro momento, fiquei muito apreensiva com a situação. Porém, com a realização das entrevistas por meios digitais, percebi a riqueza que os entrevistados ofereciam, principalmente, porque todos fizeram relatos marcantes e importantes para a pesquisa. Assim sendo, as entrevistas que não foram realizadas presencialmente, não interferiram na qualidade dos resultados. Quando alguma dúvida surgia, ela foi abertamente sanada no contato com o entrevistado, por isso não houve prejuízos nas entrevistas e na pesquisa. Vale destacar que fotos foram enviadas e vídeos realizados pelos próprios entrevistados, além do que havia sido questionado nas perguntas. Do total de 33 entrevistas realizadas, 9 foram realizadas pessoalmente e 24 com o uso de tecnologias.

Sobre os critérios da inclusão dos entrevistados, que considerou homens e mulheres acima de 18 anos até 90 anos e residentes do município de Concórdia, o último critério precisou ser reavaliado durante a pesquisa. Fato que se justifica porque houve pessoas que residiram no município e atualmente vivem em outro lugar, mas que constituíram uma trajetória de vida que veio ao encontro dos objetivos da pesquisa, principalmente, com as entrevistas. Outro motivo de revisão do critério foi não encontrar pessoas nos segmentos profissionais da política e da segurança que residem em Concórdia, isso ocorreu com três entrevistados que aceitaram participar da entrevista e relatar as suas histórias.

A pesquisa revelou o número menor de pessoas negras atuando nos diferentes segmentos da sociedade concordiense: indústria, a segurança, o comércio, a religiosidade, e, principalmente, na área da educação. Todavia não justifica a desproporcionalidade da presença dos negros nesses setores em função de interpretações e ações preconceituosas. Sobre isso, a pesquisa mostrou que é flagrante a dificuldade de encontrar pessoas pardas ou pretas trabalhando no setor da saúde e a inexistência da política, por exemplo.

No segmento da saúde foi realizado um mapeamento, através de pessoas conhecidas e que trabalham nessa área, mas as pessoas citaram existirem poucas populações parda e quase nenhuma preta. Nessa mesma declaração, uma participante relatou ter conhecido apenas um médico negro que trabalhou no hospital do município, isso teria ocorrido há mais de vinte anos, sendo que ela não se lembrava do nome do médico. No final das entrevistas, a pesquisadora conseguiu contato com uma pessoa na área da saúde, uma médica natural da região norte, que residia em Concórdia (SC) há pouco tempo, mas que aceitou participar da pesquisa. O outro segmento foi a política, encontramos apenas uma pessoa que, atualmente, não reside em Concórdia, mas havia sido vereadora no período em que residia no município.

O que pode ser ressaltado nas entrevistas é a singularidade de cada história, relato e fala. Como militante nessa área, compreendo que cada trajetória de vida, social, familiar, profissional e educacional é única, com pontos de partidas e lugares diferentes, e o respeito sobre estas particularidades. A pesquisa partiu do mesmo ponto, de sujeitos que se autodeclararam pardos ou pretos, mas que apresentam historicidades e realidades diversas, o que tornou a pesquisa mais desafiadora e dinâmica.

Quando a entrevista ocorreu com pessoas da mesma família, os relatos diferiram e com o espaço temporal entre os sujeitos, ficando claro que muitas pessoas já compreenderam o seu lugar de fala, que entendem o que é o racismo e como ele está presente no município. Nem tudo, porém, foi perceptível que algumas pessoas não percebem o racismo ou nunca presenciaram um preconceito racial.

Como a pesquisa já apontou, conseguimos encontrar as representações da população negra que se autodeclararam pardas e pretas na sociedade concordiense. A partir das entrevistas, obtivemos narrativas sobre a trajetória familiar, profissional e educacional, que se constituiu dentro e fora do município de Concórdia e que contribuiu para a análise da existência de um Contrato Racial na trajetória da população negra.

O próximo capítulo abordará o referencial teórico de caráter bibliográfico e documental, que mostra os aspectos históricos, culturais, educacionais e sociais da população africana e afro-brasileira. Além do papel do Estado e a problematização das políticas públicas educacionais para o acesso aos direitos civis e sociais da população afrodescendente.

3 A POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Há uma grande importância em analisar o papel histórico da educação, seus processos e perspectivas, haja vista a relação existente entre diferentes fatores que atuam na organização e na estrutura do sistema educacional brasileiro, sob forte influência dos aspectos socioeconômicos, culturais e políticos.

Assim, se faz necessário compreender como ocorreu o desenvolvimento da cidadania no território brasileiro, através de mecanismos que abordam as formas de organização civil, política e social, com ênfase na questão educacional como um direito social e seus aspectos históricos na sociedade brasileira. Por meio da análise do referencial teórico e bibliográfico, foram realizados apontamentos sobre o processo de educação, com destaque para a organização educacional da população negra, levando-se em consideração uma cronologia e destacando os principais aspectos de cada época.

Primeiramente, o capítulo aborda a chegada dos africanos ao Brasil, esses que são oriundos de diferentes locais da África, que por uma imigração forçada, vieram para servir de mão de obra escrava, para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, principal atividade econômica do início da colônia. Nesse período, vale destacar que “os africanos chegaram ao Brasil já destribalizados, arrancados do meio social originário e convertidos à força em indivíduos dessocializados. O tráfico arrebanhou negros procedentes de numerosas etnias, heterogêneas do ponto de vista social [...]” (GORENDER, 1978, p. 133).

Ao contar essa história, nos referimos a um longo período, que trouxe uma nova cultura, costumes e crenças. Neste capítulo é detalhada a história, os aspectos culturais e sociais da população negra no Brasil, além da análise e problematização das políticas públicas educacionais e ações afirmativas que fazem parte da sua trajetória histórica, buscando-se compreender a atuação das questões contemporâneas, como a organização da estrutura educacional e o papel do Estado.

3.1 O CAMINHO E A CHEGADA DOS AFRICANOS AO BRASIL

Ao analisar o desenvolvimento histórico e social do Brasil é necessário voltar para o período de dominação europeia sobre o território. Os séculos XV e XVIII foi uma etapa com características peculiares e modernas, em comparação com outros ciclos históricos, onde floresceu o que chamamos de Idade Moderna. Nesse período ocorreu a descoberta das Américas, fase que representa a colonização europeia pelo Novo Mundo. Esse território, que

já era habitado pelos povos nativos que aqui haviam construído sua história e cultura, viu chegar outros povos que anunciavam um “discurso civilizador”. Almeida (2019) descreve que “foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou *colonialismo*” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Dessa forma, o Brasil com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao território conhecido como Ilha de Vera Cruz, teve uma colonização feita pelo domínio dos portugueses, na data de 22 de abril de 1500. Descrever essa fase é retratar uma história com trajetória e caminhos de exploração e domínio por meio da força e da repressão. Uma época que envolveu os entrecruzamentos de matrizes étnicas diversas, tendo como base: nativos, portugueses e africanos. Olhando para o ciclo colonial foi perceptível as miscigenações que ocorreram. Sobre isso, “surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (RIBEIRO, 1995, p. 19). Essa terra já era habitada pelos nativos, com uma cultura específica, modelo rudimentar e simples se comparada com a dos portugueses, considerados civilizados, mas nada disso importou aos donos da civilização. Assim, “o chamado processo civilizatório era transformar as populações subordinadas aos padrões culturais e valores políticos do colonizador” (MOURA, 1988, p. 42). Vale destacar, que o autor se refere a esse evento histórico como “o chamado processo civilizatório”, chamado assim por quem estava no centro da dinâmica de poder, isso significa que o autor não assume isso como fato, mas como uma estratégia de poder e dominação.

Desse período foi possível analisar o etnocentrismo, caracterizado por ser um preconceito produzido pela sociedade ou cultura, onde sua forma de ser é a única correta, enquanto as outras estão erradas, “assim, o etnocentrismo julga os outros povos e culturas pelos padrões da própria sociedade, que servem para aferir até que ponto são corretos e humanos os costumes alheios” (MENESES, 1999, p. 19). No período em que os colonizadores estiveram na América tiveram convicção de que as suas visões de mundo eram mais importantes que a de outros grupos étnicos que já habitavam esse território. Desse etnocentrismo, que se trata de um preconceito resistente e difundido por todos os povos e tempos, “derivam ideologias etnocentristas, que justificam com razões esse preconceito, e as políticas imperialistas e discriminatórias” (MENESES, 1999, p. 19). Assim, “nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estrutura societária” (RIBEIRO, 1995, p. 19).

A população africana tem um papel importante nessa trajetória, principalmente servindo de mão de obra escrava, através da dominação dos portugueses que realizavam o tráfico negreiro da África a América. Conforme relatos históricos, a viagem pelo oceano Atlântico era difícil e muitos não conseguiram chegar devido às doenças que contraíram e as mortes que ocorriam. Aos que chegavam, quando adentravam no país enfrentavam adversidades e condições precárias de vida. Não foram poucos, “efetivamente, de 1560 a 1850, de três a cinco milhões de africanos foram introduzidos em forma forçada no Brasil” (CARNOBI; MAESTRI, 2012, p. 23).

Além das dificuldades vivenciadas na viagem e no novo local onde passariam a viver, é importante lembrar que muitos africanos vinham de regiões diferentes, ou seja, eram forçados a deixar familiares para trás, em simultâneo, em que tinham que constituir, ou deixar de constituir, à força, novos relacionamentos. Sobre este processo, Nascimento (1978) descreve que:

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. Como primeira atividade significativa da colônia portuguesa, as plantações de cana-de-açúcar se espalhavam pelas costas do nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Só a Bahia, lá por 1587, tinha cerca de 47 engenhos de cana-açúcar, fato que ilustra a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana (NASCIMENTO, 1978, p. 48).

A interceptação dos africanos muitas vezes era realizada no interior do grande território africano. Eles eram levados ao litoral onde iriam ser vendidos ou trocados como mercadorias. Isso explica a grande variedade étnica de africanos que foram trazidos para o Brasil. As relações escravistas, primeiramente realizadas com indígenas e depois fortalecidas com os africanos, decorrem desse processo. A escravização africana apresentou um caráter fortemente relacionado com o comércio, “aqui, o escravo apresentava-se desde logo como mercadoria, com um custo inicial determinado e com um preço final a ser fixado pela correlação entre demanda e oferta no momento dado” (GORENDER, 1978, p. 138). Dessa forma, “estima-se que uns 80% dos cativos que sobreviveram à travessia atlântica e às primeiras semanas nas Américas tenham sido enviados para o mundo rural, onde viveram e morreram trabalhando duramente” (MAESTRI, 2011, p. 196). Os africanos eram considerados um produto de importação para uso de quem se considerava superior e detentor

da vida dos seres humanos que, naquele período, eram tratados como animais e não humanos. Na viagem havia grandes percalços, um caminho longo, perigoso e sem voltas, tudo iniciava em terras africanas, onde eram levados até os navios negreiros, “as condições da viagem eram terríveis. Os cativos tinham o cabelo raspado, viajando nus, por razões profiláticas. Os navios eram abarrotados de passageiros que recebiam pouca alimentação e água” (GORENDER, 1978, p. 195). Assim, é notório que a viagem era difícil, com muitas mortes e com pouco apreço pela vida dos africanos.

A causa do alto percentual de letalidade dos negros a bordo dos tumbeiros deve ser buscada no largo diferencial entre o seu preço de compra na África e o preço de venda no Brasil. Certos itens básicos das despesas de viagem – sobretudo o custo e uso do navio e os gastos com a tripulação – eram invariáveis qualquer que fosse a lotação dos porões. Em consequência, o aumento do número de escravos transportados traria tão-somente o acréscimo do preço de compra do estoque global de negros e mais a elevação não muito considerável nos gastos com sua manutenção. Em tais circunstâncias, valia a pena arriscar. Qualquer variação para menos no percentual de mortalidade elevaria o lucro do traficante (GORENDER, 1978, p. 140).

As formas como eram trazidos ao Brasil mostravam o modelo de comércio que era realizado, para manter um sistema capitalista desenfreado e desumano, em prol de um desenvolvimento, baseado na exploração. Em meio a isso, havia um grande temor de uma possível revolta dos africanos, assim procurava-se não os deixar por grande período nos depósitos. No entanto, os traficantes só faziam o que tinham por interesse, sendo uma travessia complicada, em meio à sujeira, fome e mortes. “Os negreiros e os escravizadores esforçavam-se para que os passageiros dos tumbeiros e as escravarias e das minas não fossem africanos da mesma origem e língua, o que teria facilitado movimentos de resistência” (MAESTRI, 2011, p. 195). Ao adentrar o novo modelo de exploração e “com a chegada à unidade produtiva, instauravam-se os processos costumeiros de ‘formação’ e ‘instrução’ do ‘negro-novo acerca do trabalho agrícola’ e do comportamento sob o jugo escravista” (MAESTRI, 2011, p. 196).

Esse desconhecido território implicaria mudanças não só ao escravizado como ao escravizador, que manteve esse processo de exploração, assim “as semanas e meses iniciais ensejavam também grandes preocupações para o escravizador, que comprara um produto sem conhecer sua capacidade de adaptação à ordem escravista” (MAESTRI, 2011, p. 196). Uma triste e cruel realidade que era imposta ao africano onde “o proprietário via o africano como ser primário, incapaz de compreender, apreender e comportar-se como um homem civil. Um

ente necessitava ser feitorizado permanentemente sob a ameaça do castigo” (MAESTRI, 2011, p. 197).

Apresentar a história brasileira é analisar a sua trajetória e processo pelo qual a sociedade se constituiu. Nesse meio, a educação, sua história e perspectivas também se mostram de grande destaque para esta pesquisa científica. Para compreender essa relevância no desenvolvimento da sociedade brasileira é importante perceber como as questões econômicas, sociais e culturais eram pensadas e vivenciadas no Brasil. Alguns desses fatores serão analisados nas próximas seções.

3.2 ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

O interesse em estudar os aspectos culturais e sociais dos negros no Brasil se deve ao fato de que os processos que a população negra foi inserida na sociedade brasileira, sua cultura e história fazem parte da formação do povo brasileiro. Assim, ao trazermos para o estudo essa temática, busca-se valorizar seus costumes e crenças, abrangendo algumas formas de resistência, lutas e construção das variadas identidades africanas e afrodescendentes no Brasil. Além de proporcionar um debate, mostrando a importância de estudar os aspectos sociais e culturais dos negros no país, na busca pelo reconhecimento dessa população.

As condições em que a população negra foi inserida no Brasil apresentam um caminho desfavorável e negativo, mas é necessário resgatar esse cenário para apontar e apresentar o sistema e conquistas desse caminho, por meio das formas de organização social e cultural que aconteceram, apesar das dificuldades enfrentadas. A representação da vida e história perpassa gerações, portanto, é preciso que o conhecimento acerca da história, cultura e sociedade da população africana, afrodescendentes e das pessoas negras circule em diferentes espaços.

Havia diferenças no período escravista, referentes às particularidades do trabalho e do tipo de atividade econômica que desenvolviam. Dessa forma, o negro era considerado cativo, sendo forçado a um trabalho escravizado, preso e sem liberdade. Nesse mesmo sentido, “os trabalhadores escravizadores eram chamados de ‘escravos’, ‘pretos’, ‘negros’ e ‘cativos’. Essas denominações têm sido retomadas acriticamente por praticamente toda a historiografia contemporânea” (CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 78). Assim, continuam os autores, “o cativo era essencialmente um produtor direto obrigado a entregar, [...] o produto de seu trabalho a um escravizador. O objetivo essencial da relação social escravista era a apropriação da força de trabalho do produtor direto para extração de renda escravista [...]” (CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 154).

A escravidão se fez presente em vários lugares do Brasil Colônia e o trabalho escravo foi utilizado nos espaços urbanos e rurais. Com isso, “a introdução do cativo recém-chegado nas práticas agrícolas não exigia treinamento específico, já que lhe cabia tarefas rústicas, simples e pesadas [...] o grande instrumento de produção era o enxadão, rústico e resistente, de dois quilos, resistente ao trabalho forçado” (MAESTRI, 2011, p. 200). Nessa relação socioeconômica, o trabalho era árduo e sem recompensas, conseguiam um pouco de capital pelo pecúlio que “era uma soma em dinheiro que os escravos podiam acumular a partir de doações, heranças e trabalho próprio desde que com o consentimento do senhor” (ALADRÉN, 2012, p. 25). Sobre as características físicas do escravizado, os apontamentos de Maestri (2011) se fazem necessários:

Na Colônia e em boa parte do Império, o produtor escravizado era em geral um africano, do sexo masculino, arrancado da África comumente na adolescência. Um jovem produtor, nascido e crescido no seio de uma comunidade familiar agrícola e artesã aldeã, que devia ser *iniciado*, em todos os sentidos, na sociedade escravista americana (MAESTRI, 2011, p. 194).

Contudo, mesmo com grande repressão por parte dos patrões e da sociedade, os escravizados buscavam diferentes formas de expressão cultural. Como exemplo: “as canções africanas e seus descendentes eram constantes nas senzalas, nos locais de trabalho, nas fazendas, em pontos de encontro nas cidades, nas festas religiosas e nos eventos sociais, até mesmo aqueles organizados pelos senhores” (ABREU, 2018, p. 130). Uma das danças mais conhecidas é o Batuque, vista como crime e causa de desordem, apresentavam ritmos e instrumentos próprios que ainda estão presentes na sociedade atual.

As manifestações culturais expressas através da dança e canções se mantêm até os dias atuais, mas foram represadas e vistas de maneira negativa em muitos momentos da história. Por conta dessa realidade, ressaltamos a importância da visibilidade dessas manifestações desde o período escravista, pois “a invisibilidade de músicos negros nas Américas – e a forma como se projetaram no mundo artístico – não podem ser pensadas apenas a partir do interesse de empresários do campo cultural” (ABREU, 2018, p. 136), é preciso perceber o contexto geral pelo qual essa invisibilidade acontece. Além disso, se faz necessário pensar a cultura da população negra pelas suas próprias manifestações artísticas.

Mais do que o simples reconhecimento, é necessário valorizar a cultura da população negra, seja pelas manifestações da dança ou da música, que é “entendida a partir das ações que empreenderam na luta por sua visibilidade, pela subversão do racismo e pelo reconhecimento de sua cor, de seus gostos e estilos, em todos os espaços públicos” (ABREU,

2018, p. 136). As diferentes formas de demonstrações culturais da população africana apresentavam aspectos da vida dos escravizados no Brasil, como as irmandades que “eram associações religiosas que permitiam aos negros se reunir de modo relativamente autônomo em torno da devoção a um santo católico” (VIANA, 2012, p. 46). A prática religiosa era incentivada por Portugal, mas os “homens e mulheres, libertos e cativos, africanos, crioulos e mestiços podiam ingressar numa irmandade com o pagamento de uma determinada quantia” (VIANA, 2012, p. 46). As irmandades também foram responsáveis por várias festas negras, marcando fortemente o modo de vida dos escravos no período colonial. É necessário destacar que as irmandades antecedem o período escravista nas américas e que “na América portuguesa, as irmandades foram fundamentais para a expansão e manutenção do culto católico, uma vez que, sob o regime do padroado régio, o dízimo, cobrado pela Coroa, tornava-se um imposto [...]” (REGINALDO, 2018, p. 272). Como a população negra era impossibilitada de participar da chamada igreja dos brancos, “a criação e, sobretudo, a proliferação das irmandades negras relacionam-se com o crescimento da população escrava e forra, com a necessidade de catequização implícita no projeto colonial e, também, com o grande interesse dos escravos e libertos por elas” (REGINALDO, 2018, p. 272). Essas irmandades representavam a integração social dos negros e contribuíram para a religiosidade no Brasil.

Um exemplo da resistência da cultura africana é o Candomblé, “o nome que recebeu a religião dos povos Yorubas, trazidas da Nigéria para o Brasil. Porém, o candomblé inclui variações de outros grupos culturais vindos da África, tais como os Ewe (Gêges) do Benin, Angola-Congo e outros ramos Bantu” (NASCIMENTO, 1978, p. 102). Essa manifestação da cultura foi e ainda é perseguida, além de ter sofrido pressões das culturas dominantes, assim “constituindo a fonte e a principal trincheira da resistência cultural do africano, e o ventre gerador da arte afro-brasileira, o candomblé teve de procurar refúgio em lugares ocultos, de difícil acesso, a fim de suavizar sua longa história de sofrimentos às mãos da polícia” (NASCIMENTO, 1978, p. 103).

Outra forma de manifestação cultural da população africana e afrodescendente, que se faz presente na sociedade brasileira é a Capoeira³, muito praticada pelos escravizados africanos, sendo conhecida pela mistura de música, dança e luta. A Capoeira é considerada tradicionalmente brasileira. Alguns instrumentos que remetem a essa manifestação são o

³ “A Capoeira se tornou a quinta manifestação cultural brasileira reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O título deve ajudar a preservar a prática não só no Brasil, mas também no mundo” (Notícias Brasil, 2019, p. 1).

berimbau, o atabaque e o pandeiro. No Brasil, “as primeiras informações sobre a capoeira como atividade lúdica e combativa de escravos, africanos e crioulos, remetem à virada do século XVIII e XIX” (PIRES; SOARES, 2018, p. 137). Sua formação está diretamente ligada aos espaços urbanos, surgindo como forma de demonstrar movimentos corporais. Um fato negativo associado ao “grande marco histórico da prática da capoeira no período republicano foi sua entrada no Código Penal de 1890” (PIRES; SOARES, 2018, p. 140), sendo proibida de ser expressa em público, além de ser associada a muitos fatores negativos, como criminalidade ou vadiagem.

A capoeira apresenta diferenças, sendo a capoeira africana aquela associada aos escravos da capoeira crioula dos livres, libertos e estrangeiros. Ela resistiu ao período da escravidão e se mantém viva na sociedade, estando presente na sociedade brasileira. Reconhecendo e valorizando a história e a formação da nacionalidade afro-brasileira, “a capoeira em sua produção total, historicamente, influencia diferentes manifestações culturais, como o samba em seus estilos, maculelê, bumba meu boi, samba de caboclo, frevo, batuque” (PIRES; SOARES, 2018, p. 143).

Algumas das manifestações culturais dos africanos e afrodescendentes expostas acima, resistiram ao processo de aculturação imposto pelos europeus ao colonizarem o Brasil, entretanto, “no processo de aculturação os mecanismos de dominação econômica, social, política e cultural persistem determinando quem é superior ou inferior” (MOURA, 1988, p. 45). Por essa razão, é possível analisar a influência e a importância de conhecer os aspectos culturais e sociais que foram determinantes para os africanos e afrodescendentes que povoaram o território, “levando à criação de uma cultura afro-americana crioula, autoconsciente e independente daquela construída pelos brancos americanos” (SYMANSKI, 2018, p. 178).

Esse cenário revela que é fundamental superar um grande dilema no que se refere à valorização da história, cultura e sociedade da população africana e afrodescendente no Brasil, por meio de ações que promovam debates e reflexões com toda a sociedade. A multiplicidade étnica e de nacionalidades que forma a população brasileira: indígenas, africanos, portugueses e demais povos vindos de diferentes lugares da Europa, precisa ser respeitada nas dimensões que envolvem a historicidade e as territorialidades de cada etnia, mas é imprescindível que todas as etnias sejam devidamente reconhecidas e apresentadas nos espaços sociais e educacionais. Quando isso é negado, faz-se necessário correções, no caso da etnia e cultura afrodescendente, parte dessa correção está na obrigatoriedade da história e cultura africana e afrodescendente que, por meio da política pública educacional da Lei

10.639 de 2003, alterada para a Lei 11.645 de 2008, que propõe o estudo da “História e cultura afro-brasileira e indígena” nas instituições de ensino no Brasil.

Nesse momento, é necessário justificar o uso do conceito “etnia” que foi utilizado nessa produção científica, desde o referencial teórico e até nas entrevistas. Para isso, é preciso compreender as diferenças entre o conceito de raça e etnia. A história mostra que a palavra “raça” era utilizada por alguns autores, “para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças” (MUNANGA, 2013, p. 1). Enquanto, “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2013, p. 8). Dessa forma, há uma conceituação identificadora dessas terminologias, “o conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias” (MUNANGA, 2013, p. 08).

Nesta pesquisa, não abandonamos o conceito de raça, pois entendemos que ele foi e continua sendo importante na história e carrega consigo um processo de luta por uma sociedade cada vez mais igualitária entre as pessoas e povos, mas, conforme será constatado, o uso da palavra etnia prepondera no texto. A justificativa para a escolha do conceito etnia se deve ao fato do seu constante uso na contemporaneidade, sobretudo em documentos. No entanto, em nenhum momento nos esquecemos do sentido dos usos dessas duas palavras. Sobre isso, nos ajuda a explicação de Munanga (2013), ou seja, “enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constituí um lexical mais aceitável que a raça (falar politicamente correto)” (MUNANGA, 2013, p. 10).

Portanto, é válido lembrar, que a raça tem um papel histórico e que ao se utilizar da etnia, não apagamos a história, pois o racismo que está presente na sociedade contemporânea é aquele praticado no passado, e que persiste em propagar vítimas. Conforme destaca Munanga (2013) “o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje” (MUNANGA, 2013, p. 12).

Por muito tempo a cor da pele foi estrutural para dividir as pessoas, mas isso não significa que todas as pessoas sejam semelhantes geneticamente, assim, “os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças”

(MUNANGA, 2013, p. 3). Nesse sentido, percebe-se que o uso desse conceito carrega uma relação de poder e dominação que fez parte de todo o processo histórico de formação populacional. Ao fazermos uso do conceito etnia, não deixamos de lado o uso da raça, pois ele aparece em vários momentos dessa produção, mas, em função do emprego do termo na elaboração das perguntas, no projeto enviado ao Comitê de Ética, e nas demais recorrências ao termo etnia durante a pesquisa, optamos por seguir fazendo uso desse conceito ao longo da pesquisa.

Ao adentrarmos nos aspectos sociais e culturais da população negra no Brasil, em razão da parte empírica da pesquisa acontecer em um município de estado de Santa Catarina, faz-se necessário uma breve discussão sobre a escravidão nesse estado. Segundo a historiografia mais recente, há muitas tentativas de apagar a memória da escravidão, com o intuito de legitimar o estado de Santa Catarina como um estado branco, não marcado pela experiência da escravidão e, portanto, pela ausência de pessoas afrodescendentes. Leite (1996), analisa essa perspectiva com a seguinte explicação:

Em Santa Catarina, os descendentes de africanos, quando comparados com outros, grupos, de outras origens étnicas, têm sido, de um modo geral, considerados como um grupo minoritário, tanto do ponto de vista demográfico, quando do ponto de vista político. O primeiro sentido, o demográfico, tem sido reafirmado pelos últimos censos, e o segundo expressa-se através das pesquisas histórico-sociológicas e dos discursos dos militantes e lideranças negras (LEITE, 1996, p. 5).

O estado de Santa Catarina, segundo dados demográficos (IBGE, 2010), foi o que apresentou menor presença de pessoas autodeclaradas pardas e pretas, tendo um amplo número de pessoas que se autodeclaram brancas. Dessa forma, “este quadro assegurou para Santa Catarina, no cenário nacional, a imagem não apenas de “Estado branco”, mas de “uma Europa incrustada no Brasil”, de “superioridade racial”, de desenvolvimento e progresso” (LEITE, 1996, p. 07). Uma visão do branqueamento que foi imposto no território, porém, esses dados se mostram mascarados quando olhamos para a história de conflitos e exploração, “o negro é invisibilizado, seja porque não intencionam revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade” (LEITE, 1996, p. 14). Ao analisarmos as informações apresentadas por Leite (1996) sobre a formação do território de Santa Catarina, percebemos que de forma velada, ou mesmo aberta, há tentativas de se anunciar a inexistência de escravos nessa região, mas há autores que mostram, em alguns casos de forma empírica, a existência do sistema escravista no Sul:

Assiste-se, portanto, desde o século XIX, tanto nas práticas quanto nas representações, ao branqueamento do Sul. Além de ser reforçada pela historiografia, a população descendente de africanos vai se tornando proporcionalmente menor no quadro de crescimento cada vez maior de descendentes de europeus – confirmando, portanto, o sucesso da política imigratória e da ideologia racista. Será no século XX que ela se completará. Entre 1904 e 1950, o aumento da população de origem europeia foi de 784% (Cardoso & Ianni, 1960, p. 94). Mais do que propriamente extinta, o que ocorre é que a população descendente de africanos vai diminuindo, insisto, proporcionalmente, o que não significa, em hipótese alguma, uma diminuição em termos absolutos. Mesmo que tenha continuado a se reproduzir, mesmo que tenha permanecido constante ou até crescido em porcentagem, através dos fluxos migratórios recentes, que são significativos, o embranquecimento passou de representação a fato estatisticamente comprovado (LEITE, 1996, p. 35).

A história da presença de africanos em Santa Catarina foi resgatada no litoral e na ilha, onde “ao periodizar a presença africana na região, dizem que os escravos africanos chegaram pouco depois do início da fixação dos colonos açorianos, e que “muito tempo depois” é que começou a haver pardos e libertos” (MAMIGONIAN, 2006, p. 568). A presença da população africana em Santa Catarina é reafirmada por Mamigonian (2006) que descreve:

Meu argumento aqui é o de que esse conflito entre um grupo de pretos ciosos de sua liderança, de um lado, e pardos e crioulos, de outro, aconteceu em uma fase de transição da composição da população escrava na Ilha de Santa Catarina, ainda bastante africana, mas gradualmente mais crioula e, ao mesmo tempo, num momento de perseguição aos africanos no âmbito nacional e de reforço da posição política e simbólica dos pardos e crioulos diante do conjunto da população local. Para isso, recorri a inúmeras e distintas fontes primárias, além da documentação acerca do conflito na Irmandade do Rosário: mapas de população, inventários das armações baleeiras catarinenses (1816), registro de batismo e de óbito de freguesias da Ilha de Santa Catarina, uma lista nominativa de habitantes da freguesia do Ribeirão da Ilha (1843) e documentação da Câmara de Desterro e das autoridades provinciais (MAMIGONIAN, 2006, p. 570).

Assim, “não tendo esse território sido explorado para produção voltada à exportação, os ‘poucos’ escravos teriam servido como apoio à produção de alimentos para o abastecimento, e sido elementos de distinção social, predominantemente domésticos e urbanos” (MAMIGONIAN, 2006, p. 570). Esse dado mostra que sim, houve presenças africanas, mesmo com a historiografia querendo apagar. Sobre o aspecto econômico e social que formou a história desse território, a autora aponta que

É verdade que a ocupação da Ilha e do litoral adjacente não se caracterizava pelos latifúndios voltados para a produção de exportação e detentores de grandes escravarias, por outro não pode ser vistas como desprezíveis as atividades econômicas que se sustentavam sobre a escravização de algo ente um quarto e um terço da população, na primeira metade do século XIX (MAMIGONIAN, 2006, p. 571).

A importância de desenvolver um levantamento social e cultural da população negra contribui para enfrentar o desconhecimento da sociedade sobre os artefatos culturais que construíram a história do território brasileiro. Dentro e fora do sistema educacional auxilia novas formas de repensar o currículo e produzir alternativas para o combate ao racismo, por meio do conhecimento e reconhecimento da história, dos aspectos sociais e culturais de afrodescendentes para a formação da população do Brasil. Assim, as leis que buscam abordar a história e cultura afrodescendente e indígena no Brasil mostram a valorização dos diferentes grupos identitários, objetivando que as desigualdades e preconceitos raciais sejam combatidos por meio da educação e do conhecimento.

Enquanto essa pesquisa era desenvolvida, por diversas ocasiões, presenciamos “ataques” à cultura brasileira. Algumas expressões oriundas de representantes políticos e de pessoas em cargos políticos-administrativos de grande relevância causaram e continuam causando preocupações. Exemplo disso são os comentários do jornalista Sérgio Nascimento de Camargo, nomeado pelo governo federal para a presidência da Fundação Cultural Palmares – órgão de promoção da cultura afro-brasileira⁴. Sérgio Nascimento de Camargo escreveu e defendeu em suas redes sociais ideais como: “não há salvação para o movimento negro, precisa ser extinto! Fortalecê-lo é fortalecer a esquerda”; “A escravidão foi terrível, mas benéfica para os afrodescendentes. Negros do Brasil vivem melhor que os negros da África”; “O dia da consciência negra celebra a escravidão de mentes negras pela esquerda. Precisa ser abolido!”⁵. Veja-se que essas afirmações, pelo teor do seu conteúdo e a desconsideração para com a história brasileira e a trajetória da população negra, não podem ser defendidas, compartilhadas e reproduzidas a bel-prazer de quem se acha no direito de ignorar fatos para criar e inventar narrativas descontextualizadas e falsas.

Sobre esse fato, porém, é muito importante atentarmos para os diferentes desdobramentos que ele pode suscitar. Um deles é o uso desses discursos para desacreditar

⁴ Sérgio Nascimento de Camargo foi nomeado para o cargo por meio da Portaria nº 2.377, de 27 de novembro de 2019. Após a determinação da Justiça Federal do Ceará, ainda em dezembro de 2019, a nomeação de Sérgio Nascimento de Camargo foi suspensa, conforme Diário Oficial da União (DOU) de 11 de dezembro de 2019: “Nº 2.400 - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 2.377, de 27 de novembro de 2019, que nomeia SÉRGIONASCIMENTO DE CAMARGO para exercer o cargo de Presidente da Fundação Cultural Palmares, código DAS 101.6. Nº 2.401” (Diário Oficial da União, 2019, p. 1).

“No dia 11 de fevereiro de 2020 o Superior Tribunal de Justiça (STJ), através da SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.650 - CE (2020/0007444-2), suspendeu a nomeação que impedia a nomeação de Sérgio Nascimento de Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares” (Superior Tribunal da Justiça, 2020, p. 1).

⁵ “Após decisão da Justiça, governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares. Nas redes sociais, Sérgio Nascimento de Camargo disse que Brasil tem racismo ‘nutella’, criticou movimento negro e disse que escravidão foi ‘terrível, mas benéfica para os descendentes’” (G1, 2019, p. 1).

políticas públicas que possam ser criadas para resolver *deficits* históricos envolvendo a população negra no Brasil, ou até mesmo acabar com as que existem. Outro agravante, quem sabe até mais danoso, dependendo dos seus alcances, tem a ver com quem pronuncia tais discursos: ou seja, quando esses discursos representam uma concepção de um grupo, uma ideia de um governo etc., mas são pronunciados por uma pessoa negra, não tardará quem diga: “vejam, é uma pessoa negra que está dizendo isso”, não somos “nós”. A perversidade dessa situação não cessará enquanto algumas pessoas que ocupam determinados cargos governamentais continuarem disseminando falsas ideias que, não raras vezes, sem se dar conta de que estão sendo usadas por *outrem*, contibuem para a exposição e continuidade de comportamentos preconceituosos prejudiciais a história e a trajetória de toda uma população.

Há um perigo eminente nesse comportamento-ação, especialmente, quando ele é proferido por lideranças nacionais. Exemplos como esse mostram que precisamos cultivar os artefatos culturais da população negra, tornando-os conhecidos e respeitados. A nosso ver, o contínuo conhecimento e enriquecimento da cultura negra é uma das melhores possibilidades de enfrentamento aos processos de inferiorização que a ela continuam sendo atribuídos. Nesse sentido, o olhar à história da cultura brasileira, de um modo geral, assim como as reflexões acerca do que está acontecendo atualmente com a cultura, tem nos possibilitado ampliar as compreensões acerca do povo brasileiro, mas é quando nos deparamos com o que está se dizendo e se fazendo com e em relação aos negros e índios no Brasil, que nos convencemos que tem relevância debater sobre essa temática.

3.3 ASPECTOS DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

Ao demonstrar a estrutura do território brasileiro é importante retratar o processo que levou a atual estrutura dos direitos sociais, principalmente à educação.

O período da colonização foi organizado por conflitos, disputas e ampliação de alguns direitos. “É importante, então, refletir sobre o problema da cidadania, sobre seu significado, sua evolução histórica e suas perspectivas. Será exercício adequado para o momento da passagem dos 500 anos da conquista dessas terras pelos portugueses” (CARVALHO, 2004, p. 8). Do ponto de vista histórico, quem possuía acesso aos direitos era a elite, representada pelos grandes senhores do engenho, considerados cidadãos na sociedade brasileira, mostrando que o desenvolvimento e cidadania fez parte da população que detinha o poder. Como consequência se acirravam as desigualdades, que acabavam por estruturar o sistema da

sociedade brasileira. O direito social, como à educação, ponto central deste capítulo, desde o período de formação da colônia brasileira era destinado a uma pequena parcela da população, enquanto a grande parte ficava a mercê e sem outros direitos básicos: liberdade de ir e vir, alimentação, moradia, trabalho, saúde, dentre outros, pois, esses não eram propósitos do Estado. Os direitos eram pensados individualmente, vindo a beneficiar o próprio Estado e as pessoas ligadas a ele, “a consequência de tudo isso era que não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis” (CARVALHO, 2004, p 22).

Nessa configuração, vivenciava-se, no Brasil, o enriquecimento da metrópole por meio da escravização, monocultura e grandes propriedades de terra, enquanto a população composta por nativos e africanos, afrodescendentes e miscigenados, estava sob domínio de um sistema de exploração e dominação. A história brasileira sobre a construção do território tem como base uma mão de obra escravocrata e grandes propriedades latifundiárias, tendo estruturado um país que tardou no progresso de cidadania (CARVALHO, 2004).

A primeira metade do século XVI marcou o início do desenvolvimento educacional do Brasil, surgindo o papel dos jesuítas, padres que tinham o objetivo de formar aldeamentos e construir uma educação ligada à catequização dos indígenas e da população branca. Não se percebem grandes mudanças em relação à estrutura educacional, oriundas do período dos jesuítas, sendo uma educação determinada pela demanda e interesse da metrópole e não sendo pensada através do desenvolvimento social e da inclusão de toda a população brasileira. Na relação dos jesuítas com a escravidão é possível analisar que “em particular, não só recomendaram o emprego de africanos no Brasil como exploraram escravos negros em suas numerosas plantagens e fazendas de gado e auferiram rendimentos de tráfico, inclusive de sua prática direta na África” (NASCIMENTO, 1978, p. 136).

Os padres jesuítas chegaram ao território brasileiro em 1549, marcando o início da história educacional brasileira, provocando mudanças na cultura e na ideia de civilização que traziam. Apresentavam um grande interesse socioeconômico, cultural e político, uma ação da colonização portuguesa conjugada com as atividades missionárias da Igreja, para que houvesse o controle de outras possíveis religiões que viessem a se difundir na América.

Os jesuítas tinham como principal objetivo, no modelo de colonização do novo mundo, conseguir servidores e fiéis através da atividade educativa, “a catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante criação de escolas elementares

para os “curumins”⁶ e de núcleos missionários no interior das nações indígenas” (ROMANELLI, 1999, p. 35). Havia uma divisão no setor educacional da população: de um lado a educação de base para os nativos e brancos, do outro a classe dominante com uma melhor educação, com maior desenvolvimento e nível educacional. Desta forma “[...] no Brasil, a Igreja Católica é uma destinatária da educação dos índios e da abertura de colégios até mesmo por sua condição, posta no ordenamento jurídico do Reino, de religião oficial e, depois, do Império” (CURY, 2011, p. 21). Enquanto o Ensino Superior ficava ainda mais distante da população, pois, era destinado ao setor religioso, de quem pertencia à classe sacerdotal. Na prática, não ocorria dessa maneira, principalmente, porque os objetivos educacionais jesuítas se transferiram para a elite e assim ocorreu até a expulsão deles no século XVIII. A citação exposta abaixo mostra como ocorreu este processo:

As condições objetivas que, portanto, favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia dos Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terras e senhores do engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àquele cabia o direito à educação e, mesmo assim, em número restrito, portanto, deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos. [...] Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada (ROMANELLI, 1999, p. 33).

Ao verificar o direito social à educação, percebe-se que ela não se mostrava necessária e não fornecia uma motivação para o seu desenvolvimento no período colonial, sendo uma produção de educação modelada e para o uso da metrópole, ligada à formação da representatividade do poder público.

É válido destacar que as iniciativas dos jesuítas, tiveram importantes contribuições para o processo educacional no Brasil Colônia, assim, “não se podem perder de vista, evidentemente, os objetivos da ação jesuítica no Novo Mundo: o recrutamento de fiéis e servidores. Ambos foram atingidos pela ação educadora” (ROMANELLI, 1999, p. 35). As razões políticas e o processo de expulsão dos jesuítas, de certo modo, explicam a relevância de suas ações, haja vista que depois deles o Brasil ficou desamparado. Questões de ordem político-religiosa; decadência econômica e atraso cultural, entre outros motivos, impulsionaram a expulsão dos jesuítas em 1759, porém, a ação pedagógica jesuítica perdurou por um longo período colonial e imperial. “E foi com esta característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e com essa mesma

⁶ “Curumim: O mesmo que curumi. Curumi: Na Amazônia, menino, garoto. Criado, serviçal” (HOUAISS, 1982, p. 248).

característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos Jesuítas, ocorrida no século XVIII” (ROMANELLI, 1999, p. 35).

Não podemos desconectar o caminho da educação no Brasil das demais ações que marcaram o longo percurso em busca da cidadania. Ou seja, durante o período colonial poucas mudanças aconteceram para a vivência à cidadania e, conseqüentemente, para a efetivação de um projeto educacional. Em relação a esse momento da história, Carvalho destaca que, “do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período foi a abolição da escravidão, em 1888” (CARVALHO, 2004, p. 17).

Ao longo de três séculos de colonização os direitos sociais, praticamente, não existiram no Brasil. Nesse contexto, a abolição da escravidão foi a grande alteração entre o Império e a primeira República. Dessa forma, o cenário ligado ao direito social começou a ser efetivamente construído no mundo depois da Segunda Guerra Mundial. Sobre isso, Carvalho (2004) faz a seguinte observação:

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem, pátria brasileira (CARVALHO, 2004, p. 18).

Após a independência e a proclamação da primeira Constituição Federal, em 1824, embora seja simbólico o momento no que se refere ao processo de organização e estruturação dos direitos civis, políticos e sociais. A própria Constituição é pouco encorajadora, pois se inscreve em uma sociedade que ainda era escravocrata, com base na grande propriedade rural e com o poder nas mãos de poucas pessoas.

O processo para construção de uma democracia no Brasil percorre progressos e retrocessos. O objetivo de constituir e assumir uma cidadania, que abrangesse diversas dimensões e que beneficiasse toda a população estava longe do alcance. O período que compreende 1822 a 1930, foi sem grandes evoluções, tendo como um fator negativo a escravidão. Em 1888, a Abolição da Escravidão foi uma alteração por muitas vezes teórica, ficando longe da prática cotidiana. A Constituição de 1824 organizou os três poderes tradicionais: executivo, legislativo e judiciário. Além disso, havia o quarto poder, conhecido como moderador. Dessa forma, iniciava-se um processo para institucionalizar o direito político, que se desenvolveu sem grandes concretizações reais. O direito social à educação no período do Império não se mostrava efetivo, sendo importante ressaltar:

O Império não foi um momento efetivo da educação como um direito universal de cidadania. É verdade que a Constituição Imperial, ao tratar das Disposições Gerais e das Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, faz menção explícita à educação escolar no art. 179. Mas é preciso apontar quem é esse cidadão brasileiro.

Primeiramente pode-se dizer quem não é. Não é cidadão o escravo. Aliás, a Constituição é muda a esse respeito. [...] O negro escravo, embora abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis (art. 179, XIX), não passava de propriedade material do senhor (CURY, 2011, p. 19-20).

Em relação à população negra, o curso histórico de conquistas dos seus direitos ainda teria um longo caminho a percorrer, haja vista que, “na Constituição outorgada de 1824, que regeu o país até o fim da monarquia [...] os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos” (CARVALHO, 2004, p. 29). A herança tradicional do Brasil escravista foi debatida em vários documentos durante esse século, pois o legado da escravidão negava muitos direitos aos escravos. Com a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que extinguiu oficialmente e formalmente a escravidão do Brasil, parecia que um período de crueldades tinha acabado. Aparentava, porque esse avanço não foi suficiente para garantir a cidadania aos escravos e aos seus descendentes. Assim:

A escravidão brasileira desconheceu estabelecimentos educacionais para cativos. O aprendizado era feito por acompanhamento, em forma isolada, com pouca sistematização. Temos, porém, registros de profissionais semiespecializados e especializados na educação formal de cativos (MAESTRI, 2011, p. 204).

Durante o século XIX, se compararmos a períodos anteriores, é possível dizer que houve uma crescente presença da classe média no acesso à educação, “foi nesta camada intermediária que se recrutaram os indivíduos ligados ao jornalismo, às letras e principalmente à política” (ROMANELLI, 1999, p. 37). O que culminou em uma ascensão social, mas grande parte dos beneficiários continuava dependente da classe dominante. Nesse cenário organizacional, o ato adicional de 1834, regulamentou e promoveu a educação primária e secundária, a primeira estabelecida para todos os cidadãos do país e a segunda destinada aos candidatos ao Ensino Superior. Ressaltando que “a forma assumida pelo ensino superior, mormente o jurídico, de currículo universalista e humanístico, acabou por influenciar ou mesmo condicionar a estrutura do ensino secundário” (ROMANELLI, 1999, p. 39). Vale ressaltar que a educação para a população de forma geral estava abandonada e a falta de recursos se apresentou como uma barreira para a criação de uma rede organizada de escolas. Ainda sobre esse período é importante destacar que:

Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre os escravos e senhores, existiam uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação (CARVALHO, 2004, p. 21).

Dessa forma, “o ato adicional de 1834 delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária” (ROMANELLI, 1999, p. 40). O ensino primário ficou abandonado e o ensino secundário ficou a cargo das instituições privadas, acirrando ainda mais as desigualdades e diferenças já existentes.

Ao adentrarmos o século XX, poucas eram as mudanças significativas no campo educacional. Nessa época, a questão social que envolve a educação seguia os modelos tradicionais, precisando se ajustar aos novos padrões econômicos, principalmente, quanto ao atraso que vinha passando, comparada com outros países, articulao nível mundial. Os défices educacionais eram tantos que se tornava difícil a tarefa de pensar em uma educação gratuita, pública e universal nas primeiras décadas do século XX. Contudo, as demandas para o desenvolvimento geral do país faziam com que a educação, cada vez mais, fosse pauta dos discursos políticos sobre o presente e o futuro do Brasil. Sobre esses discursos, merecem destaque na primeira metade do século XX, a Semana de Arte Moderna de São Paulo; as ações da tríade mentora (Anísio Teixeira; Lourenço Filho e Fernando de Azevedo) para a educação a partir de 1920 e 30; o Manifesto pela Educação Nova e as Reformas Educacionais da década de 1930. Esses movimentos foram importantes para a oferecer diretrizes na política educacional.

Na segunda metade do século XX foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação em 1961; uma segunda Lei direcional em 1971, que incorporou outras mudanças da ditadura militar na educação, até chegarmos à Constituição cidadã de 1988. Essa Constituição é a marca de uma mudança mais profunda na trajetória dos direitos sociais, civis e políticos no Brasil. Fruto dessa Constituição, em 1996, foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Ao longo da trajetória social e educacional da população negra no Brasil, muitos foram os avanços e retrocessos. Ao começar pelo duro e longo processo de escravização que foi negativo em diferentes momentos, principalmente, porque os africanos e afrodescendentes não eram considerados cidadãos e por não terem garantias de direitos básicos à vida. No que se refere ao desenvolvimento dos direitos sociais, como a educação, a segunda metade desse

século se fez muito importante até que a Constituição de 1988 trouxesse garantias ao acesso à educação de qualidade para toda a população, sem distinção de cor ou raça.

Na atualidade, podemos dizer que a realidade social, econômica, política e educacional no Brasil é marcada por conquistas e regressos. Portanto, a compreensão dessa ambiguidade exige um resgate do percurso histórico das populações que, ao longo da história, tiveram seus direitos negados. Em síntese, o acesso e a universalização de direitos, entre eles a Educação Básica, são buscas que já percorreram um longo caminho, mas, às vezes, temos a impressão de que ainda estamos no início dessa jornada. Prova disso são as disparidades e desigualdades que ainda se fazem presentes na educação brasileira. Ou seja, embora a educação de 4 a 17 anos seja Direito Público Subjetivo, esse direito pode ser definido como ensino básico e fundamental, assegurado pelo Estado, devendo ser ofertado de forma gratuita (BRASIL, 1988, Art. 208, §1º). Assim, um número considerável de pessoas nessa idade (4 a 17 anos) está fora da escola. Vejamos alguns dados:

Em 2013, no grupo dos 25% mais pobres, apenas 50,6% dos jovens de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental, enquanto entre os mais ricos o percentual é de 90,1%. Similar desigualdade se verifica entre negros e brancos. Enquanto 76,5% dos brancos concluíram esse nível de ensino, o percentual de negros é de 60%. São as crianças dos ricos que mais frequentam as escolas de 4 e 5 anos (92%). O percentual entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres é de 75%. De acordo com dados recentes do IBGE (2017), a taxa de analfabetismo em 2016 era de 7,2%, sendo que o percentual de analfabetos entre negros (9,9%) é mais que o dobro da de pessoas brancas (4,2%). As desigualdades demonstram que os desafios da universalização não são pequenos e vão muito além de o acesso à escola; precisa articular políticas públicas de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos níveis de ensino (TREVISOL; MAZZIONI, 2018, p. 19).

Os dados apresentados em 2013 mostram as disparidades existentes entre as classes sociais, além das diferenças entre a população branca e a população negra. Segundo o IBGE, as pessoas brancas têm mais acesso à educação comparada com a população negra, em relação a sua efetividade e às condições materiais que são totalmente desiguais. Assim, ao observarmos a educação enquanto um direito de todos, podemos dizer que, no caso brasileiro, do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal em vigência representou um avanço, mas a realidade ainda é bastante desigual. Sobre isso, Cury (2011) faz a seguinte observação:

Se considerarmos que a educação é constituinte da dignidade da pessoa humana e elemento fundante da democratização das sociedades, se considerarmos o quanto educadores e educadoras se empenham em prol da educação como direito, se considerarmos a importância da Constituição como pacto fundante da coexistência social, certamente o capítulo da Educação na nossa atual Constituição é avançado e contém bases e horizontes para uma vertente processual de alargamento da cidadania e dos direitos humanos (CURY, 2011, p. 26).

Dessa forma, “os avanços não teriam ocorrido sem a responsabilização do Estado brasileiro pelo direito social à educação e pelo direito público subjetivo” (TREVISOL; MAZZIONI, 2018, p. 21), mas é notório a necessidade de uma contínua busca por soluções eficazes quanto à qualidade do ensino brasileiro, que envolva educandos, profissionais e a comunidade educacional, além do desenvolvimento de políticas públicas educacionais que abranjam toda a população.

3.4 O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Há um grande valor social e histórico em analisar o direito social do acesso à educação. Essa é uma tarefa da sociedade contemporânea na busca por uma cidadania plena, que de fato abranja os direitos sociais, políticos e civis. Nesta seção busca-se analisar a trajetória da educação dos negros, problematizando as políticas públicas educacionais e o papel do Estado neste processo.

Na constituição do Estado brasileiro é necessário compreender que em muitos momentos o Estado não atendeu aos interesses da população e sim de grupos específicos e, em grande medida, pertencentes às classes dominantes. Nesse cenário, a população negra foi silenciada e subjugada.

Como todo Estado de uma sociedade escravista ele era inteiramente fechado a tudo aquilo que poderia ser chamado de democracia. Durante toda a existência do Estado brasileiro, no regime escravista, ele se destinava, fundamentalmente, a manter e defender os interesses dos donos de escravos. Isto quer dizer que o negro que aqui chegava coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isto, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado (MOURA, 1988, p. 21).

A repressão sofrida pela população negra se fez presente em vários momentos da formação territorial do Brasil, principalmente, no período escravista: “o que caracteriza fundamentalmente esse período da nossa história social é a luta do escravo contra esse aparelho de Estado” (MOURA, 1988, p. 22). Nesse processo é possível entender que “o aparelho de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje” (MOURA, 1988, p. 23). Na relação do Estado com o racismo, “uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo

tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 87).

Na busca por uma sociedade de igualdades que se faça presente no cotidiano é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que “tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2017, p. 1). Assim, assegurando direitos e qualidade de vida para toda a população do Brasil, principalmente às pessoas negras, a quem foi negada a cidadania durante a escravidão.

É nesse contexto que emerge a necessidade de políticas públicas. Elas, as políticas públicas, são compostas por entendimentos e interesses diversos, debatendo problemas e apontando possíveis soluções. Nesse jogo de complexidades existentes acerca do conceito da política pública, Souza (2006) apresenta que:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

No que diz respeito ao progresso e acesso aos direitos, no cenário atual, o Estado aparece como potencializador para proporcionar direitos para os cidadãos. Assim, as políticas públicas se fazem necessária para o acesso à educação da população negra, por meio de políticas públicas educacionais; aquelas ações e programas que são criadas pelas instituições governamentais para garantir e colocar em prática o acesso à educação para todos os cidadãos. Dessa forma, “a política educacional diz respeito às medidas que o poder público toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação” (SAVIANI, 2005, p. 29). É o caso da Lei 10.639 de 2003 alterada para a Lei 11.645 de 2008, que buscou implantar, de forma obrigatória, o ensino de História e Cultura africanas, afrodescendentes e indígenas nas Instituições Escolares públicas e privadas, envolvendo o Ensino Fundamental até o Médio. Essa lei vem promovendo significativas mudanças no modelo curricular vigente. Graças a Leis como essa, se faz possível debater sobre as relações étnico-raciais através de políticas públicas educacionais. “Este tema tem mobilizado os debates educacionais, colocando foco

em novos sujeitos e novas práticas educativas, na expectativa de minimizar a discriminação racial e o preconceito em nossas escolas” (FONSECA; SILVA; FERNADES, 2011, p. 5).

As políticas públicas educacionais de acesso ao Ensino Superior, como as cotas, têm garantindo a entrada na educação superior de uma parcela da população afrodescendente e indígena. Essa medida foi criada para assegurar e prestar serviços à população que mais necessita desses direitos, assim o sistema de cotas é uma “política redistributiva: concebem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. É um tipo de política que provoca muitos conflitos” (SECCHI, 2017, p. 25). Entretanto, a política pública de cotas raciais se mostra essencial e eficaz para garantir o acesso e a permanência dos afrodescendentes ao Ensino Superior. Ela apresenta um caráter social e busca combater as desigualdades sociais e raciais existentes.

Na sociedade contemporânea, se faz necessário compreender a relação do sistema econômico com o capital, pois não se pode falar em Estado sem destacar o processo histórico e suas transformações, principalmente, porque o Estado neoliberal, em seus planos de governo, tem desenvolvido políticas e ações, controlando a população que é inserida ou não nos meios de produção. Em síntese, as políticas educacionais têm sido pensadas pelo viés econômico.

É perceptível que o modelo neoliberal é uma forma de teoria que configura o Estado para a garantia de direitos individuais, sem intervenção da esfera pública, principalmente, na esfera econômica. Esse modelo acaba desenvolvendo uma maneira de condução arbitrária e não regulamentadora, uma ideia centralizada no termo “menos Estado e mais mercado” (CONSTANTINO, 2014, p. 1). De maneira geral, “os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada” (HÖFLING, 2001, p. 37).

Desse modo, é notório que quando tratamos de construções e definições alimentadas pelo Estado, há um jogo de interesse entre o mercado que regulamenta a sociedade, e a necessidade de direitos da população. Assim sendo, o Estado precisa voltar-se aos interesses das populações e seus princípios básicos, como educação, saúde e moradia, mostrando que a sua existência ocorre por meio da administração de um território, objetivando atender os anseios e interesses da população por meio da construção de direitos sociais e não apenas do oferecimento de serviços sociais.

Na questão da presença dos estudos das relações raciais, com ênfase aos negros nos espaços escolares, “a realização de estudos e pesquisas sobre relações raciais nas escolas brasileiras tem ocorrido desde o final dos anos 1970, quando se percebe uma considerável

presença de estudantes negros nas universidades públicas” (ROMÃO, 2005, p. 26). Entretanto, são recentes as produções que abordam a educação dos negros:

É muito recente, por parte das instituições de educação e pesquisa, a preocupação com o tema da educação dos negros brasileiros. Parte da ausência desses estudos justifica-se, por um lado, pela carência de fontes, recurso central para a história e os historiadores e, por outro, pelo desconhecimento das abordagens e práticas educativas dos pesquisadores e movimentos sociais negros no país (ROMÃO, 2005, p. 11).

De fato, há uma carência de produções e autores que retratem a trajetória da educação da população negra no Brasil. O que é justificado pela predominância de um modelo de educação europeia que, muitas vezes, deixa de considerar as diferentes matrizes culturais que compõem a história brasileira, como as populações indígenas e negras, e impede que conheçamos outras realidades e experiências brasileiras com marcas das contribuições afrodescendentes. Eis a razão pela qual consideramos importante resgatar a historicidade vivenciada no Brasil. Afinal, como diz Romão (2005):

Quando se tenta organizar informações sobre a história da educação dos negros no Brasil, fazem-se necessários dois procedimentos: o primeiro é reunir os poucos estudos voltados especificamente para o resgate dessas experiências, os quais emergem principalmente na segunda metade dos anos 1990. O segundo é realizar leitura atenta de estudos em História da Educação Brasileira, problematizando as informações, observando os materiais iconográficos apresentados e questionando a invisibilidade que se dá a esse segmento (ROMÃO, 2005, p. 27).

É importante constituir e assumir uma cidadania que procure expandir os direitos e beneficiar toda a população, não apenas políticas e reflexões realizadas por pessoas negras, mas por toda a sociedade. Uma tarefa que precisa ser realizada em conjunto com a população branca e não branca. Assim, o que destaca Ângela Davis (2016) se faz essencial: “em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista” (DAVIS, 2016, p. 1). É preciso que todas as pessoas pensem no acesso aos direitos, com ênfase na educação e igualdade, na busca por uma sociedade verdadeiramente democrática, que procure combater às desigualdades e o racismo.

A política pública educacional que busca o reconhecimento e a valorização da história e cultura africana e afrodescendente foi expressa “em 09 de janeiro de 2003, com a assinatura da lei 10.639/03, oriunda do Projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira” (SANTOS, 2010, p. 4). Mais tarde, em 2008, foi modificada pela Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-

brasileira, africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Essa nova legislação, inseriu mudanças na redação de dois artigos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

Art.26-A – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-brasileira.

Parágrafo Primeiro – O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art.79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003, p. 1).

A Lei⁷ garante a valorização e o reconhecimento em trabalhar os aspectos históricos, sociais e culturais, que constituíram a formação de afrodescendentes e indígenas nas instituições escolares. “Se torna mais um instrumento para que, na dinâmica sociopolítica e no próprio cotidiano escolar, com todas as contradições, conflitos e embates que ali se dão, sejam produzidos os significados e os valores em torno de seu conteúdo” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 58) para que, assim, as populações afrodescendentes e indígenas saiam da invisibilidade e não se silenciem frente aos obstáculos e ao racismo que a sociedade apresenta.

A Lei é contribuinte a um movimento que fortalece a condição de dizer não a exclusão social e racial em busca de uma sociedade antirracista. Contudo, essa tarefa precisa ser enfrentada e defendida por toda a sociedade. Os apontamentos de Reis (2019) sobre a efetividade da lei, “dezesseis anos se passaram e a legitimidade não tem sido efetivada com seriedade por parte do sistema educacional, considerando a priorização dada às datas comemorativas que são concentradas especialmente no mês de novembro” (REIS, 2019, p. 1), dizem muito sobre como as demandas do Movimento Social Negro são vivenciadas na sociedade brasileira. Entretanto, a autora descreve que “a discussão em torno desta lei nos proporciona um avanço, do ponto de vista das possibilidades de melhorias práticas, mas,

⁷ Lei 10.639 de 2003: Processo de mudança curricular, tendo como papel o Movimento Social Negro que “só veio a ser atendida, em grande parte, em 09 de janeiro de 2003, com a assinatura da lei 10.639/03, oriunda do Projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999, pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira” (SANTOS, 2010, p. 4).

É importante ressaltar “que a Lei 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o mais importante marco regulatório contemporâneo da Educação no Brasil” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 234).

ainda assim, é preciso fiscalizar para que ocorra a implementação desta lei, tendo em vista que a sua aplicabilidade é um direito” (REIS, 2019, p. 1).

O desafio que se apresenta frente às “diversas dificuldades no processo de implantação da Lei 10.639/2003, relacionadas à formação de profissionais de ensino, à disponibilidade e à divulgação de recursos para o ensino, à intolerância religiosa, entre outros” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 58), precisa ser encarado com coragem e serenidade. Nesse processo, é necessário que a efetivação da Lei ocorra com o envolvimento de todos, só assim a Lei poderá ser compreendida como “uma forma de reparação de uma dívida social com a população negra, contraída em função do longo período escravista, das políticas de embranquecimento, do mito da democracia racial e das práticas racistas” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 62). A sociedade precisa compreender que não basta apenas incluir no currículo e nos conteúdos programáticos essa lei, sendo necessário que a população conheça esta história e que as relações de respeito e igualdade ultrapassem a sala de aula, na busca por uma relação dentro e fora do espaço escolar.

Para Reis (2019) “é preciso promover ações educativas com práticas diárias, visando o investimento no processo de autoconhecimento e da autoestima dos(as) descendentes(as) de africanos (as) no Brasil, frente aos obstáculos que são disparados cotidianamente pelo racismo institucional” (REIS, 2019, p. 1). A autora propõe práticas importante como: “o MUCAI (Museu Virtual de Contos Africanos e Itan) [...] Trata-se de um portal didático-pedagógico que dissemina uma coletânea de narrativas africanas, tendo como elo ancestral a tradição africana presente no candomblé” (REIS, 2019, p. 1).

Ao olharmos para o problema da efetividade que essa política pública educacional enfrenta é importante observar que “os pontos fracos dessas políticas são os mesmos encontrados em outras práticas de gestão participativa, sobretudo as dificuldades de mobilização e de presença dos públicos envolvidos e o engessamento na tomada de decisões, subordinadas a processos políticos e burocráticos” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 73). Ou seja, os problemas da implementação da Lei não estão apenas no conteúdo que é abordado no currículo, envolvem toda a organização do espaço escolar e, muitas vezes, essas questões ultrapassam as instituições de ensino como, por exemplo, as questões sociais, “sobre a qual a escola exerce influência e pela qual é, por sua vez, influenciada – que ainda se estrutura e organiza com base em preconceitos raciais e sociais naturalizados” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 73).

Conforme pudemos perceber, entre os avanços e retrocessos, a Constituição de 1988, apesar da timidez no que se refere às políticas educacionais e ações práticas para resolver

deficits históricos com a população negra, se aproxima mais dos avanços que retrocessos. O processo de instrumentalização das ações afirmativas no Brasil ocorreu por meio da “delimitação constitucional de 1988 que concedeu definidas atribuições ao Estado e ao governo no que se refere ao processo de formulação e viabilização de políticas públicas” (DORNELAS et al., 2017, p. 39). A Constituição Federal de 1988, considerada a carta magna, foi aprovada em um período de redemocratização do país, apresentando como uma das principais características a construção de um espaço mais democrático para a população. “A constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2004, p. 199).

Quanto às questões raciais, “a nova Constituição introduziu a criminalização do racismo (que posteriormente definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor com a lei 7716/1989), o reconhecimento ao direito de posse da terra nas comunidades quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares” (LIMA, 2010, p. 78). Nesse processo, novos debates surgiram, ligados ao crime de racismo, que até atualmente está presente na sociedade brasileira. Importante ressaltar que a atual Constituição redemocratizou a cidadania para a população, mas novos problemas surgiram, e em relação à população afrodescendente, a história é primordial para compreender a dívida social do Brasil com os negros.

Uma importante diretriz para a educação foi o Plano Nacional da Educação, Lei nº 13.005/2014 estando vigente de 2014 – 2024, que teve como um dos principais objetivos a superação das desigualdades. Assim, “o Plano Nacional de Educação (PNE) – é uma lei em vigência desde 25 de junho de 2014 e estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da Educação brasileira” (PNE, 2018, p. 1). Uma política educacional que “desde a Constituição Federal de 1988, o País tem a obrigação de planejar o futuro de seu ensino, com o objetivo de oferecer uma Educação com mais qualidade para toda a população brasileira” (PNE, 2018, p. 1).

Sobre o PNE, de acordo com Santos (2015), é importante lembrar que o atual Plano é fruto de um debate que iniciou na primeira década desse século, e desde então tinha como intenção superar as complexas relações existentes entre as diferentes políticas educacionais existentes em todos os entes da federação. Por isso, já em 2001, “a Lei n.º 10.172, de 09/01/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, sustentava que ele deve ser desdobrado pelos estados, Distrito Federal e municípios em planos decenais correspondentes” (SANTOS, 2015, p. 128).

De acordo com Santos (2015), o PNE em discussão em 2001 já dizia que, “sendo o PNE um plano de Estado, a longo prazo, e não de governo, representa o compromisso de uma geração para com as gerações futuras” (BRASIL, 2001, p. 13). Ainda, de acordo com a Unesco, “[...] o PNE representa um conserto de vontades e não um documento isolado, escrito por um grupo” (BRASIL, 2001, p. 7). Santos (2015), ressalta que “esta observação vem ao encontro da intenção da lei que criou o PNE” (SANTOS, 2015, p. 129). Pois, de acordo com o que diz a lei, “[...] todo esse processo, especialmente a execução dos planos, necessita apoiar-se em um novo pacto nacional, estabelecido entre as forças sociais e políticas, conjugando competência técnica e a competência política” (BRASIL, 2001, p. 7). Apesar de tudo isso, “antes do fim do primeiro decênio do PNE, as dificuldades em criar um novo pacto nacional para a educação já eram evidentes. A conjugação de competência técnica e política se fez valer, mais no papel do que na execução das políticas educacionais” (SANTOS, 2015, p. 129).

O Plano Nacional da Educação em vigor, Lei nº 13.005/2014, segue em busca da realização das suas 20 Metas. Recentemente (2020), O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentou o Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com o INEP, esse Relatório, publicado a cada dois anos, tem como objetivo “aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE, conforme determina a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014” (BRASIL, 2020, p. 9). Considerando 2014 como o ano inicial do PNE, “o Relatório compõe o conjunto de publicações específicas do monitoramento do Plano: PNE 2014-2024” (BRASIL, 2020, p. 9). Portanto, 3º Relatório segue as avaliações do “Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016; e Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018” (BRASIL, 2020, p. 9).

O que o Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) demonstra que são muitas as ações ainda pendentes para que as 20 Metas do PNE possam ser cumpridas até 2024. Nesse sentido, conforme indica Santos (2015).

Embora as metas do PNE sejam um indício de que o Brasil está debatendo sobre a importância de um projeto educacional a médio e longo prazo, quando observamos a realidade das escolas brasileiras e as tamanhas diferenças regionais, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou culturais, percebemos que algumas metas terão muitas dificuldades em serem cumpridas na sua integralidade (SANTOS, 2015, p. 139).

Essa constatação é resultado de diversas negligências para com a educação. Por isso, “não podemos ignorar essa realidade. Se assim procedermos, estaremos impedindo o Brasil de tornar-se um país melhor” (SANTOS, 2015, p. 139). Ou seja, precisamos continuar atentos e atentas as demandas educacionais e fazer valer as leis existentes. Nota-se que, se no aspecto geral da educação básica brasileira ainda são muitos os *deficits* educacionais, o que dizer das especificidades que envolvem minorias e/ou populações historicamente marginalizadas e desassistidas.

Em relação a essas populações, especialmente a que é tema dessa pesquisa, os estudos de Gräff (2017) sobre a *Exclusão e Discriminação Negativa* mostram que há graves desigualdades e exclusão da população negra do sistema de educação. Ao apresentar dados da Unesco (2009) sobre os excluídos do sistema educacional, a autora sinaliza que “de acordo com o estudo, o fenômeno da exclusão atinge com maior impacto alguns grupos específicos, como indígenas, negros, pobres e moradores de zonas rurais” (GRÄFF, 2017, p. 112). Dessa forma, “não frequentar a escola representa a inviabilização da participação social e da constituição de modos de vida que se configuram a partir das relações de produtividade no mercado de trabalho [...] (GRÄFF, 2017, p. 112).

Isso pode ser analisado por meio das desigualdades existentes em todo o território nacional. Um país que sobre o viés econômico é considerado uma das maiores economias mundiais, mas que no acesso à infraestrutura (habitação, saneamento básico e condições econômicas), à educação, à saúde e o trabalho apresenta uma das maiores diferenças. No aspecto da educação, por exemplo, dados do IPEA indicam que:

Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país; contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente, da população negra, de nordestinos e da população rural na educação” (IPEA, 2011, p. 21).

Se o Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) mostram que as desigualdades ainda persistem, os dados do IPEA indicam que entre a população negra os contrastes são ainda maiores. Na região nordeste do Brasil, por exemplo: “20,5% de negros em situação de analfabetismo, contra 14,2% dos brancos. Na área rural nordestina, identifica-se que 32,6% das pessoas não tiveram acesso à educação formal” (IPEA, 2011, p. 22). Outras disparidades, como a diferença na alfabetização de pessoas brancas e pretas, é, também, alarmante. Os dados abaixo revelam essa desproporção:

Observa-se que a média de anos de estudos da população com 15 anos ou mais de idade aumentou de 5,5 anos, em 1995, para 7,5 anos, em 2009, representando um aumento de 2 anos no período. Considerando-se a população negra, identifica-se um aumento de 2,4 anos no mesmo intervalo, o que não representa ainda o rompimento das desigualdades: em 2009, os/as negros/as tinham 6,7 anos de estudos, contra 8,4 anos da população branca.

Considerando-se as desigualdades raciais, em 2009, 20,2% das crianças brancas entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches, contra apenas 16,7% de crianças negras.

No ensino médio, a taxa de distorção idade série atinge 41,0% dos jovens negros, contra 26,9% dos jovens brancos. No entanto, atinge 38,2% das jovens negras, contra 24,1% das mulheres brancas.

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior [...], neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados (IPEA, 2011, p. 21).

Esses dados demonstram que as desigualdades na educação brasileira continuam acentuadas. Nesse cenário, resolver as Metas do PNE é um passo importante rumo à resolução de problemas básicos da educação, mas é preciso que esses problemas sejam enfrentados com a verdade dos fatos. Ou seja, no que se refere a população negra, é preciso admitir que as diferenças históricas exigem políticas que venham ao encontro das condições de acesso à educação, permanência e aprendizagem.

Finalizando essa breve reflexão sobre o papel do Estado e das Políticas Públicas Educacionais para o acesso à educação da população negra no Brasil, é preciso afirmar que, sim, houve avanços significativos quanto ao processo das políticas públicas que inserem a população negra nos espaços escolares. Diversas ações afirmativas se mostraram e se mostram positivas, pois propiciam maior conhecimento e diversidade de estudo, englobando as vivências, costumes e conhecimentos acerca das populações negras e indígenas. No entanto, consideramos que esse progresso precisa ser problematizado a luz de pesquisas científicas, capazes de trazer para o debate uma realidade para além das aparências. É o que estamos tentando fazer ao relacionarmos o processo educacional da população negra no Brasil com a existência de um Contrato Racial, presente desde o momento em que o Brasil se tornou uma colônia de um país europeu.

4 A EXISTÊNCIA DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA RELAÇÃO ENTRE RAÇA E RACISMO

Neste capítulo pesquisamos a possível existência de um Contrato Racial na trajetória educacional brasileira, o que resulta, obviamente, em consequências negativas para o desenvolvimento social como um todo, mas, tem um peso maior a quem, historicamente, teve tratamento desigual. Antes das indicações, porém, faz-se necessário um esclarecimento mais pontual acerca desse tema. Afinal, o que é o Contrato Racial?

O uso desse termo, assim como a compreensão que temos a partir dele, se deve às explicações do filósofo afro-americano Charles W. Mills, explicitadas no texto “O Contrato De Dominação” e no livro “*The Racial Contract*”. Nessa obra, em especial, Mills enfatiza a ideia, e sua convicção, de que existe uma supremacia branca ocidental que determina os processos de relações e de contratos entre pessoas e povos. A dominação está na origem desses processos. Assim diz Mills: “(...) that we live in a world which has been foundationally shaped for the past five hundred years by the realities of European domination and the gradual consolidation of global white supremacy” (MILLS, 1997, p. 20)⁸. Ou seja, são reais as possibilidades de que essa supremacia determine as condições legais e morais dos contratos que se estabelecem entre povos e nações.

De acordo com Mills (1997)⁹, embora nenhum ato isolado corresponda literalmente à elaboração e assinatura de um contrato, há uma série de atos oriundos de doutrinas e

⁸ “Se vivemos em um mundo que foi fundacionalmente moldado nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e pela gradual consolidação da supremacia branca global” (MILLS, 1997, p. 20, tradução nossa).

⁹ “By contrast, ironically, the Racial Contract, "never so far as I know explored as Sueh, has the best claim to being an actual historical fact. Far from being lost in the mists of the ages, it is clearly historically locatable in the series of events marking the creation of the modern world by European colonialism and the voyages of ‘discovery’ now increasingly and more appropriately called expeditions of conquest. The Columbian quineentenary a few years ago, with its accompanying debates, polemics, controversies, counterdemonstrations, and outpourings of revisionist literature, confronted many whites with the uncomfortable fact, hardly discussed in mainstream moral and political theory, that we live in a world which has been foundationally shaped for the past five hundred years by the realities of European domination and the gradual Consolidation of global white supremacy. Thus not only is the Racial Contract ‘real’, but-whereas the social com tact is characteristically taken to be establishing the legitimacy of the nation-state, and codifying morality and law within its boundaries, the Racial Contract is global, involving a tectonic shift of the ethicojuridical basis of the planet as a whole, the division of the world, as jean-Paul Sartre put it long ago, between "men" and "natives". Europeans thereby emerge as ‘the lords of human kind’, the ‘lords of all the world’, with the increasing power to determine the standing of the non-Europeans who are their subjects. Although no single act literally corresponds to the drawing up and signing of a contract, there is a series of acts-papal bulls and other theological pronouncements European discussions about colonialism, ‘discovery’, and international law; pacts, treaties, and legal decisions; academic and popular debates about the humanity of nonwhites; the establishment of formalized legal structures of differential treatment; and the routinization of informal illegal or quasi-legal practices effectively sanctioned by the complicity of silence and government failure to intervене and punish perpetrators which collectively can be

pronunciamentos teológicos, assim como são vastas as discussões europeias sobre colonialismo, “descoberta” e direito internacional; pactos, tratados e decisões judiciais; debates acadêmicos e populares sobre a humanidade de não brancos, etc., que justificam a defesa de que a supremacia branca ocidental fez emergir o que ele chama de “os senhores da espécie humana”. No comportamento desses “senhores” e nas tintas (das penas e canetas) que escreveram o que passou a vigorar como regras, jurídicas e morais, sempre estiveram presentes a convicção e o sentimento de superioridade.

É nesse contexto de relações que se explica a emergência de um Contrato Racial. Em outras palavras, desde a chegada dos europeus na América, existiu um sistema organizacional que determinou relações estabelecendo *status* e hierarquias de pessoas “superiores civilizadas” e “inferiores não civilizadas”. Com o passar dos anos e a formação de elites locais, subservientes a metrópole, mas agora, exploradoras dos explorados, foi se dando continuidade e legitimando as noções de superioridade de uns para com os outros. Essa relação pode ser explicada por Moura (1988):

É nesse processo de choque entre as duas classes, inicialmente durante o regime escravista (senhores e escravos) e, posteriormente, entre as classes dominantes e os segmentos negros dominados, discriminados e marginalizados, que iremos encontrar explicação para essa realidade e, inclusive, para o grau de discriminação cristalizado no racismo (eufemisticamente chamado de preconceito de cor) por grandes parcelas da população brasileira que introjetaram, a ideologia das classes dominantes. As religiões afro-brasileiras, em razão disto, deviam ser consideradas inferiores, de um lado, e/ou exterminadas, ou neutralizadas (assimiladas), de outro. Daí se procurar vê-las como elementos que representam não uma necessidade social, histórica, cultural e psicológica de determinada comunidade étnica que compõe a nação brasileira, mas como remanescentes de uma fase já transposta da nossa história que precisa ser esquecida (MOURA, 1988, p. 53).

Na relação de dominação e dominados no período colonial, as questões como as diferenças sociais eram exacerbadas para acentuar essa dominação. É nesse cenário que a estruturação de uma sociedade necessita da pluralidade, pois, não há como negar que a lei e os costumes de quem se diz e se faz superior terão predominância. Em síntese, segundo Mills (1997), os contratos da modernidade têm uma origem: um Contrato Racial que estabeleceu a legitimidade do Estado-nação, codificando moralidade e lei dentro dos seus limites.

No capítulo 1 – OVERVIEW - da obra “*The Racial Contract*” Mills (1997) descreve que o Contrato Racial é: “The Racial Contract is political, moral and epistemological; The Racial Contract is a historical actuality; The Racial Contract is an exploitation contract”

seen, not just metaphorically but close to literally, as its conceptual, juridical, and normative equivalent” (MILLS, 1997, p. 19-20).

(MILLS, 1997, p. 9)¹⁰. Por ser tudo isso, ou seja, político, moral, epistemológico; uma realidade histórica e um contrato de exploração, o Contrato Racial mantém estreitas relações com as diferentes formas de relacionamento entre seres humanos. No caso brasileiro, temos muitos exemplos de manifestações desse Contrato, mas não queremos problematizá-lo de forma descontextualizada e irresponsável, por isso, dentro dessa Visão geral (*Overview*) do Contrato Racial apresentado por Mills, nos propomos a perceber como a existência desse Contrato afeta as ações que procuram superar o racismo e o preconceito no Brasil, entre elas, a criação das Leis nº 10.639 de 2003, alterada para a Lei nº 11.645 de 2008 que modifica a LDB nº 9.394 de 1996, que tratam da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Então, emerge a necessidade de reflexões como toda a sociedade e, principalmente por meio da educação, proporcionar outras visões de mundo, além das que já estão propagadas.

Partindo desse pressuposto, ou seja, de que o Contrato Racial é estruturado por relações de poder e dominação que ocorreram ao longo do tempo, sem cometer o risco do exagero, podemos dizer que, no território brasileiro, desde a chegada dos europeus, passou a existir um sistema social e racial onde a “raça” dominante realizou acordos de hegemonia sobre a mão de obra escravizada. Importante pensar que essas relações de poder se deram pelo viés de estratégias e racionalidade. Dessa forma, “pode-se chamar de relações de poder aquelas relações de luta ou confronto que visam à dominação do(s) outro(s) segundo uma racionalidade própria” (VEIGA-NETO, 2008, p. 21). Essa relação ocorreu no Brasil, onde a dominação ocorreu pelos colonizadores e colonizados, sendo relevante destacar que:

Em termos etimológicos, é fácil compreender a relação de dominação como uma operação em que uma parte quer trazer a(s) outra(s) para o seu domínio, ou seja, para a sua casa, seu domo, sua morada – do latim *domus*, i: casa, habitação, pátria. [...] Assim é que a dominação – sobre o(s) outro(s) – implica uma ação de governar ou um governo – sobre esse(s) outro(s) (VEIGA-NETO, 2008, p. 20).

É importante frisar que esse acordo/contrato não nasceu com a chegada dos europeus no Brasil e tampouco deixou de existir com o fim da escravidão. Os relatos históricos mostram outras experiências semelhantes ocorridas antes disso em outras civilizações e tantas outras que continuam ocorrendo no Brasil e em outras sociedades. A exploração de riquezas e de populações menosprezadas foi se tornando uma experiência cotidiana. A classe dominante

¹⁰ “O Contrato Racial é político, moral e epistemológico; O contrato racial é uma realidade histórica; O Contrato Racial é um contrato de exploração” (MILLS, 1997, p. 9, tradução nossa).

(inicialmente, brancos europeus; depois, misturada às elites locais) se mostrava superior e detentora das vontades das populações nativas e dos escravos africanos que iam chegando,

Os escravos formavam a classe dominada fundamental da sociedade escravista brasileira. Em consequências disto, as suas religiões passaram a ser vistas, por extensão, pelos dominadores, senhores de escravos, como um mecanismo de resistência ideológica social e cultural ao sistema de dominação que existia (MOURA, 1988, p. 52).

Nesse processo, as relações de poder e dominação ocorriam por grande parte da população colonizadora, sendo que “uma relação de poder não é uma forma nem de parceria (entre partes), nem de pleno consentimento (de uma parte à outra), mas sim de busca racional e agonística pela dominação racional (de uma parte sobre a outra)” (VEIGA-NETO, 2008, p. 24).

Sobre os “brancos”, é importante mencionar a observação de Mills: “All whites are *beneficiaries* of the Contract, though some whites are out *signatories* to it” (MILLS, 1997, p. 11)¹¹. Veja-se que Mills destaca as palavras *beneficiaries* e *signatories*, com isso, ele indica que todos os brancos são beneficiários do Contrato, mas isso não significa dizer que todos são signatários. Conforme o autor, alguns (*some*) são signatários. De todo modo, é preciso falar desse assunto usando os termos “brancos” e “não brancos” para entender como se deu a composição da sociedade e a formação do povo brasileiro, sem ignorar as mazelas sociais e as desigualdades ainda vivas e determinantes das relações humanas e sociais. Assim sendo:

Elide-se, assim, a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte dessa população não-branca. Essa elite de poder que se auto-identifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro (MOURA, 1988, p. 62).

Outra importante observação que não podemos perder de vista quando falamos de Contrato Racial é o sentido da palavra Contrato (apenas Contrato, sem a junção do termo Racial). Ao tratar desse conceito, Mills (1997) volta-se às teorias do *contratualismo*, especialmente à Rousseau e a sua formulação do Contrato Social, para então desenvolver a sua tese de Contrato Racial. Como essa pesquisa não tem a intenção de aprofundar o debate sobre a questão filosófico-política do contratualismo, abrimos mão de um resgate do Contrato Social de Rousseau como fez Mills, mas não podemos deixar de mencionar que os três

¹¹ “Todos os brancos são beneficiários do Contrato, embora alguns brancos sejam signatários do mesmo” (MILLS, 1997, p. 11, tradução nossa).

momentos – estado de natureza/estado de sociedade/contrato social –, que marcam a trajetória da obra de Rousseau, estão presentes nas interpretações sobre a trajetória educacional dos negros no Brasil. Ou seja, os negros no Brasil, por muito tempo, estiveram “fora do Estado”, depois foram incorporados, mas de uma forma desigual.

De que adianta a igualdade jurídica se na prática as pessoas não são iguais! Essa afirmação/exclamação vem sendo expressa desde o Contrato Social de Rousseau (1762). Para esse autor, por conta do Contrato, o cidadão é soberano e súdito ao mesmo tempo (quando cria a lei é soberano, quando se submete a lei que criou é súdito). Ele é soberano porque detém o direito natural de criar as leis, mas ele também as obedece, portanto, é também súdito. Mas, súdito aqui não significa inferior. Nesse sentido, a lei é justa porque derivou da vontade geral. A liberdade e a igualdade, nesse caso, se efetivam na condição de que todos estão participando do processo de criação das leis.

O Contrato Social de Rousseau (1762) mostra a formatação de um Contrato. De forma mais objetiva que outras teorias contratualistas, Rousseau evidencia que os contratos que dão vida às sociedades políticas, são um construto humano. Assim, nessa construção contratual que diferencia gênero e raça (etnia) é que o Contrato Racial foi forjado. Portanto, ao trazermos a discussão do Contrato Racial é importante ressaltar sua configuração histórica e social no sistema de dominação, oriundo dos Contratos que emergiram, sobretudo, a partir da Modernidade. Importante ressaltar que chamamos de “dominação a toda e qualquer técnica de governo de um/uns sobre o(s) outro(s). Conforme aconteça essa dominação é que poderemos qualificá-la de *violenta* ou de *poderosa*” (VEIGA-NETO, 2008, p. 23). Quando se trata desse assunto é necessário analisar a origem da sociedade civil, que no século XVI e XVII foi o princípio político de um contrato. As teorias ao redor dos contratos têm ligação com a formação dos Estados e seus governos, pois, em resolutivo momento as pessoas reconhecem a precisão de criar um acordo, conhecido como um pacto social.

Para as discussões do Contrato Racial se fazem necessários os apontamentos realizados por Carneiro (2005), segundo a qual: “a primeira advertência de Mills é que o contrato social é uma teoria que fundamenta a existência de um governo e de uma sociedade civil afiançada por indivíduos considerados iguais” (CARNEIRO, 2005, p. 47). Essa primeira denominação de contrato social vem estruturar os outros tipos de contrato existentes. De acordo com Mills apud Carneiro (2005):

O ponto é, portanto, que existe um claro precedente na tradição ocidental do contrato social para a ideia de um contrato manipulador excludente empregado pelos poderosos para subordinar outros na sociedade sob o pretexto de incluí-los como

iguais. Porém, seja por causa do radicalismo inaceitável da ideia, seja por causa da sua incongruência extrema com a concepção hegemônica (para a qual, em todas as variações supracitadas, uma consensualidade legitimadora é o fator comum fundamental), seja por causa da brevidade da sua abordagem, o primeiro contrato de Rousseau dificilmente é discutido na literatura secundária, tanto na teoria do contrato social em geral como nos estudos baseados em Rousseau em particular (MILLS, 1997 apud CARNEIRO, 2005, p. 22).

Seguindo o raciocínio da autora, é possível perceber que o contrato social está ligado à visão eurocêntrica, ou seja, se aproxima dos benefícios dos civilizados e das classes dominantes. Como consequência desses benefícios, Almeida (2019, p. 28) aponta que “a classificação dos seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, com uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania”. O processo de dominação realizado através da concepção de poder é circundado com as questões históricas e sociais, por meio de uma “produção social e cultural da eleição e subordinação racial” (CARNEIRO, 2005, p. 2). Assim, “o conceito de “contrato de dominação” pode ser empregado de forma produtiva para superarmos os descaminhos dos pressupostos gerais da teoria hegemônica do contrato social” (MILLS, 2013, p. 15). Nesse sentido, os apontamentos se fazem necessários:

Para ele (Foucault), o poder não é uma entidade externa de que se possa lançar mão numa relação social, seja essa uma relação de produção, de família, de sexualidade etc.; não vindo de fora, o poder está sempre intrincado em qualquer relação [...] Assim, o poder deve ser compreendido e analisado em movimento. Deve ser analisado nos movimentos que acontecem ao longo das malhas da rede social, em cujos nós se situam os indivíduos que, ao mesmo tempo em que submetem ao poder, são capazes de exercê-lo (VEIGA-NETO, 2008, p. 24).

Como supracitado, o contrato social abrange vários outros contratos. Nesse processo inclui-se o contrato racial. A supremacia da população branca estrutura o contrato racial, essa é a “teoria desenvolvida e defendida por Charles W. Mills” (CARNEIRO, 2005, p. 46). É importante analisar e configurar a historicidade do Contrato Racial, sendo ela atribuída a um conjunto de eventos ligados a partir do final do século XV, como as expedições de conquistas e, posteriormente, o imperialismo europeu sobre os povos dominados (CARNEIRO, 2005). O surgimento do Contrato Racial está ligado ao surgimento da raça, essa que, por sua vez, apresenta muitas controvérsias sobre suas definições, mas, nessa Dissertação, seguimos as abordagens que descrevem que “a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI” (ALMEIDA, 2019, p. 24).

Acerca das relações entre raça e contrato racial, Carneiro (2005) destaca algumas evidências apontadas por Mills:

Segundo Mills, a possibilidade de construção teórica do Contrato Racial se dá a partir de três evidências que são de natureza existencial, conceitual e metodológica. Do ponto de vista existencial, Mills propõe em primeiro lugar o reconhecimento da supremacia branca no mundo. Do ponto de vista conceitual propõe tomar essa supremacia branca como expressão de um sistema político. Do ponto de vista metodológico, Mills propõe a consideração da supremacia branca como reveladora de um Contrato Racial. Mills irá sustentar esta concepção no diálogo com as teorias contratualistas consagradas pela filosofia política, em que a noção de contrato social constitui, para ele, a possibilidade teórica de empreender a conexão entre as teorias políticas dominantes e as questões postas pelo tema da racialidade (CARNEIRO, 2005, p. 47).

O Contrato Racial “é um contrato firmado entre iguais, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação” (CARNEIRO, 2005, p. 47). Descrevendo com maior especificidade esse contrato, é importante destacar a necessidade de um olhar detalhado para os momentos e registros históricos. Alguns destaques que podem ser relatados e datados estão ligados às explorações que foram realizadas pelos impérios europeus e pelo estabelecimento de colônias na América. Assim, é possível analisar que desde o processo de colonização já havia uma supremacia branca em nível global e nacional. Como ressalta Carboni e Maestri (2012) sobre a relação da classe dominante com os povos escravizados:

Senhoras do Império, as classes dominadoras independentes eram herdeiras sociais e ideológicas das classes hegemônicas luso-americanas. Sobretudo no relativo à organização socioeconômica, não houve qualquer ruptura entre o Brasil colonial e o Brasil independente. Até 1888, permaneceu a mesma produção escravista colonial que organizara a economia e a sociedade desde a ocupação territorial da costa brasileira, em 1532 (CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 32).

É perceptível o domínio branco pelo território brasileiro, um exemplo é como os direitos foram sendo configurados desde o período colonial, quando eram negados às pessoas não-brancas direitos civis, políticos e sociais. Portanto, pode ser analisado que “as regras sancionadas pelo contrato racial só têm validade entre os brancos e que um negro para nele adentrar tem que ser avalizado por outro branco, a fonte legítima para ofertar-lhe credibilidade” (CARNEIRO, 2005, p. 291).

O Contrato Racial permeia diferentes espaços sociais, sendo firmado por brancos e, podendo resultar na dificuldade de acesso da população negra às esferas sociais, políticas, socioeconômicas, educacionais e culturais. No processo histórico mundial, percebe-se a

existência de contratos raciais e da consolidação da existência de raça no mundo, como o *apartheid* na África do Sul e as fortes segregações que estão presentes na história dos Estados Unidos. Nesse contexto, observando a trajetória histórica do Brasil, é possível perceber como o trabalho escravo, primeiramente realizado pelos indígenas, depois por africanos e afrodescendentes, segregou-os da população branca e dominante, não permitindo o acesso das populações oprimidas à espaços frequentados por integrantes das classes detentoras do poder e riquezas. Prova disso são os números e os resultados de pesquisas, como aponta o IBGE (2010), acerca da representatividade e autodeclaração de pardos e pretos, que representa mais da metade da população negra no Brasil. Porém, esses mesmos dados demonstram que após 130 anos da abolição, os negros continuam necessitando de políticas públicas que corrijam défices sociais, para então poderem disputar de forma igual às demandas da sociedade.

O racismo, a discriminação racial e o preconceito racial fazem parte da vida da população afrodescendente, permeando violências e formas opressivas que se consolidaram na sociedade brasileira. Para retratar o racismo é necessário compreendê-lo e diferenciá-lo de outras categorias associadas a ele, como preconceito e discriminação. Mesmo havendo relação entre os conceitos, é preciso defini-los. Assim sendo, “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2019, p. 32), que difere da discriminação racial, sendo considerada como: “a distribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força” (ALMEIDA, 2019, p. 32). Dessa forma, o racismo que “se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico [...] O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidade específicas” (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Nesse debate, há uma grande importância em problematizar o conceito de racismo e como ele se apresentou no Brasil. Lembrando que o discurso é instituído para justificar a existência de raças superiores e inferiores, principalmente, durante o período da escravidão e os genocídios, que ocorreram para determinar o domínio de alguns povos sobre outros. A problemática em torno das questões de raça e racismo continuará nos próximos subcapítulos.

Nesse sentido, os apontamentos realizados por Foucault são importantes para essa pesquisa, principalmente por suas considerações sobre o poder, inserindo-o nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, colocando-o como normatizador na sociedade. As discussões de como a escravidão foi uma evidência de um Contrato Racial será discutida na

próxima seção, principalmente, a partir de dados empíricos que estão presentes na história da escravização brasileira.

4.1 A ESCRAVIDÃO COMO PRÁTICA DE UM CONTRATO RACIAL NO BRASIL

Para início de conversa, faz-se importante lembrar que, no território brasileiro, a prática da escravização passou a existir com o aprisionamento dos nativos, ligados a contextos históricos e geográficos. É importante destacar que “não existiu, pois, primeiro o cativo indígena e só depois a escravidão africana [...]. Na verdade, na montagem dessa sociedade escravista, coexistiram o trabalho compulsório de indígenas, africanos e dos filhos destes” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 23). A escravização dos africanos começou a percorrer vários espaços e a tomar grandes proporções, possuindo uma relação intrínseca com a diversidade econômica do país e estando ligada às características físicas do território, como o clima e o relevo. Dessa forma, os “primeiros indígenas e africanos trabalhavam juntos. Com o tempo, porém, e com os altos ganhos que o tráfico de almas conferia, a escravidão africana prevaleceu” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 23). Nesse sentido, a colônia começa a se formar através de um sistema de exploração nas grandes propriedades de terras que necessitavam de mão de obra forçada para as produções da cana-de-açúcar e, mais tarde, do café.

Assim como em outros lugares, mas aqui com muitas peculiaridades, formou-se um sistema econômico que era baseado no escambo, havendo trocas de mercadorias e produtos entre colonizadores e nativos. Nessa perspectiva Gorender (1978) descreve:

O tráfico de africanos apresentava dupla face: do lado dos vendedores africanos, não passava de *escambo* com vistas à obtenção de valores de uso; do lado dos traficantes europeus, era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação mercantil com o objetivo de lucro. Graças justamente a esta dupla face é que o tráfico negreiro se tornou um dos negócios mais lucrativos da época do mercantilismo (GORENDER, 1978, p. 137).

Com a chegada dos africanos, esse processo (escambo) obteve uma grande amplitude, efetivando-se e expandindo-se pelo espaço territorial da colônia, podendo ser analisado por meio da quantidade populacional que adentrou o Brasil. De acordo com Schwarcz e Gomes (2018) “as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 21). Com toda essa população em movimento ao longo de todo esse tempo, era preciso que regras fossem

estabelecidas, ou seja, Contratos fossem elaborados. Estes foram feitos e serviram para determinar as relações entre escravos e entre escravos e senhores. Esses Contratos elaborados entre as partes fizeram emergir comportamentos, formas de ser e pensar. São esses comportamentos e sentimentos carregados de poder, dominação e segregação que marcam a existência de um Contrato Racial na história da escravidão no Brasil.

Procurando demonstrar como a escravidão se tornou a prática de um Contrato Racial no Brasil, neste capítulo, apresentamos experiências reais, a exemplo da história de Francisco Oliveira, também conhecido como Chico Preto¹². Ele nasceu depois de 1888, ou seja, após a abolição da escravidão, mas foi escravizado mesmo sendo um homem livre. Seus relatos perpassam a família Oliveira e foram expostos no jornal - este que é o resultado de um ciclo de entrevistas realizadas com afrodescendentes para o Centenário da Escravidão, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), atual Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* de União da Vitória, no estado do Paraná. A produção do jornal objetivou comemorar o centenário da Abolição da Escravatura e oportunizou a narração de um homem negro e filho de escravos e, como tal, escravizado.

Chico Preto, de nome FRANCISCO DE OLIVEIRA, é filho de escravos. Nasceu na fazenda Dois Irmãos de Campo Belo, no município de Lages. Foi criado pelo padrinho, porque o pai morreu cedo, e recebeu uma educação como escravo. Levantava-se sempre de madrugada e, caso perdesse a hora, era levado para tomar banho numa cachoeira, ainda que estivesse geando ou caindo neve, para aprender e divertir a peonada. Nunca podia ficar sem fazer nada ou distraído, porque lhe vinha, por trás, uma lambada de relhos, para se aligeirar. Lembra ter apanhado, muitas vezes, com vara de marmelo, arreador e laço (INTEGRAÇÃO, 1988, p. 2).

Essa história e relato manifestam como era a forma de vida de muitos negros, o racismo que sofriam e o tratamento que tinham. Mesmo após a abolição da escravidão, meu bisavô foi escravizado na maior parte da sua vida, não possuindo direitos básicos de vida, como moradia, trabalho digno e o acesso à educação, além de ter tido negada a liberdade tão exigida após 1888. O jornal retrata sua história como sendo “real, verídica e farta de detalhes, enriquecendo a análise de fatos históricos” (INTEGRAÇÃO, 1988, p. 2). Mesmo com os esforços para apagar ou esquecer a história de escravização da população africana e

¹² Um nome muito importante e conhecido na família Oliveira é Francisco de Oliveira, conhecido como Chico Preto. A pesquisadora: Bruna Marcos Velho pertence à família Oliveira, sendo neta e bisneta de afrodescendentes e pessoas escravizadas pelo lado materno, o que influenciou o modelo socioeconômico e cultural em sua trajetória histórica familiar. Sua família carrega consigo uma história de luta, sofrimento e alegrias conquistadas por ele, seus relatos estão expostos no jornal FAFI – Integração (Ano II, nº 03 de junho de 1988). Anexo A: Jornal Integração.

afrodescendente no Brasil, esses relatos são importantes para mostrar que existia uma supremacia branca que prevaleceu sobre a cor de pele da população negra.

Portanto, resgatar a história e mostrar a representatividade afrodescendente é imprescindível para este estudo, trazendo para o debate acontecimento que corroboram as pesquisas e teorias realizadas. Essas histórias muitas vezes ficam apenas nas famílias, se tornando esquecidas com tempo, portanto é essencial um resgate dessa trajetória, marcada por sofrimentos e verdades que não são descritas em livros.

No próximo subcapítulo busca-se analisar como ocorre a trajetória educacional e social dos negros no Brasil, vários apontamentos já foram realizados nos capítulos anteriores, principalmente, no terceiro capítulo, sobre o processo educacional dos negros no Brasil. Agora, problematiza-se a trajetória desse grupo e a possível existência de um Contrato Racial.

4.2 A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E SOCIAL DOS NEGROS NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

A dimensão temporal da educação no Brasil foi explorada nesta pesquisa, principalmente, no terceiro capítulo, que problematizou e realizou apontamentos referentes à trajetória da educação dos negros. Assim, vale ressaltar que a educação “pode-se compreender [...] – certamente aí incluída a educação escolar – como o processo pelo qual os outros são trazidos ou conduzidos para a nossa cultura” (VEIGA-NETO, 2008, p. 30). Dessa forma, a educação tem um papel essencial para mudar a realidade social e cultural na qual muitas pessoas estão inseridas, desse modo “posto que a educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social, no Brasil, para as classes subalternas, o controle e distribuição das oportunidades educacionais vêm instituindo uma ordem social racialmente hierárquica” (CARNEIRO, 2005, p. 113).

A trajetória histórica educacional da população negra no Brasil é pouco encorajadora e com traços da dominação ocidental, isso pode ser detalhado, pois “foi a família patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a importação de formas de pensamento e ideias dominantes na cultura medieval europeia, feita através da obra dos Jesuítas” (ROMANELLI, 1999, p. 33). Durante o período do Brasil Colônia é notório um projeto idealizado pelos dominadores, frisando o interesse de classes sociais, porque “afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem europeia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados” (ROMANELLI, 1999, p. 33). Essa

superioridade persistiu durante muito tempo no território brasileiro, sendo que seus vestígios podem ser verificados até os dias atuais, por meio das desigualdades existentes. Importante destacar que a educação foi um espaço de luta e que a cor da pele determinava o acesso e a permanência nesses espaços, assim, “é a educação como instrumento de luta de emancipação, a que se constrói como adensamento, consciência e resistência” (CARNEIRO, 2005, p. 300).

Por meio desses apontamentos e de outros retratados nesta pesquisa, é perceptível a configuração de um Contrato marcado pela racialidade, realizado por colonizadores e dominadores, sobre a população nativa e escravizada no território. Como já mencionado neste capítulo, os apontamentos de Mills (1997) em seu livro “The Racial Contract”, nos auxiliaram a compreender como o Contrato Racial se desenvolveu no Brasil. Predominou uma supremacia branca e ocidental, uma hegemonia europeia na estrutura desse novo território, enquanto o processo de subalternização se dava pela racialidade, no qual pretos eram considerados inferiores. Nesse modelo, a sociedade brasileira foi formada: “não é, pois, de se estranhar que na Colônia tenham vingado hábitos aristocráticos de vida. No propósito de imitar o estilo da Metrópole, era natural que a camada dominante procurasse copiar os hábitos da camada nobre portuguesa” (ROMANELLI, 1999, p. 33). Nessa relação de poder, de dominadores sobre dominados, vale destacar que:

Não há como estar de fora de toda e qualquer relação, não há uma “fora do poder”; mas isso não implica que se esteja sempre ao alcance dessa ou daquela ação de dominação, ou irremediavelmente preso em suas armadilhas. Sempre é possível exercer uma resistência, nesse caso entendida como uma (re)ação ou, se quisermos, com uma ação de contrapoder. Resistir a uma ação de poder significa problematizar tal ação, valendo-se, para isso, também do poder (VEIGA-NETO, 2008, p. 22).

Essa relação de dominados e dominadores no Brasil se fazia presente no direito social, à educação. Principalmente, na época Colonial e Imperial, visivelmente, a educação não tinha importância, além de ser marcada por uma divisão: a maior parte da população ficava sem acesso e uma pequena parcela das pessoas tinha acesso aos conhecimentos básicos, como aponta Romanelli (1999) “a educação popular estava abandonada e de que a educação média era meramente propedêutica, pode-se ajuizar do quanto a educação foi minimizada, a ponto de transforma-se em mera ilustração e preparação para o exercício de funções [...]” (ROMANELLI, 1999, p. 41). Terminando o período do Império e iniciando a República, as mudanças começavam a ocorrer, principalmente, no que se refere à separação da Igreja e do Estado nos conflitos e revoltas que marcaram toda a primeira República. No aspecto educacional ainda eram poucas as transformações sendo que “a 1ª República tentou várias

reformas, sem êxito, para solução dos problemas educacionais mais graves” (ROMANELLI, 1999, p. 42), podendo citar a Reforma Benjamim Constant que não foi colocada em prática, apenas em alguns aspectos, e a “criação do Pedagogium, centro de aperfeiçoamento do magistério” (ROMANELLI, 1999, p. 42). A educação ainda vinha sendo pautada com os moldes das épocas anteriores, sem infraestrutura e apoio político. O século XIX foi marcado por disputas políticas, mas os direitos sociais e civis foram pouco debatidos, e a educação continuava sendo deixada de lado. Os avanços foram poucos, como já destacados em capítulos anteriores, os processos econômico e político se sobressaíram ao educacional. Portanto, “criaram-se novas exigências educativas e o fator da defasagem apareceu. Mas, de ordinário, ele tem sido medido em termos de distância entre os produtos acabados fornecidos pela escola e qualificação de recursos humanos de que carece a economia” (ROMANELLI, 1999, p. 55).

Assim, mesmo com o descaso da educação na formação do Brasil, nos últimos anos ela tem sido importante para a ascensão social da população e o combate às desigualdades existentes. Segundo Carneiro (2005) “o elo de continuidade de um processo de exclusão escolar que tem permanência na maior parte do período de nossa história pós-abolição e que por isso permite supor que componha o dispositivo de racialidade/epistemicídio” (CARNEIRO, 2005, p. 111). Sobre essa relação entre a educação e a condição dos negros no Brasil, vale destacar que:

A negação da identidade, da racialidade negra, no qual a miscigenação é um operador, implica no plano político em destituir o negro da condição de um grupo de interesse, a ser reconhecido, é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político. É em relação a esses danos que a educação escolar e na família em geral se omite, silencia, nega permite sua perpetuação comprometendo a autonomia das pessoas negras (CARNEIRO, 2005, p. 282).

O processo colonizatório da formação do território brasileiro traz, em sua trajetória, a existência de um Contrato Racial em suas relações sociais, culturais e educacionais. Os vestígios são sentidos na sociedade moderna, mostrando que “os resultados dos estudos contemporâneos sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos negros do acesso, permanência e conclusão na escola” (CARNEIRO, 2005, p. 111) são os problemas que atualmente afrontam muitos alunos negros, sendo o reflexo de uma sociedade de exploração e com a falta de direitos civis, políticos e sociais para todos. Nesse sentido, “os dados de educação desagregados por cor demonstram que os negros obtêm níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos da mesma origem social e, ainda, que brancos têm probabilidade

sete vezes maior que negros, de completar estudos universitários” (CARNEIRO, 2005, p. 114). Essas diferenças podem ser ponderadas através dos dados abaixo, que mostram as disparidades entre pessoas pardas, pretas e brancas nas taxas de analfabetismo, renda média da população, trabalho infantil e taxa de desocupação.

Ilustração 1 – Disparidades entre pessoas brancas, pretas e pardas.



Fonte: Agência IBGE, 2018, p. 1.

É importante ressaltar o papel da educação, principalmente, ligando ao acesso da população, por muito tempo a escola foi um espaço de privilégio, como destaca Veiga-Neto (2008) “a escola moderna constituiu-se, ao longo da Modernidade, como o espaço privilegiado onde se deram tais ações continuadas e minuciosas de dominação” (VEIGA-NETO, 2008, p. 30). Mas, esse espaço, de proveitos dos colonizadores, hoje se abre para a população negra e, a escola,

Funciona como o lugar – ou, se quisermos, a instituição – capaz de articular íntima e eficientemente o saber com o poder. Colocada como dobradiça entre o saber e o poder, a escola em boa parte conseguiu cumprir o ideal moderno de instaurar a ordem e a representação no mundo ocidental (VEIGA-NETO, 2008, p. 30).

E sobre a relevância da educação na comunicação, na escola moderna e em suas subjetividades, os apontamentos de Veiga-Neto (2008) demonstram isso:

É interessante observar a convergência de três fenômenos ou situações igualmente importantes. Em primeiro lugar, mais do que dinheiro e da bomba, a educação

depende da comunicação, ou seja, ela é atravessada, formatada, movimentada e interpelada, constante e intensamente, pela comunicação. Pode-se dizer que a comunicação é imanente à ação de educar. Em segundo lugar e como já referi, os efeitos do éter – cuja natureza é justamente comunicacional – são os mais desterritorializados e, por isso, os mais invasivos. São notáveis os “efeitos” do atravessamento desses feixes, nas escolas de hoje. Em terceiro lugar, a partir do século XVII a escola constituiu-se como a mais eficiente maquinaria encarregada de fabricar as subjetividades. Conclui-se de tudo isso que boa parte da subjetivação operada na e pela escola [...] se deslocou para o espaço social mais amplo ou, mesmo ainda ocorrendo no espaço escolar, deixou de contar com aquele tipo de poder e com aquelas práticas para a fabricação de sujeitos (VEIGA-NETO, 2008, p. 34).

O Contrato Racial no Brasil pode ser observado por meio das inúmeras formas de racismo e discriminação racial. Cotidianamente ocorrem práticas racistas, seja no trabalho, na escola, na família e no grupo de amigos, mas, não raras vezes, essas práticas não são percebidas como racistas por isso não são denunciadas.

Compreendendo que a problematização da trajetória educacional desse grupo identitário, os negros, constitui um elemento importante nesta pesquisa, sobretudo, pela vinculação a um programa de Mestrado em Educação. As entrevistas foram importantes para analisar a trajetória educacional, familiar e profissional de uma parte da população negra do município, que será transcrita e analisada nos próximos capítulos. A trajetória histórica de formação populacional, social e cultural do município de Concórdia, SC, com ênfase na população negra está apresentada no próximo capítulo.

5 PROCESSO HISTÓRICO E POPULACIONAL DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC)

A atenção aos aspectos históricos, sociais, culturais e educacionais foi importante para a produção desta pesquisa. Esses processos auxiliaram na compreensão sobre a formação da sociedade brasileira, que é caracterizada por desigualdades raciais marcantes e fortemente estruturadas.

Em relação à representatividade, os apontamentos de Almeida (2019) sobre esse conceito merece destaque, para que tenhamos uma ideia do que estamos tratando. Para o autor, a representatividade: “refere-se à participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia” (ALMEIDA, 2019, p. 84). Nesse sentido, no que tange ao racismo, indagações podem ser realizadas buscando-se entender a relevância da representatividade, como uma das formas para combatê-lo e propiciar a visibilidade das populações negras. Por essa razão, se ressalta que “não há dúvidas de que a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação” (ALMEIDA, 2019, p. 84). O autor aponta que a representatividade não é tão simples de ser compreendida, estando ligada ao processo de acesso do indivíduo a esse local privilegiado, o que segundo ele pode ser caracterizado pelo esforço individual, o que coloca em debate a meritocracia. De acordo com Almeida (2019):

Eis a questão: seria, por exemplo, a presença de pessoas negras ou indígenas em posição de poder e destaque suficiente para combater o racismo?
Para algumas pessoas, a existência de representantes de minorias em tais posições seria a comprovação da meritocracia e do resultado de que o racismo pode ser combatido pelo esforço individual e pelo mérito. Essa visão, quase delirante, mas muito perigosa, serve no fim das contas apenas para naturalizar a desigualdade racial. Mas o problema da representatividade não é simples e tampouco esgota nessa caricatura da meritocracia. Não há dúvidas de que a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação, e há excelentes motivos para defendê-la (ALMEIDA, 2019, p. 109).

Nesta pesquisa propomos e defendemos a representatividade exerce um papel importante para desmistificar o processo de monopólio e poder dos brancos, o que resulta em maior ocupação da população branca nos diferentes espaços. Assim, pretendemos mostrar que a participação e a visibilidade da população afrodescendente têm relevância para o combate ao racismo. Seguindo essas intenções, utilizamos dois efeitos importantes da representatividade para o combate do racismo exposto por Almeida (2019) “1. Propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser

repercutidas [...] 2. Desmantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade” (ALMEIDA, 2019, p. 110).

Sobre alguns procedimentos metodológicos da pesquisa, a representatividade busca ater-se aos representantes que se autodeclaram negros (pardos e pretos) no município, que se fazem presentes em diferentes segmentos sociais, tais como político, social, educacional, econômico, comércio, religioso, segurança e cultural, para analisar os direitos de efetiva participação na sociedade concordiense¹³.

Segundo os dados expostos pelo IBGE (2010), a população que se autodeclara parda ou preta no município é pequena se comparada com a população autodeclarada branca. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, embora os dados apresentem um número maior de pessoas que se autodeclaram brancas (Tabela 1) a população autodeclarada preta e parda possui um número considerável (9.348, de acordo com os dados). Além disso, atualmente, esse número aumentou. Entre as razões para esse aumento, nos últimos anos, merece destaque a chegada dos haitianos.

Tabela 1 – Censo Demográfico do Município de Concórdia (SC).

BRASIL	Cor ou raça						
Municípios	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem Declaração
Concórdia	68.621	58.876	1.847	338	7.501	59	-

Fonte: IBGE, 2010, p. 1.

De acordo com as observações de Almeida (2019), a representatividade pode auxiliar na derrubada de paradigmas e barreiras impostas pelo racismo, e a educação é um dos dispositivos que melhor auxilia nesse percurso. No entanto, perceber essa representatividade implica em observar não apenas o número populacional das diferentes etnias, mas, como assinala Ribeiro (2018), é preciso perceber também alguns sentimentos e valores associados aos valores colonizadores. No caso de Concórdia, esses sentimentos “estão marcados até hoje na cultura da população local, sejam em seus símbolos, atitudes e discursos” (RIBEIRO, 2018, p. 20). Conforme Ribeiro (2018), se bem observarmos, veremos que “desde sua fundação, Concórdia já experimentava as relações de poder entre uma população imigrante europeia e majoritariamente branca e a população indígena que ali residia, bem como os caboclos” (RIBEIRO, 2018, p. 20).

¹³ Concordeense está se referindo ao indivíduo que nasceu ou habita a cidade de Concórdia, no estado de Santa Catarina.

Nessa formação populacional do município, houve um enorme quantitativo de descendentes alemães e italianos, projeto definido pela empresa colonizadora. Não podendo se apagar uma história ligada à Guerra do Contestado, que envolveu um conflito com os caboclos e nativos que já residiam na região. Assim, o processo de miscigenação que ocorreu na região, nos últimos anos, fez emergir outras nacionalidades no município, principalmente, com a imigração de haitianos.

5.1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

O processo histórico e social de cada município apresenta particularidades que determinam suas histórias e especificidades na constituição de uma sociedade. Nesta pesquisa, sem desconsiderar como o cenário nacional e local se entrelaçam e constroem narrativas peculiares, procuramos identificar como o geral e o particular se misturam na constituição do município de Concórdia, que está localizado na região sul do Brasil, no oeste do estado de Santa Catarina. A Ilustração 2, traz as dimensões da localização do município.

Ilustração 2 – Localização do município de Concórdia, em Santa Catarina.



Fonte: ABREU, 2019, p. 1.

O município de Concórdia (SC) é um dos 5.570 municípios que compõe o território brasileiro, localizado na região oeste do estado de Santa Catarina, o “município de Concórdia possui uma extensão territorial de praticamente 800 km², sua economia está centralizada na agroindústria e atividades ligadas com a agricultura” (RIBEIRO, 2018, p. 19). O município

apresenta uma história marcada pelo nomadismo, que foi favorecido pelo rio que percorre a região, o Rio Uruguai. Segundo dados da Associação Empresarial de Concórdia (ACIC, 2015, p. 12) sobre a população nativa, “levantamentos realizados pela ELETROSUL deram conta de que existiram índios tupis-guaranis que a partir do século XVIII, foram desaparecendo da região”. A região teve influência dos bandeirantes, que a partir do século XVI adentraram vários países da América do Sul para a exploração de riquezas e dos nativos, assim, “os bandeirantes atingiram a região sul por volta de 1600, alcançando também a nossa região, sendo responsável pelo extermínio de grande parte dos indígenas aqui existentes” (ACIC, 2015, p. 12).

A localização territorial e fatores como o clima e relevo deram origem às terras férteis, razão que atraíram imigrantes e fazendeiros para a região. Com isso, “o comércio das terras da região e povoamento dos recém-chegados imigrantes descendentes de europeus, a noção de propriedade também foi modificada [...] a noção da terra para os imigrantes é de propriedade e produtividade” (RIBEIRO, 2018, p. 22). Outrossim, para os nativos e caboclos da região, a terra representava o propósito de necessidade e respeito. Nesse processo de colonização, entre colonizadores e colonizados, os caboclos e nativos sofreram censura, principalmente, pelos “efeitos da colonização no Oeste Catarinense, a partir da população atingida, os brasileiros, como se autodenominam, ou caboclos, como são estigmatizados pelos colonos de origem” (RENK, 2014, p. 37).

Ligado a esse processo histórico estão fatores relacionados com a Guerra do Contestado, o que culminou na colonização, exploração e conflitos sobre o território. O interesse da empresa norte-americana Brasil Railway Company, no início do século XX, na construção de uma estrada de ferro que ligaria o estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, apresentava objetivos de uma flexibilização do comércio, o que gerou enfrentamento entre estrangeiros e nativos – caboclos.

Para além da expropriação de terras, gerou uma inferiorização e negação da maneira como viviam os caboclos e indígenas. Houve a imposição de uma concepção de ver o trabalho e de se trabalhar, estabeleciam-se novas relações de poder. E nesta disputa sobre categorias e identidades formavam-se estigmas sobre alguns indivíduos. Os colonos de origem contribuíam juntamente com o processo de colonização para romper e destituir a organização de vida dos caboclos e indígenas que habitavam estes locais até então. Quem não se adaptava era marginalizado e estigmatizado por não se adaptar às mudanças. Isto tudo contribuiu para criação de um discurso progressista no qual o oeste catarinense só se desenvolveu e progrediu em virtude da presença dos imigrantes, dos colonos de origem, que modificaram o uso da terra, dos bens e das relações de comércio. Isto também determinou os lugares que os indivíduos ocupavam nas relações sociais, de trabalho e na sociedade, reconfigurando as relações de poder (RIBEIRO, 2018, p. 21).

Outro fator que envolveu a colonização esteve ligado às delimitações territoriais do Brasil e da Argentina, atuais estados de Santa Catarina e Paraná, fato que acirrou ainda mais as disputas territoriais na região. Nesse processo de exploração, os sertanejos, que viviam oprimidos e com necessidades básicas a serem atendidas, foram expulsos da região, o que ocasionou uma rebelião, “entre 1912 e 1916 um movimento de revolta estabeleceu-se entre o Paraná e Santa Catarina, o movimento do CONTESTADO. O acordo definitivo do CONTESTADO aconteceu somente em 1916 pela intervenção federal de Wenceslau Brás” (ACIC, 2015, p. 12). Assim, de um lado do movimento estavam os sertanejos que encontravam apoio religioso com os monges e do outro lado os fazendeiros, o Estado e as empresas contratadas para implementação da rodovia.

O Contestado marcou a história de lutas na região Sul do Brasil, assim, objetivando terminar os conflitos, os estados de Santa Catarina e Paraná estabeleceram um acordo. A partir deste, o estado de Santa Catarina passou a delimitar novos territórios e a criar alguns municípios, dentre entre eles Cruzeiro (atual Joaçaba). Os municípios próximos ao Rio Uruguai foram criados nesse período, como descreve a ACIC (2015): “formados pela Lei Estadual 1.147 ao qual pertenciam todos os municípios que constituem hoje a AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense)” (ACIC, 2015, p. 13).

A colonização das novas terras envolveu uma campanha de atração de agricultores, oriundos do Rio Grande do Sul, pois, as terras eram semelhantes e até consideradas mais produtivas. Nesse contexto iniciou-se a venda de terras com baixo custo, o que atraiu ainda mais imigrantes de origens italiana e germânica. O conflito cultural e social existiu, pois, havia a presença de caboclos e alguns nativos que já habitavam a região, esses que foram sendo dizimados no processo de colonização. Com a morte de vários sertanejos e com a instauração da estrada, para os colonizadores “o progresso começou com “a instalação das estradas de rodagem” (ACIC, 2015, p. 13), que serviam para escoar as produções agrícolas e atividades primárias, como o extrativismo, por meio do rio Uruguai.

Aprofundando as características da formação territorial e histórica do município, além da forte ligação com o movimento do Contestado e da Empresa Brasil Development and Colonization Company, que foi uma empresa subsidiária da Brasil Railway Company, “nesta época (1912) chegam os primeiros imigrantes e fundam uma pequena vila no local onde já residia o caudilho José Fabrício das Neves, considerado o pioneiro da colonização” (ACIC, 2015, p. 15). Assim, a vila chamada de Queimados, passa a ter outro nome: “Colônia de Concórdia, por iniciativa da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahors & Cia” (ACIC, 2015,

p. 15). Com o desenvolvimento da colônia e o problema gerado pela dependência ao município do Cruzeiro, fica cada vez mais clara a necessidade de independência e formação de um novo território, um dos motivos foi o pagamento de impostos, sem retorno considerável.

Dessa forma, ocorreram reivindicações para torná-la um distrito, fato que ocorreu em 1927. O progresso que se instaurava no território resultou, em pouco tempo, na autonomia administrativa de Concórdia. Segundo apontam os dados da ACIC (2015) “o progresso acelerou-se pela emancipação do município a partir de 1934 tornando Concórdia o primeiro município a ser desmembrado e a instalação de agroindústria SADIA CONCÓRDIA S.A. Indústria e Comércio, em 1944” (ACIC, 2015, p. 13). Portanto, o município é criado em 1934, como exposto abaixo:

Assim, a 12 de junho de 1934, atendendo às justas pretensões desse povo, o Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal do Estado, assinou o Decreto nº 635, que criou o Município de Concórdia, instalado solenemente no dia 29 de julho de 1934, com a presença do Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça. O novo município possuía uma área de 2.745 km², onde viviam 21.086 moradores (ACIC, 2015, p. 16).

A história do município está ligada à ocupação do estado, ou seja, às primeiras populações a habitar o espaço territorial e os seus arredores, os nativos tupis-guaranis, que com a colonização foi sendo dizimados da região. Além da forte associação com a Guerra do Contestado, que foi um conflito entre os caboclos (camponeses) e os governos estadual e federal, envolvendo os estados do Paraná e Santa Catarina, esse processo foi o que favoreceu a ocupação do município. A vinda da população branca oriunda de outros territórios da região Sul e dos caboclos foi formando, aos poucos, o território da atual Concórdia.

Nesse processo de colonização, dos chamados brasileiros e os europeus, “quem não era da etnia ou religião hegemônica em determinada região não podia comprar terras lá, a não ser que tentasse comprar através de terceiros” (RIBEIRO, 2018, p. 18). Sobre a predominância da população miscigenada de índios e afrodescendentes na população concordiense, Amador (2006) descreve que: “até o final do século XIX, esta região tinha características bem definidas do ponto de vista étnico e econômico. O caboclo era o elemento étnico originário do paulista miscigenado com índios e negros que ocupava grande parte do Oeste catarinense” (AMADOR, 2006, p. 176). Mas com o projeto de formação populacional cada vez mais europeizada, com forte investimento da migração de alemães e italianos

oriundos do Rio Grande do Sul, os caboclos e a população nativa foi sendo dizimados ao longo dos tempos. Sobre isso, Ribeiro (2018) descreve:

A população indígena, uma das primeiras residentes dos territórios do oeste catarinense, sofreu um longo e violento processo de dizimação e expulsão com a chegada do processo de colonização e extração de riquezas dentro do território de Santa Catarina. A partir do século XVIII, o território era ocupado predominantemente por fazendas de gado e também era utilizado para extração de erva-mate, aos poucos os caboclos que até então ali residiam também passaram por um processo de expulsão (RIBEIRO, 2018, p. 17).

Em síntese, o município de Concórdia (SC) é parecido, em muitos aspectos, com outros municípios brasileiros, mas tem suas particularidades históricas e atuais voltadas aos processos de povoamento, miscigenação, escolarização e aspectos socioculturais. Essas particularidades têm possibilitado, segundo Ribeiro (2018), que a história do município seja contada segundo a versão de quem ocupou espaços e posições ao longo da trajetória do município, ou seja, “a história da cidade de Concórdia foi construída por um determinado grupo hegemônico branco que se utilizou de sua relação de poder e privilégio para contar a sua versão da história” (RIBEIRO, 2018, p. 17). Isso não significa dizer que para contrapor essa visão se faz necessário criar “outra história”, ignorando a relatada. Não, agir assim seria continuar subjugando partes que compuseram o todo. O que se sugere diante disso é não deixar ninguém à margem.

Dessa forma, é possível analisar a formação do município de Concórdia pela visão da hegemonia e supremacia branca. E é preciso dizer que muitos grupos de imigrantes que chegaram para colonizar o território “dizimaram e marginalizaram a existência dos indígenas e caboclos que ali residiam, atribuindo a eles uma visão de atrasados, preguiçosos e não civilizados” (RIBEIRO, 2018, p. 19). Sendo necessário desenvolver no imaginário da população, novas histórias que retratem a população nativa. Aos poucos, foram inserindo-se ideias que iam “definindo a categoria social a ser excluída: os caboclos; um grupo com habitus diferente, e com menor poder de impor a sua visão e representação do mundo” (RENK, 2014, p. 39).

É importante destacar que a formação populacional do município, que no passado contou com a participação dos nativos, caboclos e imigrantes italianos e alemães, nos últimos anos, tem recebido um número considerável de imigrantes haitianos. Ou seja, a história do município continua sendo feita com a presença de diferentes nacionalidades e, novamente, as relações étnicas merecem atenção. Uma vez que o município já foi cenário de manifestações

expressivas de racismo e xenofobia, através de pichações em ambientes públicos, como ponto de ônibus, expressando a seguinte frase: “Fora Gorilas Haitianos”¹⁴.

É muito importante debater as questões sobre o racismo, e o reconhecimento da igualdade e a desconstrução dos privilégios. Portanto, “este é o contexto em que os imigrantes haitianos são recebidos, um estado construído a partir de um discurso e na formação de um imaginário consolidado em torno da branquitude que é historicamente privilegiada e ocupa posições de prestígio” (RIBEIRO, 2018, p. 29). O processo histórico e populacional que explica a existência de um Contrato Racial na formação do estado de Santa Catarina.

A partir das citações apresentadas, reconhecemos a importância de debater e valorizar as diferentes culturas, principalmente, da população negra que faz parte da história, da sociedade e da cultura do Brasil e do município de Concórdia (SC). As razões pelas quais a história, a cultura e os aspectos sociais e os populacionais dos negros se tornaram parte dessa pesquisa, assim, os próximos apontamentos mostram dados e informações importantes em relação aos aspectos culturais e educacionais do município de Concórdia.

5.2 UMA RELAÇÃO ENTRE A CULTURA E A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC)

No município de Concórdia, assim como em outros municípios da federação, a educação não está dissociada dos aspectos econômicos, políticos e culturais que influenciam no desenvolvimento de uma cidade. Segundo o Plano Municipal de Educação (PME, 2015) “a construção/revisão do Plano Municipal de Educação – PME é fundamental, uma vez que por meio dele os participantes podem opinar e auxiliar a construir uma educação melhor” (PME, 2015, p. 2). Os apontamentos abaixo mostram a relação do Plano Municipal de Educação (2015) com outros documentos que regem a educação em nível nacional e estadual:

O PME 2015/2025 está alicerçado no Plano Municipal de Educação sancionado pela Lei Municipal nº 3.976, de 8 de agosto de 2008, ao Plano Estadual de Educação – PEE, versão preliminar (2015), ao Plano Nacional de Educação – PNE, Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e, ainda, procura atender à realidade local, às políticas públicas e à meta conjunta para elevar a qualidade da educação concordiense. Este documento é o resultado de um planejamento coletivo que apresenta as intenções, o percurso e as responsabilidades de cada um por um período de 10 (dez) anos, conforme preconiza o artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Federal nº 13.005/2014. A participação das esferas municipais, estaduais, federais e dos segmentos privados garantiu a diversidade de olhares, a tessitura de possibilidades e a reflexão coletiva (PME, 2015, p. 2).

¹⁴ Frase “Fora Gorilas Haitianos” (Notícia Hoje, 2016, p. 1), escrita em ponto de ônibus mostra preconceito.

Ao desenvolver uma análise crítica frente ao Plano de Educação do município de Concórdia (SC), percebe-se que ele procura atender seus objetivos com base nas leis federais e estaduais. Como a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, que estabelece objetivos para a educação básica, profissionalizante e superior.

Nesse sentido, nota-se que a educação no município possui um papel importante quanto ao acesso à educação básica, estando ligada à questão econômica, ao tropeirismo, uma estrutura que é associada à estrada de ferro que ligaria o estado do Rio Grande do Sul a São Paulo, passando pela região do atual município de Concórdia. Outra atividade econômica com grande expressividade, que tem vínculo com a colonização, foi a do setor primário: a pecuária, que está associada ao desenvolvimento da indústria com a fundação da Sadia, atual BRF Brasil Foods. Nessa relação econômica, a educação do estado e do município foi se constituindo, como descrito por Amador (2006):

Em Santa Catarina a precariedade do ensino estava demonstrada no número de estabelecimentos. Fiori (1991) ressalta que em 1916, somente 27% das escolas catarinenses eram mantidas pelo estado, 17,5% pelo município e 55,5% eram particulares. A partir dos dados, constatamos a pouca presença do poder público no ensino. No Oeste de Santa Catarina os migrantes buscaram outras formas de levar a escola a seus filhos. Muitas vezes os próprios pais ou alguém da comunidade, ensinavam as crianças a ler e a escrever. Esta realidade define a opção dos migrantes pelo trabalho para 'ganhar dinheiro', em detrimento da escola, pois as dificuldades de chegar até ela eram quase intransponíveis (AMADOR, 2006, p. 183).

A formação da sociedade concordiense, nos primeiros anos da década de 1930, teve predominância da população branca, de ascendência italiana, com uma parcela menor de caboclos. Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de educação tem uma relação com a história do setor educacional em nível nacional, na qual a colonização foi estruturada por lutas, disputas e expansão de território; apenas os grandes senhores e a elite eram considerados cidadãos, e, a educação, não era um interesse dos colonizadores. Segundo os apontamentos do Amador (2006):

O que se percebe é que a estrutura educacional existente nos primeiros anos de formação da comunidade italiana de migrantes em Concórdia é insignificante. Ou seja, o poder público é ausente e não há por parte da comunidade movimentos de pressão para que este se faça presente (AMADOR, 2006, p. 184).

Desse modo, a demanda social pela educação se constituiu nos modelos tradicionais, visando o interesse dos novos padrões econômicos. Processo social que denuncia um atraso educacional, onde a educação precisava estar moldada para acompanhar as demandas do

mercado. Assim, são necessárias reivindicações que incluíam uma educação para o povo, com os objetivos de diminuir as taxas de analfabetismo e proporcionar a qualificação para o trabalho. A procura pelo setor educacional crescia, porém, a estrutura escolar não apresentava mudanças.

O município de Concórdia (SC) tem acompanhada a história dos processos sociais e educacionais do Brasil. Como em outras regiões do Brasil, na região Sul, onde o município se localiza, há um movimento de ofuscamento da presença da escravidão na formação das cidades, mesmo sendo visível a miscigenação.

As visões que espalharam ideais de branqueamento da sociedade brasileira, vão desde brincadeiras, propagandas, anúncios e canções até medidas constitucionais, veja-se a Constituição de 1934, que no Artigo 138, letra b, assegurava: “Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: b) estimular a educação eugênica”. Essas noções revelam tendências de superioridade racial. Sobre isso, Almeida (2019) faz a seguinte ponderação:

Não se nega que uma das características do racismo é a dominação de um determinado grupo racial sobre outro, mas o problema está em saber como e em que circunstâncias essa dominação acontece. A ideia de supremacia branca pode ser útil para compreender o racismo se for tratada a partir do conceito de hegemonia e analisada pelas lentes das teorias críticas de *branquidade* ou *branquitude*. A branquitude pode ser definida como [...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição forma sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recurso materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (ALMEIDA, 2019, p 75).

A migração pelo território do Brasil fez surgir uma miscigenação entre a população nativa, europeia e africana, o município de Concórdia faz parte desse movimento. O grande número de imigrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul, que trouxeram consigo suas formas de ver o mundo, bem como costumes e crenças, e passaram a viver no espaço, hoje conhecido por Concórdia, é um exemplo desse processo.

Quanto à cultura negra em Concórdia percebe-se a presença da população no município. Entretanto, ao realizar pesquisa nos materiais disponíveis, há um déficit nas produções realizadas. Ao fazer uma prévia de pesquisa em artigos e livros, nenhum traz uma especificidade dos negros no município. De forma geral, aparecem dados em livros como: “História faz história: Contribuições ao estudo da História Regional”, de Solange Aparecida Zotti, de 2008, e “Retratos da População de Concórdia: Os Afrodescendentes”, de Francisco Deoclécio Maciel Ribeiro, de 2005. O primeiro traz textos sobre os caboclos, sua cultura e

economia. Já o segundo traz referência a textos e imagens de pessoas que se autodeclararam pretos e pardos no município, contando a sua história e a da sua família na construção de Concórdia.

Existem algumas pesquisas científicas, como trabalhos de conclusão de curso e monografias, que retratam a imigração haitiana em Concórdia e o racismo nesse meio. Além das monografias “Espaço Escolar: Diversidade étnica e a luta pela igualdade” e a “Luta e Direitos Humanos do negro no Brasil com ênfase no espaço escolar”, produzidas pela autora Bruna Marcos Velho, por meio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Realizando-se um levantamento empírico, pois esses dados e informações não aparecem em livros ou produções científicas, existem manifestações culturais e sociais ligadas à população negra do município de Concórdia. Principalmente, promovidas pela NIARA/OSCIP, constituída em 2009, com sede no município.

No ano de 2019, a NIARA desenvolveu ações sobre: os refugiados e imigrantes, luta para a eliminação da discriminação racial, desmistificando a Lei Áurea, a importância da Capoeira, dentre outros temas, que abordam a cultura e a história da população negra. Ainda, organizou e programou as atividades da Semana da Consciência Negra do Município, com palestras de teor histórico e cultural sobre a população negra, o debate foi realizado a respeito do racismo e de como combatê-lo. Utilizaram-se espaços culturais e educacionais para difundir a organização, que teve apoio da Fundação Municipal de Cultura (FMC), da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

Sobre a presença de aspectos culturais, como a capoeira, o candomblé e a umbanda na sociedade concordiense, muitas vezes são percebidos e memorados de forma discreta na dinâmica territorial do município. Principalmente, porque, muitos desses aspectos culturais são estigmatizados pela sociedade concordiense, que mostra um olhar de preconceito e discriminação. O que se percebe como mais presente é a capoeira e a música, que são promovidas em ambientes educacionais e particulares, contando com uma presença considerável de pessoas brancas e negras. Destaca-se o grupo de capoeira Angola Filhos do Sol.

Durante a Semana da Consciência Negra, por exemplo, aparecem muito aspectos culturais ligados à musicalidade negra. Esse é um momento de apresentações e aparições de grupos musicais e pessoas individualmente com grande talento musical, com roda de samba e histórico-musical conhecido como Cosa & Losa. Ou seja, é perceptível que existem pessoas

negras que cantam no município e difundem a cultura negra, mas elas “aparecem” em momentos pontuais.

No que se refere à disposição da população negra pelos bairros do município de Concórdia, não encontramos nenhum estudo com dados atualizados sobre esse tema, mas é possível afirmar que em lugares considerados mais pobres, com terrenos e imóveis menos valorizados, há uma grande presença de pessoas preta e parda.

5.3 REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC): BREVES APONTAMENTOS

A representatividade é um importante dispositivo para perceber a presença e/ou ocultação de pessoas e etnias em diferentes segmentos sociais, mas ela não é suficiente para explicar as relações sociais como um todo. Almeida (2019) lembra que, “o fato de uma pessoa negra estar na liderança, não significa que esteja no poder e muito menos que a população negra esteja no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 85). Entretanto, no caso brasileiro, a pouca presença dos negros em espaços de liderança e poder é tão visível, que se faz necessário discutir a representatividade, indagando direitos históricos, porém, ainda não vivenciáveis no Brasil. Nesse sentido, falar da representatividade dos negros significa dar voz e espaço a uma população, que mesmo sendo a maioria no Brasil, enfrenta uma ausência de representantes na sociedade, em geral.

É notório que a luta pela emancipação dos negros vem ganhando cada vez mais espaços, seja nas discussões sobre o tema ou em ações de denúncia ao racismo, mas, no que se refere ao respeito à igualdade, ainda há um longo caminho a se percorrer. A repetição dos padrões escravocratas em pleno século XXI demonstra que a luta dos negros por direitos na sociedade brasileira é histórica. Por isso, entender o contexto histórico, social e cultural das ascendências étnicas, a posição e direitos humanos dos negros ao longo dos períodos, é fundamental para a compreensão do acesso dos negros à educação no Brasil.

Conforme estamos defendendo nesse estudo, a educação é uma possibilidade real para o enriquecimento da representatividade dos negros, ou seja, uma representatividade possível de ser observada não apenas em números, mas, também, pela notabilidade das atividades desempenhadas. De todo modo, quando comparamos os números populacionais por etnias com a visibilidade dos negros em diferentes espaços de trabalho e liderança, é possível perceber uma ocultação da população negra em muitos espaços. Vejamos alguns números na tabela abaixo.

Analisando-se os períodos mais atuais com o uso dos dados do IBGE (Tabela 2), tendo como base os anos de 2012 a 2016, a população branca no Brasil diminuiu, enquanto o número de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas aumentou.

Tabela 2 – PNAD – C: Distribuição da População por cor ou raça.

COR	2012	2016
Branca	46,6%	44,2%
Preta	7,4%	8,2%
Parda	45,3%	46,7%

Fonte: IBGE, 2019, p. 1.

A forma como o IBGE define a cor, branca, parda, preta, amarela ou indígena pode camuflar uma realidade, ou seja, as informações da tabela podem passar a impressão de que existem mais pessoas brancas do que pretas no Brasil, mas esse é apenas um reflexo do processo de miscigenação da sociedade brasileira. Em síntese, para efeitos práticos, preto e pardo compõe a população negra brasileira. E é essa a população que, mesmo em maioria, não consegue estar em espaços quase que “naturalizados” como espaços a serem ocupados por pessoas não negras. Sobre essa realidade, Almeida (2019) descreve experiências por ele presenciadas: “nos ambientes acadêmicos e próprios ao exercício da advocacia percebi que, na grande maioria das vezes, eu era uma das poucas pessoas negras, senão a única, na condição de advogado e professor” (ALMEIDA, 2019, p. 60).

É esse estereótipo: ter cor, forma e padrão, que precisa ser derrubado, pois, ele acaba por limitar e até definir os espaços que as pessoas pretas e pardas devem ocupar. Precisamos compreender que as pessoas necessitam estar nos lugares que elas quiserem. Para entender o processo de visualizar e assumir a presença de pessoas negras, é importante conhecer a *inversão do estigma*, que para Gräff (2017) significa “constitui um processo fundamental para que os indivíduos passem a escolher modos de vida específicos e assumi-los para si, na condução de suas condutas, a partir do conhecimento de características previstas para uma dada identidade e do conhecimento de si” (GRÄFF, 2017, p. 26).

Esse reconhecimento de uma identidade até então subjugada e escondida pode se tornar visível através da “positividade que passa a conformar as identidades a partir da inversão do estigma, cria as condições para que os indivíduos desejem compartilhar certas práticas e atribuir a si uma marca específica, que os vincule e os identifique, a partir de certos pertencimentos identitários” (GRÄFF, 2017, p. 26). É importante ressaltar que a inversão do estigma não impede a realização de práticas preconceituosas e discriminatórias, mas que

significativo para transformações dos padrões de uma imagem pré-definida. Em suas bases estruturais, a inversão de estigma apresenta as seguintes condições:

Descreve Wieviorka (2002), pressupõe duas condições fundamentais: 1) a atribuição de uma marca positiva que mobilize um conjunto de indivíduos na orientação de suas condutas e os impulse a sair de uma condição de degradação social, e; 2) o reconhecimento e a valorização coletiva das marcas culturais de certos grupos, com vistas a produzir um outro modo de olhar para e de se relacionar com eles” (GRÄFF, 2017, p. 178).

Por fim, segundo Gräff (2017), é necessário dizer que a inversão de estigma não se completou no Brasil, o que faz com que os grupos passem a olhar para si a partir de características positivas, mas não produzam um efeito coletivo sobre a população. Assim, é importante que “a inversão do estigma só se complete no cruzamento entre a capacidade de o indivíduo produzir um olhar positivo sobre si e de mobilizar uma atenção, uma escuta social que instrumentalize a produção de um outro olhar sobre a sua identidade, pelos outros” (GRÄFF, 2017, p. 187). Por isso, precisamos do outro nesse processo e reconhecer como a formação populacional ocorreu e ocorre no território brasileiro.

No processo histórico de formação territorial do Brasil, a população de origem africana e afrodescendente normalmente adentrava e se fixava no Nordeste, região que, atualmente, conta com um predomínio da população que se autodeclara preta e parda, uma distribuição populacional que está relacionada com a ocupação sobre o território brasileiro. Ao analisarmos outras regiões, a Sudeste conta com um grande quantitativo populacional de pessoas negras, fato associado à história do ciclo econômico do café, onde eram trazidas como mão de obra escrava.

Tabela 3 – Distribuição da população pela região Sul e Norte do Brasil.

REGIÃO	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM
Sul	Branca	76,8%
Sul	Parda	18,7%
Sul	Preta	3,8%
Norte	Branca	19,5%
Norte	Parda	72,3%
Norte	Preta	7,0%

Fonte: Agência IBGE, 2017, p. 1.

Os dados acima (Tabela 3) revelam que houve um movimento populacional da população negra para a região Sul, seja por motivos forçados (trabalho escravo) ou por vontade própria. É possível notar que a população negra, mesmo sendo uma minoria, possui história, cultura e costumes a serem preservados, conhecidos e valorizados na região Sul, mais precisamente, no município de Concórdia (SC), onde se realiza a pesquisa. Com esses dados, é importante frisar que a população do Brasil está em constante crescimento, sendo que, os dados apontaram que a população chegou em 205,5 milhões em 2016, desses, “o número dos que se declaravam brancos teve uma redução de 1,8%, totalizando 90,9 milhões. Já o número de pardos autodeclarados cresceu 6,6% e o de pretos, 14,9%, chegando a 95,9 milhões e 16,8 milhões, respectivamente” (Agência IBGE, 2017, p. 1).

No município de Concórdia, a maior parte da população se autodeclara branca, com um pequeno percentual de pardos e pretos. Quanto à presença dos negros em diferentes segmentos da sociedade concordiense, Ribeiro (2007), no livro intitulado “Retratos da População de Concórdia – Os Afrodescendentes”, destaca algumas passagens acerca da recepção dos negros nesses espaços.

O livro, composto por pessoas com diferentes faixas etárias e profissões, apresenta fotografias e relatos de famílias da população afrodescendente concordiense. Um dos objetivos dessa obra, segundo Ribeiro (2007) “é preservar e construir a memória da cidade, demonstrando através dos relatos, como a etnia contribui para o acervo da cultura concordiense” (RIBEIRO, 2007, p. 07). Através de relatos e memórias da população afrodescendente do município de Concórdia, o livro destaca importantes aspectos dos relacionamentos dessas pessoas ao chegarem a Concórdia e darem continuidade em suas trajetórias de vida:

Claudino de Moura deixou a cidade gaúcha de Severiano de Almeida aos 24 anos para trabalhar na Sadia de Concórdia. Morou inicialmente no bairro dos Estados, mas seu trabalho na agroindústria não durou muito tempo. Há 13 anos dedica-se a atividade rural após comprar uma propriedade na comunidade de Primeiro de Setembro. [...] Diz não ter sofrido algum tipo de preconceito, mas quando o chamavam de negro respondia aos companheiros com as palavras alemães e gringo. Arival Martins, gaúcho de Guaporé, veio para Santa Catarina quando seus pais aceitaram um trabalho. [...] Recorda que existiam poucos elementos afros em Concórdia e lembra de Amaral, Vicente em Fragosos. Um time de futebol reuniu parte da etnia. Segundo ele grande parte dos afros trabalhava na Prefeitura ou vinha para jogar futebol.

José - revela que sua avó materna era descendente de italianos e pai, materno, era bugue [...] Mesmo com essa diversidade de etnias explica que o preconceito racial existe na sociedade.

Maria Luiza Alves Favaretto nasceu na comunidade de Barra do Tigre, Concórdia [...] mãe de quatro filhos, “meus filhos são conscientes da sua condição de afrodescendentes”, assegura. Ela recorda que é bisneta de ex-escravos que moravam

na cidade gaúcha de Estrela. [...] Maria Luiza revela que os negros não podiam entrar nos outros bailes, mas sim, apenas nos que faziam. Isso acabava gerando um certo desconforto.

Amadeu diz ter convivido com o preconceito racial. “Num baile no Interior não queriam que eu entrasse. Somente com a intervenção dos amigos isso aconteceu”, diz. Para casar com sua esposa, de descendência italiana, também enfrentou a oposição de um irmão da namorada que era contrário ao relacionamento. [...] “Em minha época parecia que havia mais famílias de afrodescendentes no município”, aponta Amadeu (RIBEIRO, 2007, p. 42-77).

Esses relatos, descritos no livro organizado por Ribeiro (2007), exemplificam uma realidade, mas, obviamente, não abarcam as relações étnicas todas. Para compreendê-las em melhores condições é preciso ampliar as leituras acerca dos espaços de relações sociais e culturais. Estamos procurando fazer isso através de diferentes ações nos últimos anos, a presente pesquisa faz parte desse movimento.

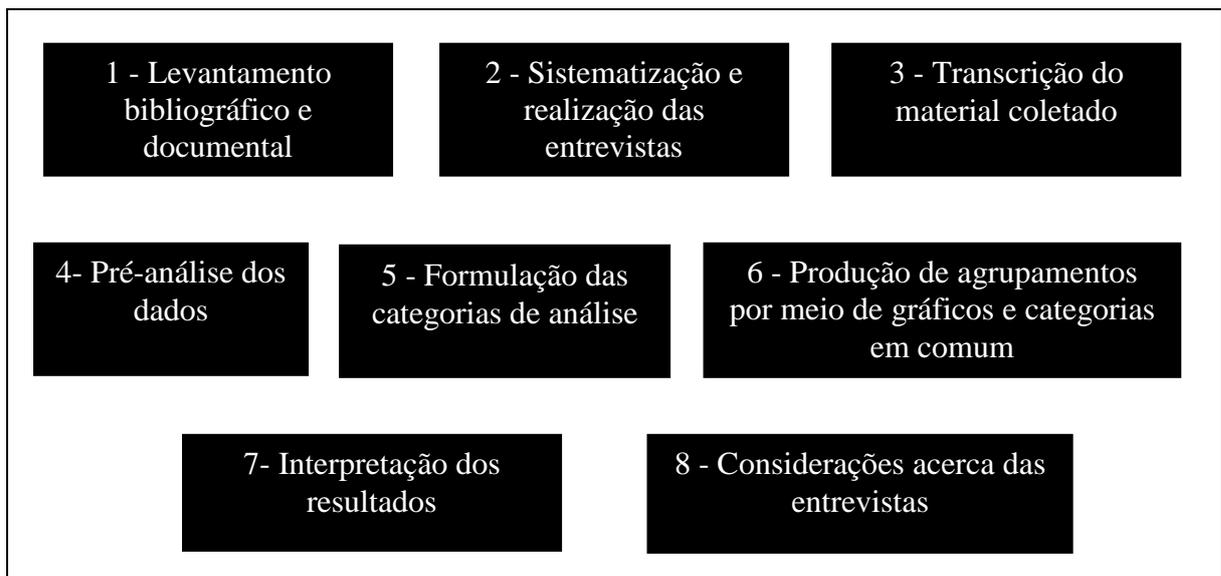
Esses breves apontamentos sobre a representatividade dos negros no município de Concórdia, tiveram como propósito enfatizar que o conhecimento acerca dos negros é importante, para que haja valorização e respeito da trajetória histórica desta população dentro do município. Nesse sentido, mesmo sabendo que, para além dos números, precisamos olhar às relações humanas e sociais na totalidade, se fez necessário mencioná-los para que tenhamos uma noção das desigualdades geradas em função de um comportamento que aguça e pratica uma deslegitimação étnica.

Em relação à contribuição desta pesquisa para o debate em torno da representatividade dos negros, a análise bibliográfica e empírica que realizamos proporcionou o entendimento de que o estudo da representatividade implica na atenção a outras categorias. A seguir as apresentamos e explicamos como elas passaram a fazer parte desta pesquisa.

6 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste capítulo descrevemos como ocorreu o processo de investigação que culminou com a categorização dos dados, informações e saberes colhidos, bibliográfica e empiricamente, para o desenvolvimento da pesquisa. O quadro a seguir explica esse procedimento:

Quadro 3 – Construção da Pesquisa.

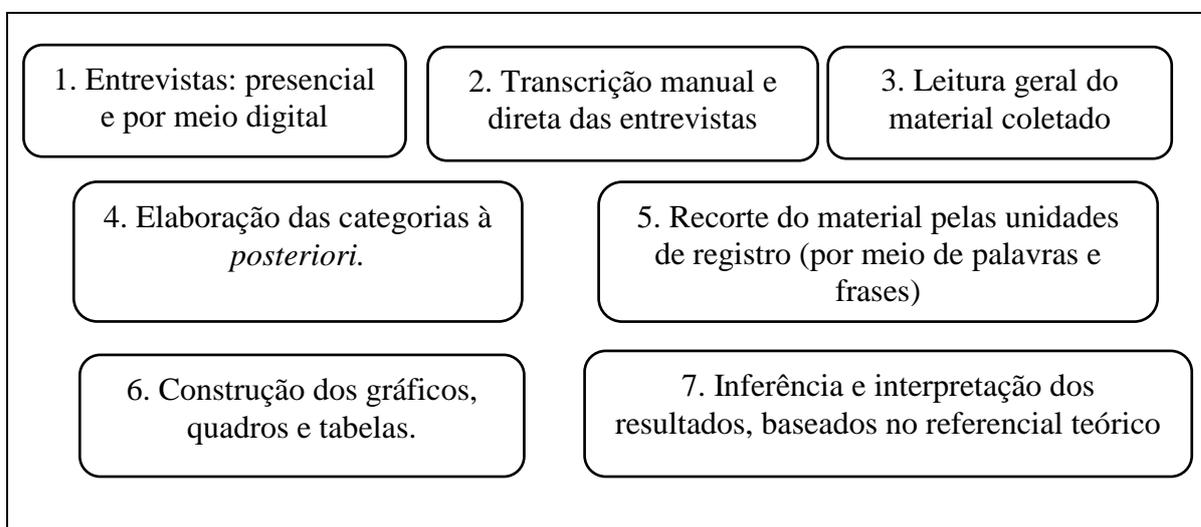


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nota: Adaptado de MACIEL, 2017, p. 67.

No que se refere à sistematização das entrevistas, através da análise de conteúdo, o Quadro 4 auxilia na compreensão desse processo.

Quadro 4 – Entrevistas e entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As análises textuais, quadros e gráficos foram produzidos a partir das respostas dos entrevistados. Sobre isso, primeiramente, foi estruturado o perfil dos entrevistados, como gênero, idade e autodeclaração, em seguida, ocorreram as entrevistas. Essas aconteceram de forma livre e com um inquérito semiestruturado. A exploração do material coletado considerou as orientações metodológicas defendidas pela abordagem da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2006), especialmente, no que se refere à elaboração e interpretação de categorias de análise.

No que diz respeito ao gênero dos entrevistados, participaram da pesquisa: 14 homens e 16 mulheres. No que se refere à idade dos participantes, variou de 18 a 90 anos, sendo: 10 pessoas entre 18 a 30 anos; 6 pessoas entre 31 a 40 anos; 5 pessoas na idade de 41 a 50 anos; 6 pessoas entre 51 a 60 anos e, 3 pessoas com mais de 61 anos.

Sobre a autodeclaração dos sujeitos da pesquisa, o critério considerado foi o fenótipo negro, se autodeclarando pardo ou preto. Nesse sentido, o total dos participantes que se autodeclararam pardos foi de 16 pessoas e, pretos, 14 pessoas.

Em relação à categorização, essa foi realizada após a pré-análise das entrevistas, por meio da ausculta e transcrição das narrativas, traçando-se o perfil dos entrevistados. Na sequência foram organizadas e estruturadas as categorias para analisar os dados da pesquisa. Esse processo considerou o levantamento bibliográfico/documental e metodológico que ocupou os primeiros capítulos da pesquisa. A seguir descrevemos como ocorreu esse processo.

6.1 CATEGORIZAÇÃO

A produção da categorização considerou os objetivos da pesquisa e buscou-se refletir acerca das questões históricas da população negra. Além disso, considerou a existência de um possível Contrato Racial na trajetória educacional dos negros no Brasil; a representatividade dos negros nos diferentes segmentos da sociedade concordiense; as relações entre a educação e o processo de inserção dos negros nos diferentes segmentos sociais.

As categorias que foram produzidas antes da entrevista, com base no referencial teórico, foram: Racismo (categoria 1) e Representatividade (categoria 2). A Categoria 1 – Racismo, levou em consideração a fundamentação teórica desta pesquisa, principalmente, no capítulo 4. Essa primeira categoria permitiu analisar as práticas racistas em Concórdia, tentando perceber a relação dessas práticas com a existência de um possível Contrato Racial

nas relações humanas e sociais estabelecidas entre as etnias. A Categoria 2 – Representatividade, compreendeu diferentes segmentos em que a população negra se fez e se faz inserida no município de Concórdia, tentando perceber as influências étnicas nas experiências de vida e de trabalho vivenciadas pelos participantes da pesquisa.

As categorias *a posteriori* surgiram com a pré-análise dos materiais coletados. Assim, a Categoria 3 – Educação, mostrou a trajetória educacional dos entrevistados por meio do acesso e da permanência à educação, além da importância dada a educação, pelos entrevistados. Já a Categoria 4 – Políticas Públicas, tratou da compreensão dos entrevistados quanto ao conhecimento dos direitos e políticas existentes para a população negra, bem como a importância de valorizar e reconhecer a história da cultura e da população africana e afrodescendente.

6.1.1 Categoria 1 – Racismo

Racismo foi uma das categorias *a priori* que fizeram parte da análise da temática em estudo. A interpretação dessa categoria à luz dos objetivos desta pesquisa, permitiu uma compreensão mais aprofundada acerca das consequências do racismo para a representatividade da população negra. Além disso, a partir das entrevistas, foi possível perceber as implicações de experiências humanas e sociais marcadas por relações preconceituosas, o que revelou importantes aspectos da trajetória dos negros no município de Concórdia.

O Racismo, como categoria, compreendeu de que forma as pessoas interpretaram as questões relacionadas a esse tema, como ele foi contextualizado e verificado nos aspectos sociais e culturais no município. Além do preconceito racial envolvido no processo. Nesse sentido, as narrativas e o lugar de fala das pessoas negras foram importantes, pois, conforme descreve Ribeiro (2019), resgatando a teoria de Foucault, “não podemos pensar no discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado entre si, mas como um sistema que estrutura determinada imaginário social, pois estamos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2019, p. 55).

No cenário atual, as discussões sobre o racismo continua sendo necessárias. É preciso seriedade no tratamento dos fatos, para que eles não corram o risco de inversões interpretativas da história, que ignorem a trajetória dos povos negros em busca de justiça, bem como suas lutas históricas.

Foi com esse entendimento que elaboramos as questões das entrevistas que fizeram parte desta pesquisa. Especificamente sobre o racismo, a pergunta 9 queria saber como os entrevistados percebem as questões relacionadas ao racismo no município de Concórdia. Acerca disso, os entrevistados deram as seguintes respostas:

Quadro 5 – Categoria do Racismo.

Entrevistado	Narrativas
E1	Penso que o racismo é um pouco velado. Eu não falo por mim, ninguém chega para mim e fala: você não vai entrar porque é negra, porque ele sabe que você é. Então, eles sabem te reconhecer mais pelo título (sobrenome). Mas já aconteceu com o meu filho na escola, uma criança chegou e falou que era macumbeiro, por conta da cor da pele.
E2	Eu vou ser forte aqui, mas eu vejo isso não só em Concórdia, mas no estado e no país, nós vivemos um racismo covarde, que é o racismo velado. E na nossa cidade a gente vivencia isso de uma forma escancarada. Um exemplo: é de uma mulher que foi vereadora no município e diziam para ela, algumas frases e adjetivos preconceituosos, mas não se registra. Tem uma advogada que é da comissão dos direitos humanos, ela fala abertamente, que lá dentro do ciclo de advogados o tratamento é pejorativo em relação aos negros, tem que matar mesmo está negrada, isso por parte de operadores do direito.
E3	Como tem muito descendente de italiano, eles são muitos culturais. Já vêm lá daquela época bem de antigamente, eles vêm trazendo esta cultura que negro é negro assim, sobrenome tal. Muito aqui é pela questão do sobrenome. Percebo que ainda existe o racismo, porque as pessoas carregam a cultura de muitos anos atrás. Já presenciei vários casos, vejo direto, as vezes nem por maldade, mas foi criada assim pelos pais.
E4	O racismo é muito forte. Acho que as pessoas mascaram um pouco. E vem sendo muito forte com os haitianos e com os baianos que estão vindo. Combate com educação, fazendo ele entender. Tem acontecido muito casos de racismo, vejo muito e noto nas falas das pessoas. O problema racial está na classe, porque se é negro e rico não tem problema, olha o Pele e o Neymar, todos são morenos e ninguém disse olha o negão ou preto sujo. Vejo a existência muito grande do racismo estrutural.
E5	Existe racismo, muitas vezes velado. Existe e é muito grande, não de uma forma explícita, em algumas vezes mais veladas, com comentários, como exemplo: vieram de outro país, só por ser estrangeiro ou pela cor da pele.
E6	Então, pessoas pretas em Concórdia são minorias e a gente sabe que toda a minoria acaba sofrendo algum tipo de preconceito. Eu acredito que em Concórdia existe um racismo estrutural e velado, acho que as pessoas se esconder atrás de umas falas e atrás de alguns comportamentos. Por algumas vezes e em algumas ocasiões já teve racismo até escancarado, racimo contra os haitianos principalmente, aquela vez que eles sofreram ataques racismo em muros, na entrada de Concórdia.
E7	Olha, agora eu não estou saindo, mas não estou percebendo. Mas, agora o povo já está mais aglomerado, que uma vez a gente via italiano se casar com italiano, alemão se casar com alemão, hoje já as raças se misturam

	mais.
E8	O tipo de preconceito que existe hoje no nosso município é com gente de outros países, como os haitianos. Tem um preconceito muito grande com eles, na questão da diferenciação no posto de saúde, na escola, no trabalho, eles tem uma prioridade e povo acaba gerando este preconceito, por causa da diferença da cor e de ter vindo de outro país.
E9	Não vejo muitas coisas, assim com racismo. Não vejo muito.
E10	Como eu sempre fui uma lutadora pelos meus direitos e como eu nunca fui discriminada na minha vivência. Eu não posso falar pelo outros, porque eu não sofri este tipo de discriminação. Eu estudei, fiz o concurso e passei, tive acesso as escolas, sabe que entre essas vivências a gente sempre teve um olhar discriminatórios, mas eu fui lá briguei e lutei.
E11	Muito forte o racismo, eu acho que infelizmente de 2018 para cá, estas questões elas não surgiram, elas se revelaram porque elas sempre existiram. Estas questões referentes a cor das pessoas, a condicionar a cor e da raça com a marginalidade ou a competência. Quando eu cheguei em Concórdia foi “nossa, mas tu é negro, mas você é uma pessoa legal”, mesmo eu não me considerando negro, imagina se eu realmente fosse uma pessoa de pele escura, o que ela não passa. Não é uma fala que tem naturalidade, você vê que ela está carregada de preconceito está carregada de estereotipo. Eles relatam que no Haiti não tem preconceito, lógico lá eles são negros, claro que eles não consigam dimensionar a questão do racismo e quando eles chegam aqui, sim é muito forte e existe muito.
E12	Em Concórdia é um pouco complicado, é um lugar para se estudar. Questão racial e étnica em Concórdia, só pelo último ato que vimos aqui que em relação a etnia que foi com um município de Sarthedo na Itália. Em relação ao negro, muito se dizem, muito já foi dito que não existem muitos negros em Concórdia, o que é uma mentira. Eu não vejo muitos negros ocupando posições no mercado de trabalho ou no poder público, na máquina pública como servidores municipais ou até como empresários, enfim, não vejo muitos negros nestes lugares e nestas posições. Por isso que a gente escuta muito piada de negro, as vezes falada em italiano, estas pessoas fazendo piadas e comentários em italianos. Por isso que muito curioso e eu vejo que há muito racismo no município, forte e presente aqui em Concórdia.
E13	Para ser bem sincero é um assunto delicado, mas tem e existe preconceito no município de Concórdia. Existe, eu já fui caso de atos de preconceito através da religião, pelo modo de se vestir e pelo que faz. Sim já sofri e vi pessoas como haitianos e africanos um certo preconceito pela cor, pelo jeito, pela fala, pela cultura. Sim é algo presente em Concórdia, mas não é algo notável, não é algo que a sociedade daqui hoje note e reaja sobre, mas é algo constante.
E14	Algum ato racista: 1) Como eu disse antes, a racista é estrutural, 2) No trabalho, você recebe menos do que os outros e o tratamento é diferente, 3) eu estava trabalhando para uma empresa, havia um ônibus que precisava nos pegar todas as manhãs e depois voltava para nos deixar à tarde. Neste ônibus colocamos todos os brancos na frente e os negros tinham que sentar-se perto por trás etc.
E15	Olha, o racismo em Concórdia na minha avaliação é extremamente velado. E ao mesmo tempo é possível de ser enxergado, eu penso que os poucos

	pretos que moram aqui, percebe isso com muita facilidade. Dificilmente você vê notícia, presencia algum ato direto de racismo, conta o preto. Mas se você reparar os poucos pretos que aqui existem é pequeno, mesmo o preto que tem as condições de classe média esse está colocado pela coletividade na periferia da cidade, na periferia da cultura, enfim, das relações comunitárias, não tem muita expressão.
E16	Eu acho que as pessoas até tentar disfarçar este racismo, que está impregnado neles, algumas pessoas são mais livres deste preconceito. Mas existe sim. O bom atendimento está muito mais relacionado ao cargo do que o tratamento igualitário para todos os clientes.
E17	Na verdade, existe um racismo e um racismo velado que é muito ruim. As pessoas se escondem, ainda mais quando eu me lembro da chegada dos haitianos em Concórdia e ainda quando residia por aí a coisa muito forte e muito racismo. Quando eu ia comprar em lojas e estava de chinelo as pessoas que não sabiam a profissão que eu exercia tinham certo preconceito. Eu conheço todo o Brasil e várias regiões e a gente nota que em Concórdia e a região acaba se reconhecendo pelo sobrenome e a origem italiana.
E18	Eu vejo que o município de Concórdia mudou bastante, foi assim nos tivemos épocas bem piores, digamos assim. Alguns anos, mulheres morenas e meninas morenas, não necessariamente negras, tinham apelidos bem pejorativos que era “esquadrão”, eles falavam olha o esquadrão da praça. E com a chegada dos haitianos, quando eles chegaram o pessoal dizia: olha os mortos de fome, nós fomos mudando essa visão. Sabe que preconceito vêm de casa né, não é uma coisa que você adquire depois, então, eu já presenciei na escola lógico, um tipo de nego sujo por exemplo. Isso não era fácil em Concórdia.
E19	Acredito que o racismo ainda é super naturalizado. Tudo bem todo mundo ter nome/apelido - e eu (por exemplo) ser a “nega” do grupo. Tudo bem eu ouvir “aqueles neguinhos” e logo em seguida “ah, mas você entende né!” Aquela velha história de racismo estrutural, as pessoas estão acostumadas a ver/falar assim e mesmo sabendo que é errado não conseguem encontrar o meio ou a chave para a mudança.
E20	Sim, percebo certa desconfiança, mas não sei se é da cor ou por ser do Norte.
E21	Uma resposta pessoal é assim: eu percebo que muito intrincado e enraizado na cultura concordiense, como eu te falei as vezes a gente sente que não é por maldade. Mas só a perpetuação de algo que se aprende desde pequeno, assim como tem pessoas e famílias inteiras e sobrenomes inteiros. Eu digo isso, porque é cultural e familiar, eles vão aprendendo desde pequeno a ser assim, tem gente que não é receptivo, que sempre tem um pé atrás, que fica questionando e fazem piadinhas, que fazer pouco caso ou falam por trás de algumas forma, que desmerecem, questionam e falam alto. Então, é algo muito cultural, social e institucionalizado, dentro das instituições isso é muito internalizado.
E22	Racismo nítido, mas embutido, eles são extremamente racistas. Eu já ouvi falar assim: porque ela comprou um carro desses, uma coisa que o carro meu é o mais barato do mundo. Mas as pessoas falam assim, mas mora sozinha deve ter alguém que ajuda, uma coisa bem absurda, que eu já escutei e encaro isso como racismo. Eu tenho sempre que estar pisando em

	ovos, como pessoa pública tem isso também, pessoa pública e negra.
E23	Existe racismo, mas hoje bem menos que antigamente, eu particularmente sou conhecido como nego 'X', mas não me incomodo com isso. Pois acho um apelido carinhoso, porque na maioria das vezes é isso mesmo, porém a certos casos que é racismo mesmo.
E24	Concórdia é um município que a maioria é branca, já começa por aí. Então, isso fortalece em parte o racismo, porque além da maioria ser branca, a maioria também é mais conservadora e a maioria das vezes é assim que funciona, senão faz parte da minha realidade eu não vou me informar. É do pouquinho de se recusar, que aquilo é um problema social, que este problema vai atingir inúmeras pessoas, que vai aumentar e virar violência verbal, psicológica, física até gerar a morte de alguém e há isso todos os dias.
E25	Está questão do racismo aqui, eu costumo dizer que o racismo é uma doença entranhada na educação de um povo. É como se fosse um vírus hereditário que é passado dentro do ensinamento de pai para filho, aqui na região da Concórdia e outras cidades a gente percebe isso muito alarmante. Quem vem de fora, de outros estados, de outros países que não possuem uma pele mais clara ou como eles costumam dizer, os coloridos, não são aceitam. Em outra ocasião eu fui em uma festa (kerb) escutei muitas piadas deste teor racista, não só nestes lugares, mas também na faculdade. Muitas vezes você está no trabalho escuta pessoas falarem, muitas vezes estas pessoas não conhecem nada, nunca nem foram em outro estado, mas falam coisas como se tivessem autoridade e de total conhecimento daquilo que estão falando. Uma outra coisa que eu gostaria de salientar que eu vi muito aqui é o pessoal acha que eles são ou estão na Europa, que dizem que o nosso município, a nossa região tem num nível europeu, esse tipo de coisa de querer se achar superior. Frases como isso é coisa de preto, é coisa de baiano, então são frases pejorativas que muitas pessoas usam aqui nesta região, muitas pessoas falam estas coisas muitas vezes sem se dar conta que estão sendo preconceituosas e racistas. Ou quando uma pessoa faz uma coisa errada e a outra diz é coisa de preto, então as pessoas negras são burras.
E26	Acho que ainda existe, já trabalhei em escola particular onde algumas crianças faziam questão de mostrar quem era "melhor".
E27	O racismo por aqui, é muito enrustido, pois depois que virou crime, começaram a serem mais cautelosos; antes alguns nos chamavam de macaco. Mais ainda existe, muitas vezes notamos pelo comportamento, tipo não se tem uma resposta de um bom dia e até mesmo falta de um bom atendimento em alguns setores do comércio. Em todas essas situações que eu citei, não se pode questionar, pois eles alegam que tratam todos iguais e você fica como ser um negro metido.
E28	Acontece o tempo todo, ninguém admite publicamente que é, ninguém aceita que se autodeclara racista, porque não há hombridade para admitir exatamente isso. E questiona o tempo todo, quando alguém realmente não é. Concórdia é extremamente racista, seja um racismo social ou até um racismo altamente declarado. Ou quando já me perguntaram como eu simplesmente consegui estudar, porque para eles, ser preto é ser burro e fazer trabalho braçal, usar a cabeça só pessoas de pele branca consegue.
E29	O racismo é uma coisa complicada, isso vai muito da cabeça das pessoas.

	Eu vejo nesta questão que as pessoas, muitas delas não são racista, são preconceituosas. Então, eles confundem muito o racismo com o preconceito racial. Eles não sabem quem é você e te julgam pela cor da tua pele. Não sabem nem o que é racismo. E infelizmente, isso ocorre muito no mundo em que vivemos.
E30	Foi em Concórdia, que eu pensei agora eu entendo o que as pessoas passam e o que é o racismo. Eu acho que eles tem uma negação muito grande e são extremamente racistas. Só que hoje a gente consegue ver isso, com mais clareza que é um racismo muito velado, quando vai falar sério, na verdade é real.

LEGENDA – QUADROS

E – Entrevistado

1 a 30 - Número e ordem da realização as entrevistas

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O racismo foi presenciado e/ou sentido na própria pele pela maioria dos entrevistados. Dessa forma, produziu-se o quadro acima com todos os entrevistados, por meio das narrativas e partindo de suas realidades. Proporcionar o debate, as falas sobre o racismo e de que maneira ele se materializa no município de Concórdia, foi um dos pontos centrais desta pesquisa, principalmente, buscando formas para combater atos e ações racistas.

O que foi notório é que o racismo existe em Concórdia, como em grande parte do Brasil e do mundo. Muitas foram as formas de defini-lo, seja o racismo velado, o mascarado, o cultural ou o estrutural. Entretanto, nenhuma das formas expressas, diminui o sentimento de menosprezo e inferiorização que as pessoas negras sentiram, seja na própria pele ou vendo outras pessoas sentirem. Esse racismo presente em Concórdia é muitas vezes omisso pela população. Se mostrando evidente quando há comentários entre as pessoas, como, por exemplo, que imigrantes haitianos e pessoas dos estados do Nordeste têm vindo para o município e fazendo com que a população perca oportunidades de trabalho. Até mesmo está presente na história do município, que não revela como se formou a comunidade populacional negra.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber como o racismo é fortemente estruturado no município, e como as pessoas negras residentes em Concórdia precisam mostrar o seu trabalho e potencial, demonstrando o tempo inteiro que são bons no que fazem para que, assim, tenham outro olhar, aquele que vai além da cor da pele. Algumas entrevistas registraram que não são poucas às vezes em que pessoas negras ouve frases racistas como: “mas você nem é tão moreno assim” ou “você está passando por um processo de branquitude”, enfatizando que ser negro é algo ruim.

Os exemplos citados dizem muito sobre o racismo, pois ao falar sobre ele os entrevistados logo se lembravam de uma situação vivenciada e/ou presenciada. Alguns exemplos são perceptíveis e estruturados, como a entrevista 14 relatou: *“eu estava trabalhando para uma empresa, havia um ônibus que precisava nos pegar todas as manhãs e depois voltava para nos deixar à tarde. Neste ônibus colocamos todos os brancos na frente e os negros tinham que sentar-se perto, por trás etc.”*. Uma segregação racial, que parece ter ficado no passado, vivida na África do Sul e nos Estados Unidos, um período marcado por lutas e conflitos, onde se propagava uma divisão de grupos raciais, de um lado a raça branca e de outro a raça negra. Para muitas pessoas, esse processo já havia sido combatido, porém, ele se faz presente em muitas situações vividas na contemporaneidade, *“desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais”* (ALMEIDA, 2019, p. 36).

Nas narrativas ficou evidente que muitos ligaram a questão racial ao aspecto da classe, essa é uma percepção comprovada no Brasil. Segundo os dados do IBGE (2019) sobre as desigualdades sociais por cor ou raça, *“há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos”* (IBGE, 2019, p. 1). Nesse sentido, os entrevistados relataram, que é nítido a presença de pessoas pardas ou pretas nos bairros mais periféricos, além de estarem ocupando os subempregos. A entrevista 12 demonstrou esse entendimento: *“vejo sim muitas crianças, muitas famílias, famílias que geral trabalham em algumas indústrias, sobretudo na BRF, então população que sim, estão em zonas mais periféricas. Em bairros, mas afastados do centro e com quase nenhuma representatividade no interior”*. Sobre a presença das pessoas negras em bairros periféricos, a entrevista 3 relatou: *“outro preconceito é na divisão dos bairros no município, onde tem muitos que tem mais pessoas pobres e cor a cor de pele mais escura. Em ‘X’ não tinha isso, era tudo misturado, casa de gente rico e de gente pobre, mas aqui é demarcado”*.

O racismo ainda foi relacionado à questão cultural. Muitos justificaram esse tipo de discriminação racial pela predominância e legitimidade da formação populacional ítalo-germânica. Como se o racismo fosse justificado, pelo fato de determinada pessoa nunca ter convivido com pessoas negras ou pelo histórico da população negra, sendo relacionado à mão de obra braçal e serviçal. É evidente certa negação das pessoas em dizer que não existem negros no município de Concórdia, expondo um processo de branqueamento da população,

que ocorreu não apenas no município, mas na região Sul do Brasil. Importante ressaltar que, “o racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados” (ALMEIDA, 2019, p. 37).

Sobre o aspecto cultural, um ponto destacado pelos entrevistados foi o sobrenome, e como esse é tão importante para as famílias do município. A entrevista 1 expôs esse processo: *“eu não falo por mim, ninguém chega para mim e fala: você não vai entrar porque é negra, porque ele sabe que você é. Então, eles sabem te reconhecer mais pelo título (sobrenome)”*. Portanto, você é reconhecido no município pelo sobrenome ou pela família. Da mesma forma é na questão profissional, a entrevista 16 relatou esse fato: *“eu passei por situações, de chegar em uma loja e não ser atendida e meu próprio marido de chegar em uma loja assim e não ser atendido. Mas quando estava fardado no fato de policial, e daí pelo cargo as pessoas atendem de uma forma diferente”*. Se fôssemos supor, uma pessoa branca, ao adentrar um estabelecimento, provavelmente não passaria por essas situações, isso deve-se à cor de pele. Ela poderia passar por um preconceito em relação à classe, mas não seria caracterizado como racismo.

Outro destaque na fala dos entrevistados foi sobre os haitianos, que passaram a residir no município a partir de 2010. Muitos relataram que eles são os que mais sentem o racismo, estando fortemente relacionado à xenofobia. Esses ocupam subempregos em Concórdia, pela barreira estrutural imposta, da língua e da formação. Como relatou a entrevista 18: *“e com a chegada dos haitianos, quando eles chegaram o pessoal dizia: olha os mortos de fome, nós fomos mudando essa visão”*.

Claro que não poderíamos deixar de destacar que nem todas as pessoas percebem e convivem com atos racistas, mesmo tendo sido um número pequeno de entrevistados. Vale ressaltar que, em suas falas, há uma resistência, podendo ser um medo ou receio de falar, contar uma história. O fato pode ser relacionado à estrutura da cidade, que inibiu e provocou medo na população negra.

A partir das narrativas foi possível perceber a existência de Contrato Racial, por meio da trajetória familiar e profissional das pessoas negras, que residiram ou residem no município de Concórdia. Primeiramente, pelos inúmeros relatos de racismo estarem relacionados à questão cultural, familiar e histórica. Depois, pela impossibilidade de as pessoas conseguirem reconhecer e oferecer as oportunidades à população negra do município, simplesmente pela cor de sua pele.

Nesse processo, fez-se importante a construção de outro quadro (Anexo E) com as narrativas mais marcantes dos preconceitos raciais vivenciados pelos entrevistados.

Especificamente sobre as relações étnico-raciais, a pergunta 3 queria saber se os entrevistados vivenciaram algum tipo de preconceito em decorrência da cor da pele em seu ambiente familiar.

A partir dos relatos foi perceptível certa negação das pessoas, quando dizem não se importar com o que as pessoas pensam ou falam em relação à cor da sua pele. Precisamos desmitificar isso, pois o preconceito racial é fortemente estruturado na sociedade.

Os relatos expostos são marcados pelas diferentes práticas do preconceito racial que se fazem presentes em Concórdia, no Brasil e no mundo. As falas são marcadas por violência verbal e psicológica, onde as pessoas negras ouvem piadas verbais, sendo impostas e naturalizadas pela sociedade. Quando não faladas, são sentidas pelo olhar da diferença, precisando mostrar e provar que são bons em tudo que fazem, contrariando uma lógica imposta de que “negro é preguiçoso” ou de que “isso é coisa de preto”. Quando conseguem provar suas capacidades, o resultado é visto como um processo de branquitude, como se a pessoa negra não tivesse capacidade. A entrevista 28 relatou que:

Acontece o tempo todo, ninguém admite publicamente que é, ninguém aceita que se autodeclara racista, porque não hombridade para admitir exatamente isso. E questiona o tempo todo, quando alguém realmente não é. Concórdia é extremamente racista, seja um racismo social ou até um racismo altamente declarado. Eu sei, porque até a minha esposa já passou por racismo, seja quando ela tentou me apresentar a alguém e comentaram, mas ele é preto. Ou quando já me perguntaram como eu simplesmente consegui estudar, porque para eles, ser preto é ser burro e fazer trabalho braçal, usar a cabeça só pessoa de pele branca conseguem. (E28).

O preconceito racial no ambiente educacional e profissional foi presenciado pelo entrevistado 21, que expôs:

Eu construí uma imagem que contraria a lógica da cor da maioria das deles, teve um médico que inclusive falou para mim que eu embranqueci estudando, que eu embranqueci trabalhando, embranquecer nos sentido de ser bem aceito, de ser bem visto socialmente, em relação ao trabalho, enfim, em função social. Mas por aí, sofri muito, várias vezes me senti diferente, das pessoas me colocarem de lado por causa da minha capacidade, eu sempre tive que mostrar que eu era capaz e muito capaz, sem deixar nenhuma dúvida disso, senão diriam isso é porque ele é preto (E21).

Outro ponto marcante foi a narrativa de uma pessoa natural da região Norte do Brasil, que, ao chegar no município de Concórdia (SC), percebeu a predominância de pessoas brancas. Só assim ela se viu como negra, porque em Manaus (AM) ela era considerada branca, mas aqui não. Vale destacar que alguns dos entrevistados não viram ou sentiram esse

tipo de preconceito na própria pele, mas relataram ter presenciado outras pessoas passarem por isso.

Ainda nessa categoria foi perceptível que o preconceito racial está presente em diferentes ambientes, no familiar, no educacional e no profissional. No entanto, no familiar os entrevistados relataram não ser tão comum, apesar de duas pessoas relatarem, ter passado pelo preconceito racial no meio familiar. Destaque para a entrevista 6: *“por parte da minha família, eu sempre tive que ouvir palavras e falas racistas, isso me incomodava bastante. Toda o final de ano, páscoa e data comemorativa, tinha uma piadinha homofóbica e racista, eu convivi com isso durante minha infância toda e adolescência também”*.

Muitos relataram que já passaram e presenciaram amigos e familiares passando por situações com atos racistas, como falas e olhares em diferentes ambientes. Logo, o “preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Sabemos que mais de 50% (IBGE, 2010) da população se autodeclara negra (parda ou preta), mas ainda há uma valorização da cultura europeia em detrimento da história e cultura africana e afrodescendente. Isso pode ser explicado porque houve pessoas que não aceitaram participar da pesquisa.

Em um primeiro momento há uma frustração enquanto pesquisadora, fazendo-me repensar a pesquisa e a sua importância. Isso é superado ao olhar para a própria trajetória enquanto pesquisadora, que precisou construir o seu lugar de fala, pois:

Sempre soube da minha descendência, nossa família contava a história do meu bisavô materno, da luta contra a violência, exploração e o preconceito racial. Sendo um homem preto, que nunca teve seus direitos reconhecidos, mesmo após a abolição da escravidão. Então, sempre olhava para minha avó e meus tios reconhecendo-os pela sua história e seu fenótipo, mas nunca me colocava neste lugar. Ao chegar no município de Concórdia e perceber que algumas falas como “morena” e “cor de cuia”, sobressaia ao meu nome, compreendi o meu lugar, sim, de uma pessoa parda, que tem sua trajetória familiar marcada pela escravidão, de ancestrais que lutaram muito para que os meus direitos hoje fossem reconhecidos. Principalmente, porque fui a primeira filha, neta e bisneta de muitos primos e primas do lado materno e paterno a ter uma formação no Ensino Superior, meus pais chegam até o ensino fundamental, anos iniciais, mas sempre incentivam os meus estudos (VELHO, 2020).

As entrevistas mostraram fragilidades e pontos que estavam escondidos e esquecidos, principalmente, no que se refere ao preconceito racial e ao racismo. Isso faz com que muitas pessoas não queiram falar ou expor esse sentimento. Diante disso, houve um pequeno número

de pessoas que não aceitou participar da entrevista, entre os motivos estão: que a pessoa não se identifica como negra, se vê como moreninha, não se colocando nesse lugar de fala, faltando propriedades e conhecimento para esse debate; por sofrer discriminação racial, ou por nunca ter usado cotas. Logo, com respeito à liberdade de expressão de cada pessoa, não se realizou a entrevista.

Para combater esse racismo e preconceito racial, é preciso que as pessoas conheçam e compreendam o processo histórico, educacional e cultural da população negra em Concórdia e no Brasil. Não apenas conhecer o processo de escravização, mas reconhecer que as pessoas negras fazem parte da história do município, bem como valorizar a cultura da população negra no Brasil e no mundo. Sendo fundamental olhar para o outro, além da sua cor de pele.

6.1.2 Categoria 2 – Representatividade

Nesse processo de análise das entrevistas, outra categoria *a priori* foi a de Representatividade. O termo foi discutido e abordado no quinto capítulo da pesquisa, com ênfase na representatividade da população negra no município de Concórdia. Dessa forma, consideramos que “a representatividade é sempre uma conquista, o resultado de anos de lutas políticas e de intensa elaboração intelectual dos movimentos sociais que conseguiriam influenciar as instituições” (ALMEIDA, 2019, p. 110). Vale ressaltar que “o fato de uma pessoa negra estar na liderança, não significa que esteja no poder, e muito menos que a população negra esteja no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 110). Quando é notória a presença de pessoas negras em diferentes segmentos da sociedade, o resultado é a possibilidade de outros negros ocuparem esses espaços. Quebrando com o paradigma de que pessoas negras só podem ocupar espaços de serviços braçais ou com menor intelectualidade.

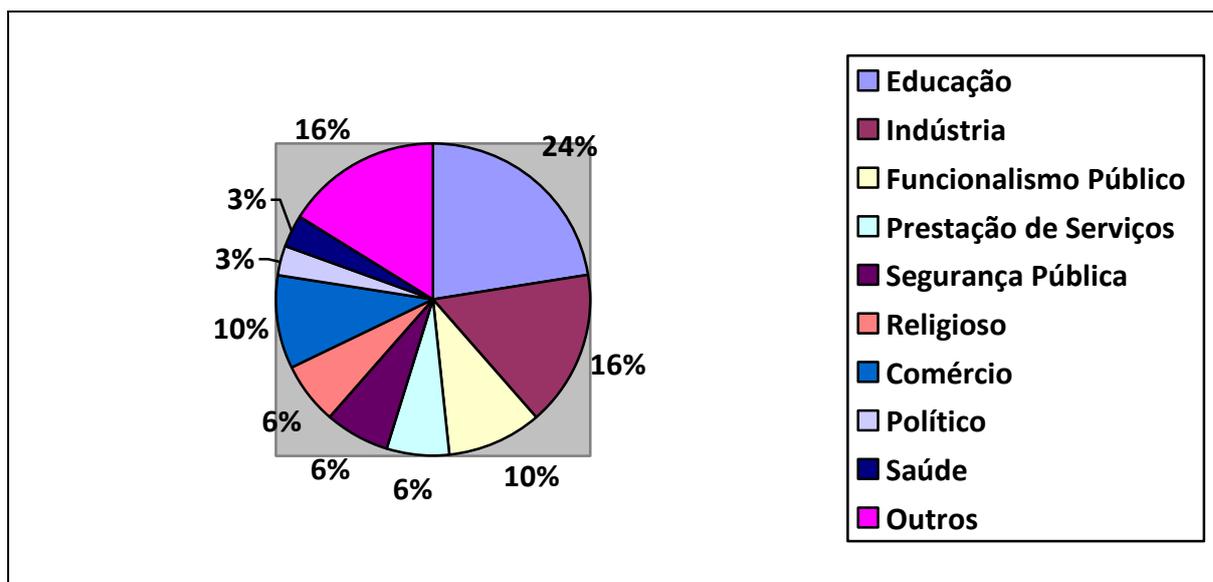
A categoria buscou analisar como ocorreu o processo de inserção e representatividade dos negros nos diferentes segmentos da sociedade concordiense. Por meio das narrativas foi possível perceber que a população negra ocupa diferentes segmentos no município, conferindo, assim, uma visibilidade às pessoas negras do município. Essa representatividade é um passo importante na luta contra o racismo.

Foi com esse entendimento que elaboramos as questões das entrevistas. Especificamente sobre a representatividade, a pergunta 7 queria saber em qual setor profissional os entrevistados atuam ou atuaram no município.

Acerca disso, a resposta dos entrevistados resultou nos seguintes setores de atuação: educação (7 pessoas), indústria (5 pessoas), funcionalismo público (3 pessoas), prestação de

serviços (2 pessoas), segurança pública (2 pessoas), religioso (2 pessoas), comércio (2 pessoas), político (1 pessoa), saúde (1 pessoa) e outros (5 pessoas), que incluem, construção civil, gestão cultural, jornalismo, música e estudante. Para melhor ilustrar esses setores, foi produzido um gráfico que demonstra a porcentagem de cada setor (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Setores da Economia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Vale destacar que muitas das pessoas entrevistadas escolheram apenas um segmento como sendo principal, mas relataram atuar em dois ou mais setores. Isso é um reflexo do que acontece no setor econômico do Brasil, onde há pessoas que trabalham em dois ou mais empregos.

Outro destaque foi para a formação profissional. As pessoas têm uma formação, mas atuam em outras áreas, isso se deve por inúmeros motivos, como: falta de oportunidade, área saturada, não se identificou com o setor de atuação, dentre outros.

Ainda sobre essa categoria, uma breve pesquisa foi realizada no campo político para identificar sujeitos que atuam nesse setor, sendo que não foram encontradas pessoas negras que, atualmente, tenham um cargo político no município, seja no executivo ou no legislativo. Ao analisar a trajetória histórica dos poderes, através de relatos e do site da Câmara Municipal de Concórdia (SC), encontrou-se apenas uma pessoa que tenha feito parte desse campo, que se autodeclara parda, mas que, atualmente, não reside no município.

A entrevista 30 foi realizada com uma mulher que se autodeclara parda. A entrevistada possui formação superior em diferentes áreas do conhecimento e uma longa experiência

profissional, o que se tornou contribuinte à representatividade, mas não impediu o racismo. Sobre esse relato, destacamos partes relacionadas as áreas de atuação da entrevistada: “*eu fui a primeira assistente social da prefeitura, ai tive uma história longa na prefeitura de Concórdia, criando as primeiras creches, associação de moradores eu tive a oportunidade de iniciar, todos eles, tanto no interior como na cidade*”. Declarou ainda: “*acabei muito envolvida com a comunidade, com muita credibilidade pelo trabalho. Mas é sempre assim, a ‘X’ é uma negra, mas é uma negra cheirosa. Eu ficava olhando, eles acham que negro é fedido, mas eu nunca tinha me tocado com isso*”. A entrevistada também tem representação na área política, sua narrativa foi importante para compreender esse setor no município:

A gente teve alguns debates na Câmara de Vereadores, eu gostava muito de abrir a câmara para debates públicos e eles não eram muito acostumados com isso, eu trazia pessoas de diversos segmentos e tinha dia de tudo. Eu trouxesse o A. e eles não queriam me dar o tempo, aí eu senti que era porque ele era negro, dar o tempo para este negro, é muito forte, mas o que mais me assusta é ser velado, é o não dito mas ele é real, ele existe. Primeiro, porque esta é a realidade, eu não conheço está Concórdia de hoje que recebe pessoas negras, dos haitianos e venezuelanos, mas eu achei um máximo quando vou para aí e vejo está negritude. Na época da minha legislatura, eu me afastei de 1993 a 1997, poucas mulheres e as que estavam, eram esposas de fulanos, que já tinham sido vereadores, e eu não era esposa ou filha de ninguém e não tinha o sobrenome. Para resumir, quando eu fui candidata a vereadora, eu fiz mais de 900 votos e as pessoas não acreditavam. Era uma coisa que eles sempre tentavam vim com o feminino e doçura e depararam com uma mulher brigona e enfrentamento, isso foi uma coisa que incomodava muito neles, não eram acostumados a ver mulher com voz. Acho que a gente quebrou bastante coisa, por ser mulher e afrodescendente, acho que vale e vivi interessante. Foi em Concórdia, que eu pensei agora eu entendo o que as pessoas passam e o que é o racismo (E30).

Um destaque da narrativa foi quanto ao gênero, considerando-se que a maioria dos cargos do legislativo foi e ainda é ocupada por homens, com pouca participação feminina nesse meio, bem como do poder executivo, no qual nenhuma mulher aparece. Importante ressaltar que o fato de não existirem pessoas negras em cargos políticos, não significa dizer que as pessoas não tentaram se candidatar. No entanto, a visibilidade é um fator determinante para se conseguir chegar a esse setor.

No segmento da saúde também houve dificuldades em encontrar pessoas negras. Como foi realizada apenas uma prévia nesse segmento, por meio das pessoas entrevistadas e através do próprio círculo de pessoas da pesquisadora, apenas uma pessoa aceitou participar da pesquisa. Vale destacar que pode haver pessoas que se autodeclaram pardas ou pretas nesse setor.

A entrevista 20 foi realizada com uma mulher de 35 anos, que se autodeclara parda, sendo natural de Ji Paraná, no estado de Rondônia. Declarou sobre o segmento da saúde: “*na*

área da saúde, sou fisioterapeuta. Após formada, passei em Medicina. Hoje sou médica pediatra, minha trajetória profissional ainda é recente, estou me estabilizando". Em relação a presença da população negra neste setor declarou:

Como o sul do Brasil a grande maioria é população branca, no hospital tem poucas pessoas pretas ou pardas. Os meus pacientes tenho mais contato, pois atendo muito crianças filhos de pais haitianos. Percebo certa desconfiança, mas não sei se é da cor ou por ser do Norte (E20).

Mesmo havendo pessoas em vários segmentos da sociedade e um deficit de pessoas pardas e pretas em outros segmentos, como o da saúde e da política, foi visível que existem barreiras estruturais para o acesso ao emprego da população negra no município. As narrativas mostraram que é difícil encontrar pessoas com a mesma cor de pele nos espaços onde atuam. O relato da entrevista 28 demonstra isso: *“eu trabalho na procuradoria geral do município de Concórdia. Declaradamente posso afirmar que sou o único preto que trabalha na prefeitura de Concórdia, pelo menos declaradamente preto, isso eu posso afirmar com toda a certeza do mundo”*.

Para conhecer e analisar a formação histórica dos entrevistados, foi importante analisar a naturalidade dos entrevistados. Concluiu-se que a maioria dos entrevistados não é natural do município, vindo a residir em Concórdia por diferentes motivos, como a qualidade de vida que o município apresenta e as oportunidades de trabalho.

No quesito da naturalidade dos participantes, os resultados foram os de que, 7 dos entrevistados nasceram em Concórdia (SC) e 23 dos entrevistados nasceram em outros municípios.

Sobre os sujeitos que não são naturais de Concórdia (SC), os municípios onde os sujeitos da pesquisa relataram nascer foram: Bituruna (PR), Cachoeira (RS), Campos Novos (SC), Fortaleza (CE), Haiti (HAI), Ilhéus (BH), Ipumirim (SC), Itajaí (SC), Ji Paraná (RO), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Marilândia do Sul (PR), Rio de Janeiro (RJ), São Borja (RS), São Gabriel (RS), São Paulo (SP), Salto Grande (SP), Urussanga (SC) e Xanxerê (SC). Importante destacar que os participantes são oriundos de diferentes lugares do território brasileiro e fora do território nacional, como é o caso do haitiano entrevistado. Quanto ao período que residem no município de Concórdia há grandes variáveis, sendo que há pessoas que residem no município a um curto período, como três meses, enquanto há pessoas que residem há mais de cinquenta anos.

6.1.3 Categoria 3 – Educação

A Educação foi uma categoria *a posteriori* de fundamental importância nesta pesquisa. Os apontamentos foram realizados na fundamentação teórica, principalmente, no terceiro capítulo, que analisou a trajetória e o acesso à educação pela população negra no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa voltou-se para a temática étnica-racial, envolvendo a população negra no Brasil.

A educação formal se faz necessária na contemporaneidade, sendo um direito social e fundamental para o desenvolvimento histórico, econômico, social e cultural de cada indivíduo, indo muito além de melhorar a renda e o emprego de cada pessoa. Muitos são os desafios quanto a esse tema, sendo ele muito debatido em cenário mundial e nacional, principalmente, ligado à qualidade e à equidade do ensino, que ainda necessita ser colocada em prática por todos os níveis educacionais, desde o Ensino Infantil até o Ensino Superior. A educação é um direito social que todos os cidadãos possuem, independentemente da cor da sua pele, religião, cultura, dentre outros.

Referente aos níveis educacionais, os entrevistados que não concluíram a Educação Básica, somam apenas 3 pessoas, sendo que 27 pessoas concluíram esse nível de ensino. Portanto, a maioria das pessoas entrevistadas tiveram acesso e permanência a essa modalidade. Essa não é a realidade da maior parte da população negra no Brasil, “a historiografia da educação brasileira, por muito tempo, silenciou a trajetória traçada pela população negra no que diz respeito ao acesso à educação” (CHAVES; FERNANDES, 2017, p. 01).

Um ponto a ser destacado é o de que a maioria dos entrevistados que tiveram acesso e permanência ao ensino básico tem entre 18 e 60 anos, podendo-se relacionar a idade com o avanço da educação. Principalmente, nos documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988 que a definiu como direito de todos, dever do Estado, garantida de forma gratuita e obrigatória. A realidade em muitas famílias no Brasil é a de que muitas pessoas com mais de 50 não tiveram acesso ou, se tiveram, não conseguiram concluir esse nível de ensino.

Outro destaque importante é o das três pessoas que não tiveram acesso ao ensino básico, as quais possuem idade entre 49 e 76 anos, vivendo em um período onde a educação não era gratuita e obrigatória e tendo que optar por trabalhar e ajudar a família, ao invés de estudar. Essa realidade foi e ainda é vivenciada por vários brasileiros, principalmente, pela população negra. Os seguintes relatos são importantes:

Quadro 6 – Categoria da Educação.

ENTREVISTA	IDADE	GÊNERO	NARRATIVA
E7	59 anos	Mulher	Eu não, fiz até a 4ª série, um motivo foi que minha mãe ficou doente e tive que cuidar dos meus irmãos menores e cuidar dela, aí eu não estudei. Tinha vontade de estudar, mas na época não era exigente que nem hoje, obrigatório, daí eu fiquei e não estudei.
E23	76 anos	Homem	Eu concluí só os anos iniciais até o quarto ano primário, não tive condição de estudar mais, tinha que ajudar nas despesas de casa.
E26	46 anos	Mulher	Infelizmente não, estudei até a 8ª série. Na época era muito difícil, pouco acesso, família com bastante filhos, distante de tudo. Mas ainda pretendo dar continuidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Sobre as diferenças entre o acesso e a permanência da educação, principalmente, da população negra, os dados da Tokarnia (2016) apontam que:

A educação para brancos e negros é desigual no Brasil, segundo dados educacionais organizados pelo movimento Todos pela Educação. Os brancos concentram os melhores indicadores e é a população que mais vai à escola, conclui o estudo. São também os que se saem melhor nas avaliações nacionais. Para o movimento, a falta de oferta de uma educação de qualidade é o que aumenta essa desigualdade (TOKARNIA, 2016, p. 1).

Dos 27 entrevistados que concluíram a Educação Básica, houve 15 pessoas que acessaram o Ensino Superior, enquanto 12 pessoas não acessaram. Esse é um resultado positivo, pois, a realidade brasileira, de maneira geral, é oposta. A maior parte da população negra é a que mais necessita de políticas públicas educacionais para o acesso a esse nível de ensino, o que explica a importância das cotas raciais.

Os sujeitos, em suas narrativas, apontaram a importância do acesso e da permanência da educação. Nesse sentido, sem sombra de dúvida, todos os entrevistados analisam que ela é fundamental e muitas vezes relacionadas à melhoria de vida das pessoas ou ligada ao acesso ao conhecimento.

Especificamente sobre essa categoria, a pergunta 5 queria saber como os entrevistados analisaram o acesso e a permanência da educação e sua relação com a ascensão social. As narrativas foram expostas no quadro abaixo:

Quadro 7 – Categoria da Educação – Acesso e permanência na educação.

Entrevistado	Narrativas
---------------------	-------------------

E1	Acho que tudo na questão da educação pode ascender em todos os níveis, culturalmente e socialmente, eu acredito que não tem outro tipo. De que outra forma conseguir senão pela educação, principalmente em nosso país. A educação é importante para se expressar, dialogar e conhecer o teu lugar de fala, quem você é.
E2	Dois aspectos devem ser considerados, a ascensão social ela passa no Brasil por ascensão econômica. Tanto que a gente vê que a questão do preconceito ele é racial, mas ele é muito mais social. Então, se você tem um negro pobre, o preconceito ele é muito mais violento. Mas se ele é rico este preconceito vai para o campo da exceção. Então, eu vejo que a questão da educação e da formação passa muito por isso. A ascensão social se dá de uma forma que não é naturaliza. Então, esta questão da ascensão social, vai muito disso, ele rompe de uma certa maneira, porque naquele momento ele era para ser um servo, para trazer alegria, de repente, eles resolveram contextualizá-lo, pela formação e pela forma que se comunicava.
E3	Com certeza, sem educação você não vai encontrar um emprego, nem em um supermercado. Você precisa saber o básico, hoje em dia para você achar um trabalho, você precisa ter no mínimo o ensino médio, mesmo assim se torna difícil.
E4	O estudo faz você ver novas formas de tudo, quando você cria uma cultura também cria respeito por tudo. Como por exemplo: quando eu olho para o povo haitiano, eu consegui descobrir, que eles são orgulhosos sim, tem a cultura deles, pedem um apoio em alguma coisa sim: mas só trabalho e moradia. Hoje é a troca de experiência, o professor e aluno é o aprender a aprender. Todo mundo é informado, mas o estudo de dar uma base do saber.
E5	A educação muda a vida das pessoas, independente de raça ou cor, ou qualquer outra coisa, o estudo é o princípio de tudo. Não adianta ser uma pessoa branca e não tem nenhum conhecimento.
E6	Com certeza a educação é a base, tanto para o crescimento pessoal, como o profissional. É o que o mercado de trabalho procura, pessoas com o currículo mais relevante, ganham mais e tem mais chances de melhorar. Acredito, que temos que analisar que nem todas as pessoas têm a mesma oportunidade. Nem tudo é questão de meritocracia, acho que temos que analisar isso também.
E7	Eu vejo hoje, que por causa do trabalho, onde você vai levar um currículo precisa ter um ensino superior. Eu vejo que as pessoas que não estudou tem muitas dificuldades e tem que trabalhar braçalmente, no pesado, que nem eu. Por isso é preciso ter estudo.
E8	O mercado de trabalho hoje exige que tu tenha um currículo apresentável. E como o mundo está evoluindo e mudando, as pessoas têm que evoluir e mudar.
E9	Sim, a educação é o que mais conta no currículo, você pode conhecer bastante as coisas, mas se você não tiver estudo não adianta
E10	Claro que pode, porque se você tem uma graduação, você pode trabalhar no que você quer. Ninguém pode te tirar é um que você tem de estar contribuindo com a sociedade.
E11	Sim, acho que o desafio da educação passa em permanecer. Hoje é possível ter o acesso, mas a permanência é muito difícil. Se olharmos as

	escolas, universidades até os programas de pós graduação como é difícil a permanência do aluno, se o aluno tem que estudar e tem família e trabalho isso se torna muito difícil. Este é o desafio como manter o aluno estudando, aquele que vem de chão de fábrica, que precisa sustentar a família. Claro que a população negra e parda é a população mais pobre, que precisa de políticas de permanência.
E12	Eu acredito que sim, o acesso à educação pelo menos na minha experiência, podendo observar este tempo em que eu estive estudando, na educação básica, fundamental e ensino médio foi muito predominante o branco nas minhas relações, a pessoa branca, tive poucos colegas negros. E isso também responde parte desta pergunta, porque de fato me parece dentro da minha experiência que os negros não tinham acesso ou o mesmo acesso ao ensino superior aqui em Concórdia especificamente, mas no Brasil todo. Eu acredito que sim a educação tem um papel fundamental na constituição da cidadania de cada cidadão e cidadã, principalmente o acesso, porque muito do mercado de trabalho eu percebo que passa e sugere que o ensino, o acesso ao diploma como falavam na minha época garantia em si, o acesso ao mercado de trabalho. Mas a educação integral em todos os sentidos, em todas as nuances da composição do cidadão e das cidadãs no Brasil e no mundo.
E13	Claro, sim sem sombra de dúvidas. A educação sim ela é muito importante de várias formas, porque se hoje já é difícil você com um nível superior achar um emprego e ficar nele, imagina sem.
E14	Eu acredito que a educação é um dos principais fatores que podem mudar a vida de uma pessoa. Como costuma ser dito “se o dinheiro pode tornar uma pessoa Rei, a educação pode fazer um Deus”. No entanto, para que isso aconteça, você deve estar em uma sociedade que coloca muito mais importância nos seus conhecimentos do que na cor da pele. Todos devem ser julgados com o mesmo fator de sorte, é necessário que a imparcialidade esteja em ordem.
E15	Sim, o acesso e a permanência não tenho dúvida, minha experiência de vida mostra isso, que o acesso e a permanência na educação podem mudar a vida das pessoas sim. Ao menos no ponto de vista individual eu não tenho menor dúvida disso. A uma questão na permanência e no acesso à educação ela completa uma questão, para que o sujeito individual neste mundo em que vivemos é importante que é a mobilidade social, que só pelo trabalho, penso ser muito difícil você conseguir esta possibilidade na sociedade como ela está estabelecida. Então, você precisa de um lado do trabalho e do outro da qualificação escolar, do estudo.
E16	Com certeza a educação é um fator fundamental para a mudança da vida e da realidade de quaisquer pessoas. Principalmente, das pessoas pardas e negras, que tem menos possibilidades e oportunidades que as demais pessoas. Por isso, é só através da educação que estas pessoas ter uma relação de maior igualdade.
E17	Em relação a esta pergunta é perfeito isso, não há dúvida alguma que a educação é um fator de ascensão social.
E18	Olha, o que eu falo para os meus alunos: você estudar não significa que você vai der dinheiro. Mas eu vejo assim, que vai ter as chances e elas serão melhores, neste sentido. Assim, quando você tem uma formação as

	<p>peças te respeitam mais, acredito nisso.</p>
E19	<p>Acredito que o acesso e a permanência são garantias de que o preto é visto como branco, principalmente na graduação, mas precisa mostrar que é bom dez vezes mais. E nem sempre é satisfatório.</p>
E20	<p>Sim, a educação muda a perspectiva financeira, oferta melhor oportunidade de carreira.</p>
E21	<p>Sim, eu inclusive digo que eu acho que a única. Da forma como a sociedade está estruturada a única forma de ascensão. Assim viável para gente hoje e eu digo em relação a população afrodescendente, seja lá de que tom de pele, na paleta de cores infinitas que a gente tem. Tanto a educação quanto o trabalho são as formas inegáveis, não tem como as pessoas negarem ascensão financeira e social por estas duas razões, não necessariamente isoladas, as vezes caminhando uma a outra.</p>
E22	<p>Acredito que sim, mas está ascensão só vem atrelada a oportunidade né. Por que é muito fácil falar que fulano estudou e a oportunidade? Será que realmente que quando a gente estuda, a gente é visto: ela estudou, mas ela tem que ficar até aí, eu já ouvi isso. O meu sonho é abrir uma escola, um espaço, mas ninguém ajuda as pessoas. Um dia eu ouvi de uma mulher, mas porque você quer mais até aí está bom para você.</p>
E23	<p>Sim, a única coisa que ninguém nos tira é o que sabemos. Portanto, estudar é a única coisa que pode mudar o destino de muita gente. O conhecimento é o que pode mudar a realidade de hoje, não acumulei fortuna, mas os meus filhos estudaram.</p>
E24	<p>Com certeza a educação é de extrema importância para todos. A educação abre portas e principalmente, traz informações e obviamente estas informações abrem as portas para as pessoas. Eu acho que a falta desta informação e desta acessibilidade à educação que traz esta tamanha desigualdade que a gente vive hoje em dia.</p>
E25	<p>Eu acredito plenamente que a educação, ela é essencial para a vida de qualquer ser humano. Um ser humano sem a educação, não consegue ter uma ascensão. Ele não consegue uma melhoria de vida, ele não possui a sabedoria mínima para lutar pelos seus direitos, os direitos que estão presente na carta universal dos direitos humanos. Ele não tem a sabedoria necessária para entender o que de direito para ela, passando a viver a margem da sociedade.</p>
E26	<p>Sim, pois através dela que projetamos um futuro melhor.</p>
E27	<p>Sim, eu creio que pode. Mas é necessário muito empenho do governo tanto federal como estadual. Porque uma educação de qualidade melhora o entendimento de vários aspectos, tais qual sócio educativo e cultural.</p>
E28	<p>Com toda a certeza do mundo a educação é um fator de ascensão social. Não só por oferecer melhores oportunidades, seja no mercado de trabalho, mas como uma forma e nova visão da vida, já que consegue ampliar o horizonte e fazer com que tenha outra visão, uma amplitude muito maior.</p>
E29	<p>Com certeza, os estudos sempre vai melhorar a vida das pessoas, até porque vai aumentar o conhecimento e você vai estar aberto as novas invenções e transformações do mundo. Quanto mais cultura você tiver, vai entender mais sobre as pessoas. Você vai parar e pensar, vai ter o espaço para analisar, aquele tipo a gente está falando do preconceito racial, entender por que as pessoas agem desta forma. A pessoas com</p>

	estudo é tudo, hoje o estudo é tudo. Quanto mais você estudar, vai ampliar o leque de conhecimento e vai se sentir cada dia mais útil.
E30	Quando eu fui acompanhando a parte da educação deles, nos próprios livros e na escola tinha muito este preconceito. Na universidade eu dei aula durante muito tempo, a gente abriu vários debates, também eu dava a disciplina de Universidade e Sociedade, quando entrava na questão dos negros.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Dessa forma, percebe-se que a educação tem uma importância na sociedade contemporânea. Mas, não podem ser deixados de lado os dados sobre as desigualdades sociais e econômicas nesse processo, como destaca a Tokarnia (2016):

Os negros, soma daqueles que se declaram pretos e pardos, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são maioria da população brasileira, 52,9%. Essa população, no entanto, ganha menos da média do país, que é R\$ 1.012,25, segundo dados do IBGE de 2014. Entre os negros, a média de renda familiar *per capita* é 753,69 entre os pretos e R\$ 729,50, entre os pardos. Os brancos têm renda média de R\$ 1.334,30.

Os dados seguem apontando a desigualdade, o desemprego é maior entre os pretos (7,5%) e pardos (6,8%) que entre os brancos (5,1%). O trabalho infantil, maior entre pardos (7,6%) e pretos (6,5%), que entre brancos (5,4%).

As desigualdades sociais são reforçadas na educação. A taxa de analfabetismo é 11,2% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e, 5% entre os brancos. Até os 14 anos, as taxas de frequência escolar têm pequenas variações entre as populações, o acesso é semelhante à escola. No entanto, a partir dos 15 anos, as diferenças ficam maiores. Enquanto, entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, etapa adequada à idade, entre os pretos esse índice cai para 55,5% e entre os pardos, 55,3%.

No terceiro ano do ensino médio, no final da educação básica, a diferença aumenta: 38% dos brancos; 21% dos pardos; e, 20,3% dos pretos têm o aprendizado adequado em português. Em matemática, 15,1% dos brancos; 5,8% dos pardos e 4,3% dos pretos têm o aprendizado adequado (TOKARNIA, 2016, p. 1).

Realizada a análise sobre essa categoria, percebe-se que a educação é o instrumento importante para o combate às desigualdades. A maioria dos entrevistados teve acesso a esse direito social, garantido por lei e obrigação do Estado. Em relação ao acesso à entrevista 24 relata:

Nós podemos ver, que a maior parte da população que não tem acesso a uma educação de qualidade, principalmente é a população negra. E a gente vê que poucas pessoas negras, por não ter acesso a essas informações não chegam a ter um bom encaminhamento de vida e um bom trabalho (E24).

Ainda com as dificuldades que o ensino apresenta em relação ao acesso, permanência e qualidade, a educação formal continua sendo a principal influenciadora das transformações de uma sociedade. Além disso, a formação crítica e reflexiva contribui para as percepções sociais, e essas devem ser isentas de qualquer tipo de preconceito.

6.1.4 Categoria 4 – Política Pública

A última categoria criada foi a de Política Pública, principalmente, educacional. É importante ressaltar que essa questão permeia a produção da pesquisa e o referencial teórico. No terceiro capítulo da pesquisa, além de analisar a trajetória histórica do acesso à educação dos negros, buscou-se compreender o papel do Estado e das políticas públicas educacionais direcionadas para a população negra no Brasil.

As políticas públicas educacionais são importantes, principalmente, quando nos referimos às populações negras, que por muito tempo não tiveram o acesso e a permanência desse direito essencial para a sociedade, a educação. Assim, “diferentes políticas públicas são necessárias em diferentes épocas e para diferentes grupos da população. Os avanços precisam ser mantidos e aperfeiçoados como bem coletivo, assim como a produção do conhecimento sobre os impactos da medida” (GUARNIERI; SILVA, 2017, p. 191).

Elaboramos as questões das entrevistas que fizeram parte desta pesquisa. Especificamente sobre as Políticas Educacionais, a pergunta 6 queria saber se os entrevistados tinham conhecimento sobre alguma política pública educacional para os negros.

Quanto ao conhecimento, a importância e o acesso das políticas públicas pelas vozes dos entrevistados, evidencia-se que 24 dos entrevistados relataram conhecê-las, enquanto 6 pessoas relataram não conhecer nenhuma política pública educacional para a população negra ou não ser informado de como funciona.

Essa categoria reuniu, principalmente, o programa de cotas, pois, os entrevistados destacaram conhecer apenas as cotas raciais. Muitas narrativas destacaram a importância do sistema de cotas, os efeitos e os desafios da sua implementação. O entrevistado 25, que uso a política pública de cotas raciais, destacou a sua importância como uma ferramenta para o acesso à educação, que é mal compreendida pelas pessoas:

Então, como eu disse, tenho conhecimento de uma política que tristemente é muito mal compreendida pelas pessoas, a questão das cotas raciais. Como as pessoas costumam dizer, uma esmola para negros. Eu não vejo dessa forma, fiz uso disso e sempre gosto de salientar, que antes da pessoa ser um cotista, ela estudou, ela fez o Enem, ela também antes de poder ter direito aquela cota, ela se esforçou para poder ter direito aquilo, então não é uma esmola. É apenas uma ferramenta, para que pessoas com baixa escolaridade, com um ensino fraco vamos dizer assim. Porque é uma realidade do nosso país, eu sou da região Norte do Brasil e na faculdade, eu pude perceber o ensino que eu tive no ensino médio escolar, não bate com o mesmo ensino das pessoas daqui recebem no Sul do Brasil. Parece que o ensino médio Norte está mais atrasado e na região Sul está mais avançado. Muitas coisas que você vê você não consegue compreender, são coisas o que era para ser lembrado,

na verdade são coisas novas, que já era para ser ensinado no seu cotidiano, são coisas que você nunca viu e começa a ver agora na faculdade. Então, dentro desse contexto eu sempre gostei de salientar isso, a cota muitas vezes ela vem para ajudar, estes estudantes que também se esforçaram e estudaram, fizeram o exame do ensino médio como todo mundo. Ela é só uma ferramenta e um programa social que ajuda as pessoas menos escolaridade. Eu digo no sentido que não tem como comparar o ensino particular de uma escola do Amazonas e do interior do Pará. Além da pessoa estudar tem que batalhar para sobreviver, muitas são pessoas com um bom conhecimento, mas que pelas dificuldades da vida são obrigadas a trabalhar, a largar a faculdade, a escola e tudo, vão terminar a escola por meio dos programas como Enceja entre outros. Não foi o meu caso, mas hoje eu reconheço que o meu ensino médio eu aprendi coisas mais atrasadas, do que eu vi no Sul do Brasil, que parece estar mais avançado (E25).

Assim, “em 2012, foi aprovada a Lei de Cotas determinando que instituições federais brasileiras reservem 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas” (GUARNIERI; SILVA, 2017, p. 183). A Lei de Cotas, nº 12.711, de 2012, é uma importante política pública para o acesso da população negra ao ensino superior, salientando-se que “as Cotas Universitárias surgem como um tipo de ‘ação afirmativa’ que visaria à valorização da identidade de grupos étnicos (negros e indígenas) e sociais, além da inserção desses grupos na sociedade” (GUARNIERI; SILVA, 2017, p. 184). No cenário nacional, vale um destaque para a ação negligenciada do ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, que, antes de deixar a pasta, revogou a portaria que destinava vagas para as pessoas negras, indígenas e com deficiência em cursos de pós-graduação, nos cursos das instituições federais de ensino (CARVALHO, 2020). Após alguns dias, o Ministério da Educação anulou a decisão do ex-ministro e manteve as cotas raciais, por pressão de movimentos sociais e da população em geral.

Outro destaque é o de que a maioria dos entrevistados que citaram conhecer as cotas não as utilizou, apenas ouviram falar ou tiveram algum familiar/amigo que já havia utilizado. Eles relataram a sua importância, analisando o contexto histórico para reparação de uma dívida social com a população negra. O entrevistado 10 declarou: “*as cotas, muitas pessoas não gostam, as vezes ficam achando que não é legal. Eu acho que sempre é uma maneira de estar reparando o que foi feito no passado*”. O entrevistado 16 disse: “*eu não participei de nenhuma política pública voltada para as pessoas negras, mas tenho conhecimento das cotas por exemplo nas universidades públicas, e considero muito válida e eu acho que tem que ter sim e sou super favorável a estas cotas*”. O entrevistado 21, relatou: “*eu acredito que é uma excelente oportunidade que a gente está tendo de ter um pouco aquilo que historicamente gente havia perdido*”.

Nesse contexto, “as Cotas Universitárias já fazem parte da realidade brasileira e também se identificam como alternativa de socialização. Como medida de “ação afirmativa” com finalidade reparatória” (GUARNIERI; SILVA, 2017, p. 190). Há muitos desafios quanto a essa política pública. Sendo necessário compreender que ela se configura como uma ferramenta para a inserção da população negra que ainda convive com as desigualdades sociais e étnicas nos espaços educacionais, principalmente, no ensino superior.

Entre as controvérsias que precisamos discutir, inclui-se:

Inexistência biológica das raças; caráter ilegítimo das ações de “reparação” aos danos causados pela escravidão em tempo presente; risco de acirrar o racismo no Brasil; possibilidade de manipulação estatística da categoria “parda”; inviabilidade de identificação racial em um país mestiço; a questão da pobreza como determinante da exclusão social (GUARNIERI; SILVA, 2017, p. 185).

Todos esses apontamentos são discutidos em nível nacional, envolvendo diferentes segmentos da sociedade. Havendo os que defendem as cotas como uma forma de valorização e inclusão da população negra no Brasil. O que não se pode negar é a existência de desigualdades, entre o acesso e a permanência da população negra, frente a população branca.

Neste quesito, merece destaque a Lei 10.639 de 2003 e a Lei 11.645 de 2008, essas leis estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena. Uma forma para combater o racismo é, sim, por meio do conhecimento e da implantação da história e cultura afrodescendente nas escolas pelo Brasil. Essa história precisa ser apresentada nos ambientes educacionais e por todos os profissionais da educação, não só por determinada disciplina ou grupo étnico-racial ao qual pertença o educador.

Por meio dessa análise da importância dos lugares de fala, é importante ressaltar que “numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é o objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão” (RIBEIRO, 2019, p. 85). Enquanto “pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa forma de opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos” (RIBEIRO, 2019, p. 85). Por meio da educação, proporcionar a toda comunidade escolar o conhecimento e o debate sobre a história, a sociedade e a cultura dos negros no Brasil é necessário e eficaz. É um instrumento que precisa ser colocado em prática, tornando os espaços mais democráticos, com respeito às diferenças, visibilidade de todas as pessoas e combate ao preconceito.

Referente à política pública educacional exposta acima, um destaque é que nenhum dos entrevistados citou a Lei 10.639 de 2003 e/ou a Lei 11.645 de 2008. O que pode explicar esse fato é que muitas pessoas desconhecem a lei, sua importância e prática no cotidiano escolar. A área da educação teve o maior número de pessoas entrevistadas, mas eles não conheciam a lei 10.639/2003 e a lei 11.645/2008. Esse fator pode estar relacionado com os inúmeros desafios que ainda precisam ser enfrentados pela educação, como o conhecimento dos profissionais, a disponibilidade e o acesso aos materiais e o conteúdo, a efetividade e fiscalização da lei. O que vai muito além de relembrar alguns conceitos na semana da Consciência Negra, mas implica transpassar esse aprendizado fora da escola.

Sabemos que as políticas educacionais voltadas para a população negra tem apresentado crescente expansão, porém, muitas pessoas as desconhecem. Nesse sentido, é fundamental fazer com que professores, educandos e toda a comunidade escolar reconheçam e valorizem a história e a cultura da população afrodescendente, que carrega consigo traços no dia a dia, na culinária, na dança e na música.

A população africana e afrodescendente nos presenteou com uma riqueza cultural, social e histórica, que se faz presente no município de Concórdia. Um destaque nas narrativas é quanto ao conhecimento dos entrevistados sobre entidades e espaços que propagam a cultura negra no município de Concórdia. Portanto, 25 pessoas conhecem esses espaços e 5 pessoas não conhecem.

No que se refere aos espaços e entidades que tratam da cultura negra no município de Concórdia, foram citados espaços de samba, de capoeira, associações dos haitianos e principalmente, a Organização Negra de Concórdia (NIARA). Entidade criada em 2009 e vem desenvolvendo um importante papel para o combate ao racismo. Levando o conhecimento na área da cultura e da educação, além de promover ações e eventos para reflexão, debate e diálogo com toda a sociedade, em prol de um verdadeiro reconhecimento dos direitos, um projeto de cidadania.

Dos espaços e organizações que tratam da cultura negra no município de Concórdia e forma relatados, merecem destaque: a NIARA, o grupo musical Cosa & Losa, o grupo de capoeira Angola Filhos do Sol, a casa da cultura, os templos religiosos que difundem a religião umbanda, a associação haitiana, as rodas e músicas de samba e as apresentações que são proporcionadas na rua coberta.

Assim, a realização dos inquéritos com as pessoas que se autodeclaram pardas e pretas trouxe para essa produção veracidade dos fatos e a concretização de apontamentos e objetivos produzidos durante a pesquisa. Foram realizadas entrevistas com a Niara – Organização

Negra de Concórdia, Coordenadoria Regional da Educação (CRE) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED) buscando compreender como elas analisam o papel da educação, das políticas públicas educacionais e se percebem o racismo estrutural no município. As transcrições e as análises das entrevistas foram realizadas separadamente, pois, tinham propósitos diferentes das entrevistas feitas com a população negra do município, que buscaram analisar a representatividade.

7 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E ENTIDADE DA EDUCAÇÃO E CULTURA NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Esse capítulo descreve o processo da entrevista e da análise dos dados, realizado com a NIARA/OSCIP, a Secretaria Municipal de Educação e a Coordenadoria Regional de Educação, ao nível estadual. As entrevistas foram feitas com os representantes legais do cargo, ou seja, com o presidente, o secretário e a supervisora regional, com o objetivo de compreender como as políticas educacionais para afrodescendentes e tema étnico raciais são debatidos na área de educação.

Apesar de a pesquisa ter tido o acesso ao estatuto da NIARA, justifica-se o uso da entrevista com o presidente da organização, por conta das demandas atuais que a organização desempenha no município, principalmente, relacionadas à população negra e aos movimentos migratórios. Nesse caso, a intenção foi analisar como o representante legal da organização, sendo negro e atuante nas questões étnico raciais, percebe o racismo e a educação em Concórdia.

A pesquisa teve como um dos objetivos, identificar as relações entre a educação e o processo de inserção dos negros nos diferentes espaços da sociedade concordiense, por meio da construção do referencial teórico e da realização das entrevistas. Esse processo ocorreu através da história e relatos da população que se autodeclara parda ou preta, além da compreensão de como as instituições auxiliam nesse processo. A abordagem foi realizada por meio da entrevista semiestruturada de caráter qualitativo através de *inquérito*, buscando-se analisar e compreender como as instituições educacionais e a entidade atuam no município.

Ao analisar a representatividade dos negros no município de Concórdia (SC) foi importante o papel das organizações existentes no processo educacional. Essas instituições promovem debates em torno do tema étnico-racial e concretizam ações reais, por meio da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígenas nas escolas brasileiras.

A NIARA, “constituída em 07 de março de 2009 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e de duração por tempo indeterminado, com sede no município de Concórdia, no estado de Santa Catarina e foro na Comarca de Concórdia-SC” (NIARA, 2009, p. 01).

Através de entrevista semiestruturada/inquérito (Apêndice B), realizada com o atual presidente da organização, foi possível conhecer a história e a representatividade da organização, como ela auxilia na visibilidade das questões relacionadas à população negra e o

seu papel na difusão da cultura. Trata-se de uma organização não governamental que não possui atividade lucrativa e que tem por “finalidade combater todos e quaisquer tipos de preconceitos, segregação, estigmatização e práticas de discriminação contra pessoas de origem africana e indígena, auxiliando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (NIARA, 2009, p. 1).

Nesse processo de representatividade da população negra, fez-se importante o aporte legal da entidade que participa ativamente de ações no campo da cultura, educação e direitos, no qual se inserem as pessoas negras do município.

A entrevista com o presidente da NIARA ocorreu no mês de abril de 2020, tendo sido realizada através do *Skype*. A explanação dos objetivos da pesquisa já havia sido explicada ao mesmo, pois, para a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa foi necessária a Declaração de Ciência e Concordância da instituição envolvida, processo que ocorreu no mês de maio de 2019.

O inquérito (Apêndice C), ocorreu com a Secretaria Municipal de Educação e a Coordenadoria Regional de Educação. No mês de abril de 2020, a pesquisadora entrou em contato por meio telefônico para a realização da entrevista. Em razão do isolamento social e da pandemia, a entrevista ocorreu por meio digital, obtendo-se as respostas em maio de 2020. Portanto, foi realizada a entrevista com o secretário da educação do município, por e-mail, e com a supervisora regional da educação pelo *WhatsApp*.

Levando-se em consideração a análise de dados por meio da categorização, processo que desenvolveu categorias *a priori* e *a posteriori* das entrevistas, tendo como referencial teórico da pesquisa e a categorização de Bardin (2006), realizou-se o percurso descrito a seguir.

Por meio das entrevistas, a pesquisa se propôs a analisar o papel da Secretaria de Educação Municipal e da Coordenadoria Regional de Educação, identificando os seus posicionamentos sobre a realização de ações em prol do acesso da história e cultura dos negros no município no setor educacional, por meio de entrevista semiestruturada. Analisaram-se as políticas públicas educacionais apresentadas no âmbito formal e real das instituições escolares do município de Concórdia (SC), com o objetivo de disseminar a história e cultura da população afrodescendente e africana, através da valorização e reconhecimento no processo histórico do município.

Primeiramente, foi analisado o perfil dos entrevistados, resultando no quadro abaixo:

Quadro 8 – Perfil das Pessoas Envolvidas.

INSTITUIÇÃO	GÊNERO	IDADE	AUTODECLARAÇÃO	ESCOLARIDADE
NIARA	Homem	60 anos	Preto	Ensino Superior
SEMED	Homem	60 anos	Branco	Ensino Superior
CRE	Mulher	45 anos	Branco	Ensino Superior

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Após traçado esse perfil, foram desenvolvidas as seguintes categorias de análise dos dados:

7.1 CATEGORIA 1 – RACISMO

Precisamos nos perguntar se acabamos por naturalizar o racismo. Uma importante reflexão traz esse questionamento, “desde que comecei a integrar as ações do movimento negro e a estudar a fundo as relações raciais, passei a prestar a atenção ao número de pessoas negras nos ambientes que frequento, e que papel desempenham” (ALMEIDA, 2019, p. 60). Para combater ações racistas e não naturalizarmos o racismo, “compreendemos que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão e algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 63).

Nesse sentido, o posicionamento das instituições de educação sobre o racismo é relevante para a pesquisa, pois, a partir dele, poderemos combater esse mal que assola a sociedade, principalmente a concordiense, através da educação. Foi com esse entendimento que elaboramos as questões das entrevistas que fizeram parte desta pesquisa. Especificamente sobre o racismo, a pergunta 8 queria saber como as instituições e entidade percebem as questões relacionadas ao racismo no município de Concórdia. Acerca disso, os entrevistados deram as seguintes respostas.

A SEMED (2020) se posicionou no quesito de perceber o racismo no município de Concórdia, “o racismo ainda se apresenta como pano de fundo em muitas manifestações da sociedade, porém, muito já se tem conquistado com relação ao enfrentamento da discriminação. O que se percebe é que falta um empoderamento por parte do afrodescendente”. A CRE (2020) apontou que:

Eu percebo o racismo ainda é presente no município de Concórdia, culturalmente ainda ele está presente, mesmo que um tanto escondido, um tanto não revelado, em função das sanções e punições aplicadas pelas leis vigentes hoje. Eu percebo que evoluímos muito neste sentido e cada vez mais está presente a diversificação de raça e de cor, ou aceite e respeito a está diversificação de cor no nosso dia a dia em

Concórdia. Mas ainda temos um longo caminho pela frente, ainda não foi superado isso cem por cento. Por isso, eu acredito ser importante nos estudarmos e conhecermos a cultura afro-brasileira conforme está nestas leis que nos falamos 10.639 e a lei 11.645. Acho muito importante a gente continuar com este trabalho para que a gente consiga nos tornarmos todas pessoas iguais não, porque não somos iguais, temos que respeitar estas diferenças (CRE, 2020).

Sem sombra de dúvidas, o racismo se faz presente no município de Concórdia. Muitas vezes de maneira velada e discreta, por atos e falas preconceituosas. Vale destacar que a CRE (2020) relatou a importância da lei 10.639 de 2003 e da lei 11.645 de 2008. A partir dessas mudanças no campo legislativo, podemos conhecer a história e cultura da população negra. Sendo necessária uma constante de ações práticas para o combate ao racismo, a valorização e o reconhecimento da trajetória dos negros.

Nesta categoria, vale ressaltar que a representatividade tem um papel importante para o combate ao racismo. Nesse sentido, a NIARA (2020) declarou sobre ser representativa:

Quando você fala de representatividade isso é muito amplo. Depois do nascimento da Niara, como a gente sabe ela é oriunda de uma outra Oscip que tinha o título e levava o nome de Ventre Livre. Que maior parte da coletividade tem um entendimento e até um reconhecimento da Niara como representativa (NIARA, 2020).

Essa narrativa se torna importante para a pesquisa, pois um município, onde há uma predominância da população branca, possui um espaço para debates e discussões da população negra, tida como minoria, pode modificar uma estrutura previamente imposta, na qual não há presença de negros no município.

Dessa forma, a NIARA (2020) se posiciona:

Um grande dilema é que os negros da cidade eles foram condicionados e foram submetidos a um histórico de aceitação e condição de negros, submissos e subalternos. Então, esse cenário tem feito que a Niara desenvolva os seus trabalhos, mas de uma forma muito menor do que ela poderia realizar, em virtude que estes membros têm uma participação muito tímida (NIARA, 2020).

No processo de se reconhecer como negro é importante ressaltar que “uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos” (ALMEIDA, 2019, p. 67). Portanto,

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais. O negro é produto do racismo, “sobredeterminado pelo exterior”, diz Frantz Fanon. O negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação

intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo (ALMEIDA, 2019, p. 77).

Ainda na relação entre o racismo e o papel da representatividade, aqui representada por uma entidade não governamental atuante no município, respondeu que: “*nós temos a clareza da importância da Niara, como representativa de um segmento étnico, temos claro isso. Pessoas que vêm de outros centros, veem a Niara de outra forma, me representando. Mas as pessoas daqui por conta deste processo histórico, estamos engatinhando para uma conquista*” (NIARA, 2020). O processo de pertencimento e inserção da população negra precisa ser desenvolvido no município. Isso ocorre pela trajetória histórica de ocupação do território do Sul do Brasil, onde a colonização fora predominantemente branca, além do processo de escravização pelo qual todo o território brasileiro passou. Sim, existem negros naturais e não naturais que vivem no município de Concórdia.

Esse processo de inserção da trajetória histórica, cultural e educacional dos negros na sociedade concordiense se faz relevante e foi sentido no posicionamento das instituições de educação que declararam:

Eu sugiro que a gente se puder faça um amplo trabalho, aqui no município de Concórdia sobre a imigração e sobre convívio, principalmente com os haitianos, porque é uma realidade nova que nós estamos tendo, esta imigração. Então, nós precisaríamos trabalhar sobre isso e até valorizando a cultura dos haitianos e principalmente para eles estejam mais próximos de quem é nativo de Concórdia (CRE, 2020).

Nesse sentido, a SEMED (2020) se posicionou afirmando que se faz necessário abordar temas como o “*empoderamento do afrodescendente*”.

7.2 CATEGORIA 2 – EDUCAÇÃO

Especificamente sobre a Educação, as perguntas 5 e 6 queriam saber qual é o entendimento das organizações e entidade sobre o processo histórico a respeito do ingresso dos negros à escola e como analisam o acesso e a permanência da educação e sua relação com o fator de ascensão social. Assim, ao serem questionados sobre o processo histórico do ingresso dos negros à escola, os seguintes apontamentos se fazem importantes, segundo a NIARA (2020):

Se nós fomos falar em processo histórico, teríamos que fazer uma viagem aqui, mas por exemplo: no final da escravização, os agora libertos não podiam frequentar a escola. Então, já começam assim, não podiam estudar, não podiam ter posse de

terra, eu impeço o acesso dos pretos ao ensino. No livro Casa Grande e Senzala, Gilberto Freire tinha que mostrar para o mundo lá fora que não havia mais escravidão no Brasil, aí resolver dizer que vivíamos em uma democracia racial. O que significa isso no exterior, é igualdade de direitos. Então, o Brasil vendia uma imagem totalmente fictícia, que era e ainda é. Então, o acesso à educação vai ficar mais restrito ainda, se fica mais restrito reflete no emprego, se reflete no emprego, reflete na renda, o resultado é um reprobrecimento da população negra do Brasil, as portas vão ser fechadas. Se a educação não for cuidada com apreço eu tenho muito medo. Por fim, o que é mais importante para mim é que os negros se apropriem da questão cidadã, que se forem submetidas as questões de inferiorização, os filhos deles não vão querer isso (NIARA, 2020).

A partir desse primeiro apontamento, um entendimento que fica claro sobre a educação da população negra é o de que foi um processo histórico difícil e de luta por seus direitos sociais, políticos e civis, não podendo se apagar uma trajetória de conflitos e busca por emancipação. Dessa forma, “os movimentos sociais do século XX, da Frente Negra Brasileira aos jornais da imprensa negra, a inclusão dos negros na escola pública e o acesso à educação em todos os seus níveis eram reivindicações feitas ao Estado republicano” (WISSENBACH, 2018, p. 297).

Nesse sentido, foi importante o papel das instituições de educação do município de Concórdia e como elas analisam o acesso à educação da população negra. A SEMED (2020) declarou que “*quando partimos do princípio de que não somos seres e sim espécie humana, o ingresso dos negros na escola é um direito*”. Enquanto a CRE (2020) declarou:

Eu entendo que o processo histórico e cultural de ingresso dos negros a qualquer coisa no Brasil, incluindo a escola, foi muito doloroso, muito penoso com o passar dos anos, a luta foi intensa e as vitórias foram sofridas e continuam lentas. Elas acontecem num processo lento, hoje eu percebo uma abertura bem maior quanto a equidade de possibilidades e de acesso a todo e qualquer cidadão, incluindo o negro, a qualquer etapa da educação. Porém, se é ideal não posso afirmar que seja a ideal, mas as conquistas foram grandes e ainda nós temos um árduo caminho a percorrer, quando nós falamos em equidade em Concórdia, em Santa Catarina e no Brasil (CRE, 2020).

Ressalta-se que a Coordenadoria Regional de Educação apontou um entendimento concreto e real sobre a trajetória do acesso e permanência da educação da população negra.

Analisando-se a importância do acesso à educação, as instituições foram unânimes em demonstrar o importante papel da educação na vida das pessoas para uma mudança na sociedade, com ênfase no aspecto econômico. Para a SEMED (2020), o acesso e a permanência da educação é um fator de ascensão social que pode modificar a vida das pessoas, “*pois a ascensão social tem como um dos pilares a educação. É através do conhecimento que uma nação se situa no tempo, analisa contexto e necessidades para ascensão*”. A CRE (2020) relatou que:

Quando nós aprendemos, incorporamos conceitos, conhecimentos e culturas, nós nos percebemos enquanto seres humanos, enquanto cidadão. A gente percebe que faz parte de uma sociedade e um ecossistema diversificado, a gente ver desta diversidade e faz parte de uma sociedade que tem como base alguma conhecimentos que já foram adquiridos ao longo da história e da trajetória, e de uma cultura já vêm incorporando o nosso dia a dia ao longo da nossa história. A educação muda a vida das pessoas sim, pois ela abre os caminhos e as possibilidades de identificar, de conhecer a diversidade do universo que nos cerca e vai nos tornar capaz de identificar, de compreender e de superar as adversidades que nos aparece. O conhecimento vai nos tornar únicos, porque o que eu aprendo ninguém tirar de mim (CRE, 2020).

Dessa forma, compreendemos que os apontamentos realizados pelas instituições, mostram que a educação tem um papel importante na formação dos indivíduos, com uma longa história para que esse direito social à educação fosse devidamente reconhecido. Necessitamos que essas instituições, principalmente, ligadas à educação, tenham esclarecido o seu papel em sociedade e o conhecimento de que existem desigualdades marcantes para o acesso e permanência da educação, principalmente, da população negra. Assim, é possível que desenvolvam políticas educacionais de conhecimento, acesso e permanência da educação.

7.3 CATEGORIA 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A terceira categoria criada *a posteriori* foi a de Políticas Públicas Educacionais, tendo como base o referencial teórico do terceiro capítulo, mais propriamente, o subcapítulo sobre O papel do Estado e das políticas públicas educacionais para o acesso à educação da população negra no Brasil.

Essa categoria problematiza as políticas públicas educacionais, com ênfase na população negra, dentro do município de Concórdia, considerando o que é desenvolvido de políticas ao nível nacional, estadual e municipal.

Ressaltamos que as políticas de ações afirmativas apresentam uma relevância, principalmente, no que se refere ao processo da história de resistência e luta da população negra para o acesso aos direitos sociais, políticos e civis. Portanto, “as ações afirmativas são compreendidas, aqui, não só como políticas e práticas públicas e privadas que visam à correção e superação das desigualdades impostas, ao longo da história, a determinados grupos sociais e étnico-raciais” (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 51).

Especificamente sobre as Políticas Públicas Educacionais, as perguntas 1, 2 e 3 queriam saber como as instituições analisam a legalidade e a prática da Lei 10.639/03 alterada

pela Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras e a importância das políticas públicas na área da educação.

Ao serem questionadas sobre as políticas públicas com atenção à população negra na conjuntura atual, houve os seguintes apontamentos das três instituições:

Do ponto de vista de políticas públicas nós tivemos, nos governos passados, 2005 e 2006, chamou a Fundação Palmares que atua nas políticas públicas dos negros, o presidente chamou e falou em nome do povo brasileiro eu quero pedir perdão, pelo que foi a escravização e o preconceito gerado a partir de tudo isso. Nós vínhamos até conquistando, a Fundação Palmares foi uma conquista, a política pública 10.639 foi uma conquista, a questão das cotas foi uma conquista, mesmo ela sendo controversa, na Niara a gente desmistifica isso. As pessoas não entendem e são contra, mas quando elas entendem, se reposicionam. Vínhamos conquistando uma série de avanço, de repente tivemos na esfera federal uma interrupção abrupta, dizendo que todos somos iguais e é meritocracia. O que estamos vivendo é isso, um retrocesso absurdo. Do âmbito federal este retrocesso está visto, contextualizado e demarcado. O ataque as universidades públicas, porque ali onde os negros podem estar, os cortes e tudo mais vai forçar acabar com as cotas. Claro, que isso correndo com está força vai refletir no teu estado e no teu município. Em 2017, o estado disse que as políticas públicas para inserção dos negros são opcionais, se as escolas não quiserem elas não precisam fazer. Sobre políticas públicas nós não temos nada no nosso município, porque eu não tenho preocupação em dizer, assim, sempre que é para realizar algo referente a nossa etnia, aos negros, eles chamam a Niara, porque lá na está construído, absolutamente nada. Pelo menos, chamam né. Chega casos até nós, de criança que sofrem preconceitos e até violência, mas não pelos país, mas sim pelos professores. Ou seja, a gente vai recontextualizar este processo, as pessoas não sabem que tem um direito, de uma representatividade e de igualdade. Quem deveria fomentar a política pública vai ao contrário na contra mão. Não é só o estado, não é só o município de Concórdia, este é o contexto nacional (NIARA, 2020).

Entendo que a partir do momento em que uma lei for sancionada, ela precisa ser respeitada. Tudo e qualquer texto de lei antes de ser publicada é analisada e sugerida por especialistas na área. Eu compreendo que tanto a lei 10.639 como a 11.645 que altera 9.494/96 que é a LDB, elas foram amplamente estudadas antes de ser publicadas, pelo poder público federal. No caso, destas leis não a o que se discutir quanto a sua legalidade, acreditamos que somos frutos de um contexto que nos cerca e isso inclui a cultura ao nosso redor. Então, a cultura afro-brasileira e indígena precisa ser conhecida por todos, todos nós brasileiros, porque elas fazem parte da nossa base de criação. Eu posso falar da observância desta legislação no âmbito das escolas na rede estadual de ensino que fazem parte da nossa coordenadoria regional, incluindo as que são do município de Concórdia, o que nós podemos observar é que toda está legislação é respeitada, ela é observada e a cultura afro-brasileira e indígena é analisada e discutida no dia a dia da sala da aula das mais diversas disciplinas que nós temos dentro de todos os níveis de ensino. Ela não é apenas relatada, discutida ou lembrada em dias específicos, mas todo um contexto escolar (CRE, 2020).

Como parte do processo histórico, a história do afrodescendente e indígena é importante e necessária ser trabalhada nos currículos. Através do currículo nas escolas de Rede de Ensino, e ações previstas através da Lei Municipal 4900/2019 (SEMED, 2020).

Há grandes divergências que precisam ser destacadas nessa categoria. A NIARA demonstrou seu descontentamento no sentido da prática cotidiana nas escolas e nas

instituições de Educação. Porém, destaca que tem sido um movimento importante para debater o tema nos espaços escolares. Dessa maneira, “as ações afirmativas possuem o potencial contestatório capaz de desencadear um processo de reeducação da sociedade, do Estado, da escola e da formação de professores(as) em relação à diversidade étnico-racial” (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 55).

Uma crítica aos apontamentos realizados pelas instituições pode ser feita. Existe, apenas, um conhecimento prévio sobre as políticas públicas educacionais, fomentando a história e cultura da população negra. Os entrevistados da Secretaria Municipal de Educação e da Coordenadoria Regional de Educação relataram existir políticas públicas para os negros em nível municipal e estadual, mas não relataram como isso é fomentado pelos profissionais da educação e qual é o papel das instituições para que isso de fato ocorra. Assim:

A sanção da Lei nº 10.639/03 e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são medidas de ação afirmativa voltadas para a educação básica que pressionam, também, o ensino superior [...] Além disso, o fato de a Lei nº 10.639/03 ter sido incorporada na LDB (Lei nº 9.394/96) revela que ela pode ser considerada a experiência de ação afirmativa que, do ponto de vista legal, mais se aproxima da concepção da igualdade que contempla a diversidade, pois trata-se de princípio orientador para *toda* a educação básica e é *dever das escolas públicas e privadas*. O desafio é transformar esse princípio legal em práticas pedagógicas efetivas e significativas e introduzi-lo nos currículos de formação inicial continuada de professores(as) (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 56).

Por outro lado, as instituições declaram ser importante a existência das políticas públicas na área da educação. Para a SEMED (2020), elas têm um papel de “*garantir direitos com equidade, com a finalidade de minimizar a exclusão social*”. Enquanto que para a CRE (2020):

Como nós somos escolas públicas e devemos oferecer o ensino a todos que o que fala a nossa constituição, acreditamos que senão tivermos políticas públicas que nos orientes e que faça a nossa condução ser eficaz no processo de ensino-aprendizagem nós não temos base. Essas políticas públicas precisam ser bem pensadas e aplicadas com qualidade e eficácia dentro da educação pública e elas devem perpassar o âmbito de políticas de governo e serem políticas públicas contínuas, as que dão certo precisam continuar existindo, as que dão errado precisam ser repensadas, replanejadas para que possam vir a atender a demanda que nós temos na educação pública de Concórdia, de Santa Catarina e do Brasil (CRE, 2020).

O papel das instituições educacionais que comandam o processo de educação no município é o de colocar em prática e acompanhar as políticas públicas no campo

educacional. Sendo necessário, em um primeiro momento, fornecer capacitação e materiais aos profissionais de educação para que, depois, eles tenham o conhecimento para executar a história e cultura da população negra nas escolas. O que vai muito além da ação realizada na Semana da Consciência Negra.

7.4 CATEGORIA 4 – RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Essa categoria se relaciona com a importância do acesso à educação e a relação da educação com os temas étnico-raciais, com base no referencial teórico disposto no terceiro e no quarto capítulo da pesquisa. Buscou-se conhecer como as instituições de educação e a entidade têm atuado nos temas relacionados à diversidade étnica, em especial, da população negra. É importante salientar:

Que o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes étnicos-raciais tem início com mudanças no modo de dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompa com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 12).

Nesse processo, uma inserção cada vez mais frequente dos temas étnico-raciais nos espaços escolares se faz importante, pois:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens emprenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 12).

Especificamente sobre a Relação Étnico Racial, a pergunta 4 queria saber como as instituições têm atuado em temas sobre a diversidade étnica. O posicionamento da SEMED (2020) frente ao que vem ocorrendo no cenário educacional foi o de “*de forma inclusiva*”. A CRE (2020) declarou que:

A Coordenadoria Regional de Educação de Concórdia através da sua eficaz equipe de trabalho tem buscado orientar e atualizar todas as unidades escolares, no sentido de observar e tornar presente em toda as salas de aula, independentemente da idade dos alunos a equidade entre as diferenças existentes, nós somos todos diferentes e precisamos ser respeitados individualmente por essa diversidade. Então, é isso que a Coordenadoria de Educação tem como objetivo e isso que a gente procura em todas as reuniões e em todas as orientações que vão para a escola, a gente procura encaminhar e orientar. É neste sentido de respeito a diversidade, não só ao negro e ao índio, mas também dentro da inclusão social e

cultural dos diversos alunos que nós temos dentro da sala de aula, quem dirá a uma escola (CRE, 2020).

Relacionado a essa categorização, as instituições descreveram como realizam as atividades que visam a valorização da população negra. Os seguintes posicionamentos podem ser destacados pela SEMED (2020): “*através de ações pontuais previstas em políticas públicas de inclusão do afrodescendente e indígena, bem como no currículo da Rede Municipal de Ensino*”. Para a CRE (2020):

Tanto a população indígena, quanto a negra ela é respeitada em nossas escolas, eu percebo uma valorização da sua cultura e das suas individualidades em atividades e em dias específicos, mas dentro de um trabalho e de um contexto de inclusão, isso é muito batalhado em nossas escolas. Pequenas atividades que analisam a cultura afro-brasileira no contexto de conteúdo a serem estudados transversalmente nas diversas disciplinas, não apenas em uma, duas disciplinas. É essas transversalidades que faz a diferença na sala de aula, o NEPRE que é o Núcleo de Educação e Prevenção está presente em todas as nossas unidades escolares, é um grupo formado por alunos e professores que está sempre atento do cuidado da escola com a diversidade que o cerca. Todos os trabalhos desenvolvidos e observados por este núcleo incluindo a valorizado e conhecimento da cultura afro-brasileira ela é socializada, principalmente na Semana da Consciência Negra, 20 de novembro. É claro dando uma atenção especial, para apresentação e socialização na semana do dia 20 de novembro, mas isso não fica restrito a está data (CRE, 2020).

O posicionamento da NIARA (2020) sobre as atividades que visam a valorização da história e cultura da população negra no município foram:

Um pouco do foi falando antes, nós elaboramos um calendário de atividades e permeia uma série de ações, que valorizam vários aspectos. Nelas estão centradas justamente essa preocupação que eu citei anteriormente, direitos humanos e cidadania. Mas elas são principalmente no sentido de divulgação das ações e das manifestações, das conquistas, dos negros e da importância na sociedade brasileira, que sempre estão sempre a margem. Porque é óbvio que no contexto de racismo estrutural, ninguém vai fazer isso por nós e cabe a nós está realização. Da avaliação das ações que a gente realiza, temos ficado bastante satisfeitos, todas as inserções que a gente realiza, como ano passado a Semana da Consciência Negra nas faculdades e nas escolas de ensino médio e fundamental, percebemos um resultado bastante positivo. Eu faço este feedback quando as pessoas vêm falar com a gente em um tom de exclamação, dizendo olha precisamos fazer mais. Ou seja, as pessoas entender que há está abertura e a este espaço, sendo sempre possível fazer mais. Então, para nós isso é muito positivo. O que a gente entender é que somos poucos, então se a Niara tivesse, do ponto de vista quantitativo, um grupo maior, certamente nós daríamos uma vazão muito mais extensiva para os nossos trabalhos. O nosso grupo que ali está assumiu cientes que destas dificuldades (NIARA, 2020).

De forma geral, as instituições e a entidade relatam realizar atividade sobre a diversidade étnico-racial, porém, há uma defasagem nos exemplos que as instituições de

educação poderiam fornecer. Entretanto, percebe-se um interesse em organizar e realizar ações que promovam e debatam as questões étnico-raciais.

A valorização da população negra, bem como o reconhecimento da sua história que estão presente nos ambientes escolares e na formação dos profissionais da educação. Dois setores, esses, nos quais percebemos grandes deficits. Foi notório nos posicionamentos que existe uma legalidade presente nos documentos da educação, tanto no município quanto no estado.

São necessários o debate e a discussão entre os formadores da educação. Entre desafios que se fazem presentes estão o próprio interesse dos profissionais que, com todo o conteúdo da sua disciplina, muitas vezes não realizam outras atividades. A estrutura educacional apresenta dificuldades para implementação de ações no setor da educação, desde a formação e capacitação dos profissionais, assim “seria interessante analisar os cursos de licenciatura e de pedagogia das universidades nas quais trabalhamos, a fim de mapear o lugar ocupado pela discussão sobre a diversidade étnico-racial no seu interior” (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 42). Sabemos que é difícil verificar a presença de uma estrutura curricular que aborde o contexto dos movimentos pela educação, principalmente, pela implementação da diversidade étnico-racial.

As dificuldades para implantação dessas políticas curriculares, assim como a estabelecida no art. 26 da Lei nº 9.394/1996, por força da lei nº 10.639/2003, devem-se muito mais à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 29).

É necessário um caminho para fomentar discussões e promover ações, que seja realizado por pessoas comprometidas com a educação étnico-racial e com a consciência histórica e política sobre a diversidade. Para que isso ocorra é preciso, “compreender como processos de aprender e de ensinar têm se constituído, entre nós, ao longo dos 511 anos de história de formação da nação” (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 13).

Por fim, o papel da valorização e do reconhecimento da população negra foi perceptível. Vale ressaltar que os resultados da pesquisa serão apresentados para os entrevistados e a comunidade concordiense e em eventos regionais e nacionais pelo Brasil, proporcionando espaços de debate e discussão sobre a história, a cultura e a sociedade da população negra.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propiciou um estudo sobre o processo histórico, social e cultural da população negra. Cumpriu com o objetivo de apresentar, de valorizar a trajetória dos negros na sociedade e o acesso à educação no Brasil. Foi notório que as diferenças, os preconceitos e as discriminações permeiam o processo de inserção dos negros no Brasil, sendo necessário resgatar a história e a cultura afrodescendente e africana que é repleta de riquezas e diversidades.

Segundo o IBGE (2012), “nem o aumento do nível educacional foi suficiente para a superar desigualdades raciais [...]” (IBGE, 2012, p. 1). O Brasil é um país em que as desigualdades sociais por raça ou cor se fazem presentes no cotidiano das pessoas negras. É perceptível que a universalização e acesso ao ensino não são suficientes para superar as desigualdades existentes no meio educacional, econômico e social, pois na realidade há relações de poder e de discriminação. Entretanto, a educação se mostra importante para o ingresso da população negra em trabalhos, condições sociais e de vida melhor, por meio do conhecimento.

Com o processo de urbanização e industrialização do Brasil, as populações que não tinham condições econômicas ficavam às margens dos grandes polos de poder e centros urbanizados, ficando nas periferias. A inclusão dos negros no mercado de trabalho é recente e “no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País” (IBGE, 2019, p. 2).

Atualmente, há a crescente participação da população negra em diferentes espaços, na “busca por uma participação maior dos afrodescendentes no cotidiano atual, faz surgir núcleos e órgãos não governamentais e de cunho governamental, que possam visualizar as questões relacionadas ao preconceito e à discriminação” (COSTA, 2005, p. 3). Os preconceitos raciais ainda são fortemente vividos pelos negros, sendo importante não se omitir frente às situações de discriminações que existem nos diferentes espaços e, sim, buscar alternativas para erradicar ou minimizar situações de racismo e desigualdades.

O longo caminho, na trajetória histórica da população negra no Brasil, foi marcado por progressos e retrocessos, havendo pequenas revoltas e manifestações em busca da cidadania, como expostas nessa pesquisa, na luta pela efetivação dos direitos sociais, políticos e civis. Gradualmente foi surgindo o sentimento de identidade e pertencimento da população negra à sociedade brasileira, por meio das questões culturais que se construíram no Brasil. Sendo fundamental a continuidade de mudanças e a efetivação dos direitos para que se sintam

pertencentes e valorizados na história da formação do território brasileiro, pessoas que possuam seus direitos reconhecidos, não apenas de maneira formal, mas na realidade de um Estado democrático de direito, para que se percorra o caminho de plena cidadania.

O combate às desigualdades e o acesso à educação e à cultura precisam ser colocados em primeiro plano para que, assim, o progresso ocorra. Isso já foi presenciado por meio da implementação das políticas públicas educacionais, como a Lei nº 10.639 de 2003 e a Lei nº 11.645 de 2008, que estabeleceram a obrigatoriedade da história, cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de educação básica no Brasil. As cotas raciais no Ensino Superior, por meio da Lei de Cotas (Lei nº 12.711 de 2012), se faz necessárias e têm sido eficazes para o combate às desigualdades raciais.

Em relação aos direitos sociais, a educação tem um papel importante para inclusão de temas como as questões étnico-raciais e a trajetória histórica do acesso da educação dos negros, buscando atingir os diferentes espaços da sociedade, bem como os ambientes educacionais, por meio dos educandos e profissionais. Retratar o processo histórico, socioeconômico, cultural e educacional dos negros no Brasil tem uma grande relevância, principalmente, para compreender e valorizar as populações menos favorecidas e desvalorizadas. A educação tem o dever de desenvolver um pensamento crítico acerca das diferenças, preconceitos e discriminações que assolam os espaços escolares.

Esta pesquisa é importante para corrigir preconceitos raciais e desigualdades existentes na sociedade brasileira, os quais foram acumulados ao longo dos tempos. Uma sociedade com base escravocrata, mesmo tendo passado por mais de 300 anos de escravidão, ainda possui vestígios desse modelo que não viabilizou a igualdade entre a população nativa e os afrodescendentes. Dessa forma, o espaço escolar tem se tornando um ambiente de interações e socializações, entre ideias diferentes e comuns. Assim, como as políticas públicas educacionais tem tido um papel importante para a inserção dos negros na sociedade, com o objetivo do acesso a uma educação de qualidade e digna para todos.

No processo de conhecimento, seja por um relato ou uma entrevista, mostrando que, sim, o referencial teórico construído é presenciado, na prática, em grupos da família, de amigos, no trabalho ou em uma roda de conversa. As pessoas precisam valorizar e conhecer as contribuições da população negra e afrodescendente, na história da formação territorial e populacional do Brasil, não apenas contando para as futuras gerações o histórico de exploração que essas pessoas sofreram, mas suas conquistas, seu desenvolvimento social e cultural.

É necessário promover uma verdadeira cidadania e transformação social, através da representatividade social, em diferentes setores da sociedade. Desse modo, a pesquisa contribuiu com os apontamentos teóricos e bibliográficos e se consolidou com a construção empírica, por narrativas, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com diferentes pessoas que se autodeclararam pardas ou pretas em Concórdia.

Portanto, a estrutura desses apontamentos se faz indispensável, na qual buscou-se relacionar o processo histórico, social e cultural, com as terminologias de raça e racismo. Conseqüentemente, a pesquisa foi positiva, mostrando que existe uma representatividade da população negra no município de Concórdia, Santa Catarina. Mesmo que essa representação não seja expressiva em quantitativo populacional, auxilia na derrubada de paradigmas e barreiras impostas pelo racismo.

A pesquisa mostrou, ainda, que existiu e existe o racismo em Concórdia, como citado nas narrativas: o racismo estrutural, o racismo velado e o racismo escancarado. No cotidiano eles são perceptíveis de diferentes formas, principalmente, com falas agressivas e preconceituosas, com a negação de um emprego ou até mesmo um olhar diferente. Muitos foram os avanços na atual sociedade democrática de direito, mas, mesmo com leis contra os preconceitos e crimes raciais, ainda há pessoas que olham, falam e têm atitudes contrárias, não sendo devidamente responsabilizadas por isso.

Ficou notória a existência do Contrato Racial, havendo evidências de uma supremacia branca, estando ligada à predominância da população branca no estado catarinense e, também, às diversas formas de apagar a história da população negra, que recentemente tem feito parte das produções e narrativas. O que determinou essas relações foram o processo de dominação entre as pessoas.

Ao relacionarmos, o referencial histórico construído com as narrativas produzidas através das entrevistas, percebe-se que o Contrato Racial existe e que se fez e faz presente na sociedade concordiense e no Brasil. Um exemplo, foi quando os entrevistados relatam que sofreram preconceito em relação à cor da pele no ambiente familiar e profissional. Ainda há dificuldades em ver uma pessoa preta ou parda em alguns setores das atividades econômicas, principalmente, as que demandam de mais poder. Por muito tempo, era verificada a presença da população negra em trabalhos que exigiam força braçal, como mostrou a trajetória de escravização do Brasil.

Logo, a pesquisa intitulada “Percepções de um Contrato Racial na trajetória educacional dos Negros no Brasil: um estudo a partir da Representatividade dos Negros no município de Concórdia, SC” demonstrou os processos que envolvem o acesso aos aspectos

educacionais, culturais e sociais dos negros no Brasil. Sendo possível perceber a existência de um Contrato Racial nessas relações, nas quais prevaleceu a dominação dos colonizadores sobre os colonizados. A sociedade atual é um reflexo desse processo de subjugação e desvalorização da população negra.

Um ponto de encontro entre as falas foram o de que a trajetória de vida é carregada de luta, nunca sendo simples e fácil. A educação teve e consegue transformar a realidade das pessoas, devendo ser um espaço de luta contra o preconceito, racismo e desigualdades, além de ser um lugar de oportunidade e conhecimento.

As pesquisas de cunho científico, com abordagem sobre a história e a cultura da população negra concordiense, têm construído novas narrativas e lugares de fala. Que se mostram relevantes para compreender a atual conjuntura dos negros no Brasil e a importância do acesso à educação e políticas públicas que corrijam as desigualdades existentes.

O benefício relacionado à colaboração desta pesquisa foi o resgate da representatividade dos negros em Concórdia (SC), a construção do conhecimento da população negra sobre a história, a cultura e o racismo, e as implicações das políticas públicas educacionais dos negros. Esse processo terá continuidade por meio de discussões em espaços como a NIARA e o ambiente escolar, nos quais podem ser mostradas aos educandos e educadores, produções científicas com essa magnitude.

Não apenas nesse caso de racismo seguido de morte, como em outros acontecimentos que ocorrem cotidianamente em nossas cidades e nas comunidades pelo Brasil. O racismo é algo que aflige a sociedade contemporânea, apresenta uma história árdua, com violência e conflitos que persistem a assolar o mundo. A cor da pele ainda influencia a dinâmica da sociedade em várias partes do hemisfério sul e norte, por isso precisamos produzir pesquisas e realizar debates sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Editora: Estatísticas Sociais, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- AGÊNCIA IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece**. Editora: Estatísticas Sociais, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>. Acesso em: 17 out. 2020.
- AGÊNCIA IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE mostra as cores da desigualdade** Editora: Revista Retratos, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 17 out. 2020.
- ABREU, Marta. Canções Escravas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 130-136.
- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Localização do município de Concórdia, em Santa Catarina e no Brasil**. 2019. Disponível em: <<Image:SantaCatarina MesoMicroMunicip.svg>>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- ACIC – Associação Empresarial de Concórdia. **Caderno de Informações Socioeconômicas do Município de Concórdia – SC**. Ano 2, 2015.
- ALADRÉN, Gabriel. Escravidão e alforria na América Portuguesa. In: DANTAS, Carolina V; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Org.). **O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1. ed. 2012, p. 23-32.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia Pizauro. **Implementação da Lei 10.639/2003 – Competências, habilidade e pesquisas para a transformação social**. São Paulo: Proposições, v. 28, n.1 (82), 2017, p. 55-80.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. História de Concórdia: migração italiana e desenvolvimento socioeconômico a partir da pequena propriedade. In: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. 1. Ed. Concórdia: Universidade do Contestado; HISED, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011-2020). Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, 2011a. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto_de_lei_do_plano_nacional_de_educacao_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6957506

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 mai. de 2019.

BRASIL, 1988. In: FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. **Políticas Públicas de Educação no Brasil: Reconfigurações e Ambiguidades**. Avaliação de Políticas Públicas. Lígia Mori Madeira (Org.). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A Linguagem Escravizadora: língua, história, poder e luta de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: USP, Feusp, 2005.

CARVALHO, Igor. **Weintraub revoga portaria que estabelecia cotas nos cursos de pós-graduação**. São Paulo: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/weintraub-revoga-portaria-que-estabelecia-cotas-nos-cursos-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAVES, Gisele M; FERNANDES, Antonia T. C. **Educação da população negra no Brasil: dificuldades e mecanismos de resistência ao longo da história**. São Paulo: USP, 2017.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Menos Estado e mais mercado**. Instituto Millenium: 2014. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/menos-estado-mais-mercado/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

COSTA, João F. **História e Cotidiano, perspectivas da questão dos negros e das negras no Brasil**. Projeto Escola de Fábrica: ASSERS, 2005.

CURY, Carlos R. J. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Séculos XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Diário Oficial da União. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Brasília, 11 dez 2019. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/12/2019&jornal=604&pagina=1>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

DORNELAS, A. V. et al. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017.

FONSECA, Marcus V.; SILVA, Carolina M. N.; FERNANDES, Alexsandra B. **Relações étnicas raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FRANCO, Marielle. In: PITASSE, Mariana. Entrevista. **Brasil de Fato**. p. 1, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/marielle-franco-or-ser-mulher-negra-e-resistir-e-sobreviver-o-tempo-todo>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRÄFF, Patrícia. **Identidade Culturais na Educação escolar: estratégias de governamento identitário**. Unisinos: São Leopoldo (RS), 2017, p. 207):

GUARNIERI, Fernanda V.; SILVA, Lucy L. M. **Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, maio/agosto de 2017: p. 183-193.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2005.

G1. **Após decisão da Justiça**, governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares. 12 dez. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/12/governo-suspende-nomeacoes-dos-presidentes-da-fundacao-palmares-e-iphon.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

G1; TREVIZA, Karina; BRIDI, Gabriella Bridi; Globonews. **Negros na liderança: debates sobre desigualdade racial crescem, mas falta de referências ainda é barreira para profissionais**. 10 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/10/negros-na-lideranca-debates-sobre-desigualdade-racial-crescem-mas-falta-de-referencias-ainda-e-barreira-para-profissionais.ghtml>>. Acesso em: 17 out. 2020.

HÖFLING, Eloisa M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, p. 30–41, nov. 2001

HOUAISS, Antônio. **Pequeno Dicionário Enciclopédico**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1982.

INTEGRAÇÃO. *Jornal da FAFI*. Ano: II, n 03, jun. 1988.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil / Santa Catarina / Concórdia**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/concordia/panorama>> Acesso em: 9 jan. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. **Diretoria de Pesquisas, DPE**. 2012. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

Instituto Veredas. **Depois da Abolição, Estado sofisticou mecanismos de exclusão**, diz historiadora. Plataforma Brasil de Direitos. 2020. Disponível em: <<https://www.veredas.org/single-post/2020/06/02/Depois-da-Aboli%C3%A7%C3%A3o-Estado-sofisticou-mecanismos-de-exclus%C3%A3o-diz-historiadora>>. Acesso em: 30 out. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011, p. 39.

LEITE, Ilka B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade e segregação. In: LEITE, Ilka B. (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. São Paulo: Novos estudos – CEBRAP, n°.87, p. 77-95, jul, 2010.

MACIEL, Marciane. **Reorganização do Ensino de Matemática no Ciclo de Alfabetização: Avaliação das influências do PNAIC**. Chapecó: UFFS, 2017.

MAESTRI, Mário. **A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. I – Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: **Seminário Internacional “Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico de Escravos, Relações Sociais no Mundo Português”**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun., 2006.

MENESES, Paulo. **Etnocentrismo e Relativismo Cultural**: algumas reflexões. Universidade Católica de Pernambuco: Revista Symposium, Ano 3. Número Especial, dez. 1999.

MILLS, Charles W. **O Contrato de Dominação**. Meritu: Belo Horizont, p. 15-70, jul./dez. 2013.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Cornell University Press: Ithaca and London, Cornell Paperbacks, 1997, p. 1 a 180. Disponível em: <http://sfbay-anarchists.org/wp-content/uploads/2015/01/Mills_CharlesW-The-Racial-Contract.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

Ministério da Educação – MEC (2005). **MEC lança programa para afrodescendentes**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2688:sp412178550&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Ministério da Educação – MEC (2007). **Lei obriga ensino de história e cultura afro**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=9403:sp-482745990>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Ministério da Educação – MEC (2018). **Museu da memória afro contará a história dos negros no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34019-cultura-afro-brasileira>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Ministério da Educação – MEC (2020). **Educação para as relações étnico-Raciais**. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Ministério da Saúde (2020). **Sobre a doença**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das nações de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 15 out. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NIARA. **Estatuto da organização civil de interesse público** – OSCIP. 2009, p. 1-8.

Notícias Brasil. **Unesco reconhece capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. 2019. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/unesco-reconhece-capoeira-como-patrim%C3%B4nio-cultural-imaterial-da-humanidade/a-18090747>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

Notícia Hoje. **Frase “Fora Gorilas Haitianos” escrita em ponto de ônibus mostra preconceito**. 2016. Disponível em: <<https://noticiahoje.net/frase-fora-gorilas-haitianos-escrita-em-ponto-de-onibus-mostra-preconceito/>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

PETRUCCELLI, José L. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José L; SABOIA, A. L. **Características Étnicos-Raciais da População: Classificações e Identidades**. Rio Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, 2013.

PIRES, Antônio L. C. S; SOARES, Carlos E. L. Capoeira na Escravidão e no Pós-Abolição. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 137-143.

PNE – Plano Nacional de Educação. **O Plano Nacional de Educação**. Observatório do PNE, 2018. Disponível em: < <https://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

REGINALDO, Lucilene. Irmandades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 268-274.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros**. Unochapecó, Cadernos do CEOM. Ano 19, n. 23, 2014, p. 37-71.

REIS, Larissa. **Propostas e desafios frente a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03**. Portal Geledés: 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/propostas-e-desafios-frente-a-aplicabilidade-da-lei-no-10-639-03/>>. Acesso em: 09 out. 2020.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Francisco D. M. **Retratos da População de Concórdia - Os Afrodescendentes**. Concórdia: Assessoria de Comunicação Social, 2007.

RIBEIRO, Vivian S. **A interação haitiana em Concórdia/SC**. Chapecó: UFFS, 2018.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília, 2005.

SANTOS, Claudécir Dos. Políticas educacionais brasileiras e as incompatibilidades de leis entre os entes federados: observações sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a formação e(m) tempo integral. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 37, p. 127-142, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/viewFile/3670/3009>.

SANTOS, Jocéli D. G. **A Lei 10.639/03 e a Importância de sua implementação na Educação Básica**. 2010. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Séculos XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 29-38.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SED - Secretaria de Estado da Educação. Governo de Santa Catarina. **Núcleo de Estudos Afrodescendentes – NEAD**. 2020. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/conselhos-foruns-e-nucleos/16996-nucleo-de-estudos-afrodescendentes-nead>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

Superior Tribunal da Justiça. **Suspensão de Liminar e de Sentença**. 11 fev. 2020.

Disponível em:

<<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/documentos/noticias/SLS%202650.pdf>>.

Acesso em: 22 fev. 2020.

SYMANSKI, Luís C. Pereira. Cultura Material/Arqueologia da Escravidão In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 176-182.

TOKARNIA, Mariana. **Educação reforça desigualdade entre brancos e negros, diz estudo**. Agência Brasil, Brasília, 2016. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

TREVISOL, Joviles V.; MAZZIONI, Lizeo. **A universalização da educação básica no Brasil: o longo caminho**. Unoesc: Revista Roteiro, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA, Alfredo Neto. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 13 a 38.

VIANA, Larissa. Festas e Irmandades negras no Brasil. In: DANTAS, Carolina V; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Org.). **O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 45-54.

XAVIER, Juarez T. P. **Escravidão [388] + Abolição [130] = Desumanização Negra [518]**. Portal Geledés: 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/escravidao-388-abolicao-130-desumanizacao-negra-518/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

WISSENBACH, Maria C. C. Letramento e Escolas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 292-297.

APÊNDICE A – Entrevista com a população negra

Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó
Programa de Pós-Graduação - Curso de Mestrado em Educação
Acadêmica: Bruna Marcos Velho
Título: Percepções de um Contrato Racial na Trajetória Educacional dos Negros no Brasil: Estudo a partir da Representatividade dos Negros no município de Concórdia (SC)

Nome do Entrevistado (a): _____ Idade: _____
 Como você se autodeclara: () Branco () Pardo () Preto () Amarelo () Indígena

BLOCO – FAMILIAR (1 a 3)

1. Em relação a sua trajetória de vida no município de Concórdia, como você a define: a) nasceu nessa cidade; b) nasceu em outra cidade. Em caso positivo, em qual cidade e com quantos anos veio morar em Concórdia; c) constituiu família no município de Concórdia?
2. Você já vivenciou algum tipo de preconceito em decorrência da cor da pele em seu ambiente familiar?

BLOCO – EDUCAÇÃO (4 a 6)

3. Sobre sua trajetória escolar, você concluiu todos os níveis educacionais (educação básica e ensino superior)? Se não concluiu algum dos níveis educacionais, qual foi o motivo?
4. Você acredita que o acesso e a permanência educação é um fator de ascensão social? Por quê?
5. Você tem conhecimento sobre alguma política pública educacional para os negros, da qual você ou algum familiar/amigo já utilizou?

BLOCO – PROFISSIONAL (7 e 8)

6. Qual setor profissional você atua:
 () educacional () segurança () saúde () comércio () indústria () político () religioso Outro: _____

BLOCO – GERAL (9 e 10)

7. Como você percebe e interpreta as questões relacionadas ao racismo no município de Concórdia?
8. Você conhece espaços ou organizações que tratam da cultura negra no município?

Você gostaria de sugerir algum tema relacionado a população negra para debate na sociedade concordiense?

APÊNDICE B – Entrevista: Organização Negra de Concórdia (NIARA/OSCIP)**Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó****Programa de Pós-Graduação - Curso de Mestrado em Educação****Acadêmica: Bruna Marcos Velho****Título: Percepções de um Contrato Racial na Trajetória Educacional dos Negros no Brasil: Estudo a partir da Representatividade dos Negros no município de Concórdia (SC)**

Nome do Entrevistado (a): _____ Idade: _____

Como você se autodeclara: () Branco () Pardo () Preto () Amarelo () Indígena

Qual segmento da sociedade concordiense você atua: _____

Função na Niara: _____

1) Enquanto representante de um grupo étnico (negros) como você analisa a representatividade dos negros no município de Concórdia (SC)?

2) Como você observa o papel da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação de Concórdia (SC) e de outras instituições ligadas as questões culturais e educacionais, em relação as questões dos negros?

3) A Niara tem atuado em que segmentos da sociedade concordiense?

4) Quais são e como são realizadas as atividades que visam a valorização da população negra? Que avaliação você faz dessas atividades?

5) Na atual conjuntura, como você analisa as políticas públicas dos negros?

6) Qual é o seu entendimento do processo histórico sobre o ingresso dos negros à escola?

Você gostaria de sugerir algum tema relacionado a população negra para debate na sociedade concordiense?

**APÊNDICE C – Entrevistas: Secretaria de Municipal de Educação e Coordenadoria Regional
de Educação**

Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó
Programa de Pós-Graduação - Curso de Mestrado em Educação
 Acadêmica: **Bruna Marcos Velho**
 Título: **Percepções de um Contrato Racial na Trajetória Educacional dos Negros no Brasil: Estudo a partir da Representatividade dos Negros no município de Concórdia (SC)**

Nome do Entrevistado (a): _____ Idade: _____
 Como você se autodeclara: () Branco () Pardo () Preto () Amarelo () Indígena
 Qual segmento da sociedade concordiense você atua: _____
 Função na secretaria de educação: _____
 Qual é o seu grau de escolaridade: _____

BLOCO - POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL (1 a 3)

1. Como representante público do Município de Concórdia (SC), como você analisa a legalidade da Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas brasileiras.
2. Como a Lei exposta acima é colocada em prática dentro do município de Concórdia (SC):
3. Qual é a importância das políticas públicas na área da educação?

BLOCO – EDUCAÇÃO (4 a 6)

4. Como a Secretaria de Educação tem atuado em temas sobre a diversidade étnica?
5. Qual é o seu entendimento do processo histórico sobre o ingresso dos negros à escola?
6. Você acredita que o acesso e a permanência educação é um fator de ascensão social ou pode modificar a vida das pessoas? Por quê?

BLOCO – NEGROS (7 e 8)

7. Quais são e como são realizadas as atividades que visam a valorização da população negra? Que avaliação você faz dessas atividades
8. Como você percebe e interpreta as questões relacionadas ao racismo no município de Concórdia?

Você gostaria de sugerir algum tema relacionado a população negra para debate na sociedade concordiense?

**ANEXO B – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições envolvidas –
NIARA/OSCIP**

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para o desenvolvimento de Pesquisa em nível *Stricto Sensu*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Em Educação (Mestrado Em Educação) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Chapecó,

ARY JUNIOR BARREIROS DE SILVA,
representante legal da NIARA – Organização civil de interesse público – OSCIP do município de Concórdia, SC, envolvida no projeto de pesquisa intitulado: **PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS NEGROS NO BRASIL: ESTUDO A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

— declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. Tendo a NIARA – Organização civil de interesse público – OSCIP de Concórdia (SC) como parte da pesquisa e, sendo ela de natureza bibliográfica, documental e técnica qualitativa, nessa etapa do estudo serão realizadas entrevistas com representantes dessa instituição, com o propósito de problematizar questões referentes a temática em estudo.

Bruna Marcos Vello

Assinatura do Pesquisador Responsável (Mestrando)

Cláudio dos Santos

Assinatura do Professor Orientador da Pesquisa

[Assinatura]
Assinatura do Coordenador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação
Campus Chapecó

[Assinatura]
Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Chapecó, 31 de maio de 2019

ANEXO C – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições envolvidas – Secretaria municipal de Educação de Concórdia (SC)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para o desenvolvimento de Pesquisa em nível *Stricto Sensu*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Em Educação (Mestrado Em Educação) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Chapecó,

Neuza Corina
representante legal da Secretaria Municipal de Educação do município de Concórdia, SC, envolvida no projeto de pesquisa intitulado: **PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS NEGROS NO BRASIL: ESTUDO A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA** — declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. Tendo a Secretaria Municipal de Educação de Concórdia (SC) como parte da pesquisa e, sendo ela de natureza bibliográfica, documental e técnica qualitativa, nessa etapa do estudo serão realizadas entrevistas com representantes dessa instituição, com o propósito de problematizar questões referentes a temática em estudo.

Bruna Moraes Vello
Assinatura do Pesquisador Responsável (Mestrando)

Claudecir dos Santos
Assinatura do Professor Orientador da Pesquisa

[Assinatura]
Assinatura do Coordenador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação
Campus Chapecó

[Assinatura]
Assinatura e Carimbo Responsável da Instituição

Chapecó, 30 de maio de 2019

**ANEXO D – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições envolvidas –
Coordenadoria Regional de Educação**

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para o desenvolvimento de Pesquisa em nível *Stricto Sensu*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Em Educação (Mestrado Em Educação) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Chapecó,

Paulo Rogério De Rossi,
representante legal da Secretaria Estadual de Educação do município de Concórdia, SC, envolvida no projeto de pesquisa intitulado: **PERCEPÇÕES DE UM CONTRATO RACIAL NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS NEGROS NO BRASIL: – ESTUDO A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA –**

declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. Tendo a Secretaria Estadual de Educação de Concórdia (SC) como parte da pesquisa e, sendo ela de natureza bibliográfica, documental e técnica qualitativa, nessa etapa do estudo serão realizadas entrevistas com representantes dessa instituição, com o propósito de problematizar questões referentes a temática em estudo.

Bruno Marcos Velloso

Assinatura do Pesquisador Responsável (Mestrando)

Claudio dos Santos

Assinatura do Professor Orientador da Pesquisa

[Assinatura]

Assinatura do Coordenador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação
Campus Chapecó

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Paulo R. De Rossi
Gerente de Educação
Agência de Desenvolvimento
Regional Concórdia
Matrícula 301.436-3-04

Chapecó, 31 de maio de 2019

ANEXO E – Quadro 9: Categoria do Racismo – Preconceito pela cor da pele

Entrevistado	Narrativas
E1	Se pensar na minha filha pequena, ela já me pediu porque tenho está cor, mas eu acredito que ela não tenha idade e nem bagagem para entender. Então, penso que pelo fato de ser uma criança também é manipulada pelo externo e pelo que as pessoas dizem, não posso dizer que tenha sofrido por ela. Mas dentro da minha família eu posso dizer que sim, não comigo, a minha família no lado do meu pai é branca e a minha tia por exemplo, não foi nem no casamento dos meus pais, porque minha mãe era negra.
E2	Já sofri preconceito em meu ambiente familiar, por descuido, por desconhecimento, por brincadeiras de mau gosto.
E3	Na região existe bastante, por questão de costume de preconceito, as vezes não é por maldade. Então, as vezes as pessoas falam uma coisa: como o “buguinha”, para minha cidade seria preconceito, tipo chupim para um negro. Eu vejo bastante gente falando isso, mas dentro da minha casa eu procuro não deixar. Outro preconceito é na divisão dos bairros no município, onde tem muitas pessoas pobres e a cor de pele mais escura, nos bairros mais pobres.
E4	Familiar não, porque até eles não me acham negro, interessante né. Eu fui dar aula e ela não gostava de mim, não me tratava muito bem e a turma também não, e um dia ela disse para mim: você não gosta de mim porque eu sou negra, e eu disse: como eu posso não gostar de você, se eu também sou, meu também é. Eles eram muito racistas, mas eles tinham uma coisa comigo, depois que gostaram de mim, eu não era mais negra, eu era morena, aí depois eu fiquei a professora morena bonita. Mas se você cai na questão do preconceito e do racismo, e a pessoa cai nesta questão que ela é inferior, mas se você está ali para ser o que você é e mostrar o seu trabalho, construir o seu espaço, é isso que falta para os negros olhar o que você é e parar de pensar no que outro pensa ao seu respeito.
E5	No ambiente familiar não, mas em outros ambientes sim. Preconceitos de ditados populares, como “serviço de preto” ou passar na rua e escutar “a negrada”, não de ver uma pessoa falar diretamente e xingar as pessoas. Mas comentários entre pessoas, com falas preconceituosas sim, aqui em Concórdia.
E6	Já ouvi da minha avó, falas do tipo: você nem é negra, você é no máximo mulata, mas você é mais clara do que eu. Então, sempre termos como que ser preto, fosse um coisa ruim, sempre tentavam me tirar desse lugar, eu sempre me autodeclarei como negra e preta.
E7	No meu ambiente familiar não, mas já presenciei com outras pessoas. Tipo, pessoas brancas chamando outras pessoas negros, e “negro sujo”, eu já vi, mas comigo não.
E8	Não na família, mas já no ambiente escolar, no meio de turma, quando eu era menor, porque agora já é algo comum você ser diferente dos outros. Era frase tipo como: por causa da tua cor, você não vai chegar a lugar nenhum, coisas assim, pelos meus próprios colegas.
E9	Comigo não. Mas já vi o pessoal passar por isso, até no local onde eu trabalho um cara matou o outro por causa da cor da pele.
E10	Não, nunca tive estes problemas. Eu nunca presenciei nada disso, só quando eu estudava no Deodoro e no Colégio São José, que era o nome na época, eu não

	gostava muito do meu cabelo, eu tinha vergonha do meu cabelo, mas não que alguém me dissesse, era uma coisa minha.
E11	Pela família da minha esposa por ser descendente de alemães, sempre há aquelas brincadeiras pejorativas. No passado bem mais, mas de tanto refletir e discutir eles foram mudando. Mas aqui na igreja sim, porque de certa forma a gente lida com pessoas oriundas de alemães e italianos, muitas vezes pessoas mais escuras do que eu, mas não se identificam como pardos, porque são italianos e alemães. Mas já ouvi várias brincadeiras da cor como algo pejorativo ou que desqualifica, apesar de eu não me considerar negro, porque eu não sofro tudo que uma pessoa preta sofre, a gente percebe como isso é muito forte e cultural, principalmente na região destas colonizações, isso é muito forte.
E12	Com certeza sim, já presencie na família, nas empresas e empregos que eu tive. É muito curioso como se dá está prática, eu nunca presencie alguma ofensa verbal na frente da pessoa, por exemplo nas práticas racistas, mas é sempre uma piada, um comentário, uma provocação que surge, quando a pessoa não está presente.
E13	Para ser bem sincero dentro da minha família nunca aconteceu, eu sou um dos mais claros dentro da minha família. Mas já vi sim, acontecer com outras pessoas e já pode ter acontecido, mas eu nunca levei como uma certa ofensa. Sim já aconteceu pela origem de religião, aconteceu muito, mas a gente leva não como uma ofensa, porque não vai adiantar de certa forma.
E14	É difícil viver em Concórdia e não ter sofrido sequer uma vez um ato de racismo, talvez estrutural ou físico. Para responder sua pergunta sim eu já sofri.
E15	Não, eu nunca presencie uma realidade de racismo ou de preconceito desta natureza na minha trajetória de vida até então.
E16	Eu venho de uma família onde minha mãe e os meus irmãos são brancos, o meu pai era pardo, eu fui a única que vim parda. E os meus irmãos desde a infância assim, tinha brincadeiras que eu fui adotada e fui encontrada em uma lata de lixo, as próprias pessoas também tem está percepção. Sempre que estou junto da minha família eu percebo um olhar de estranhamento, pelo fato de eu ter a cor da pele mais escura.
E17	O pior preconceito que tem nesta região é preconceito velado, onde as pessoas sem conhecer a figura que eu exercia, como Comandante da Polícia Militar. Eles me olhavam com certo receio, a partir do momento que eles sabiam que eu era o comandante, uma autoridade, uma pessoa importante da sociedade, mudava totalmente a conduta.
E18	No familiar não, mas em outro ambiente sim. Sempre tem as piadinhas né, como eu tinha o cabelo enrolado, é cabelo de negra, neste sentido, pela cor da pele, nada assim grave. Eu senti que tem e é aquele preconceito velado, mas nada grave e que me abalasse.
E19	No ambiente familiar não sei exatamente, porque a memória costuma amortecer, mas quando mais nova existiam deboches ou dicas para alisar os cabelos, e fora do ambiente familiar, sim sofri. Quando na escola, com 5 anos, minha professora tirou todas as canetas coloridas da minha caixa, e eu passei o ano pintando com as cores marrom/preta/azul escura.
E20	Quando cheguei aqui, por duas vezes compararam a minha cor com a do meu esposo que é branco, bem sutil. São coisas tão sutis ou olhares, que não consigo detalhar.
E21	Na família não, principalmente por causa desta diversidade que nós temos é muito, tem muito disso irmão brancos, morenos e pardos. Em outro ambiente

	muito, desde pequeno até hoje.
E22	É triste dizer, mas sim, por várias vezes e ainda insiste por este tal preconceito mascarado. Mas que a gente sabe que é, eu aqui mesmo, em outros estados, mas aqui em Santa Catarina bastante e aqui em Concórdia a cada pouco a gente sofre alguma coisa. Mesmo que indiretamente, mas a gente sabe que ali eles pensam: aqui não é o seu lugar, umas coisas bem toscas. Tanto que hoje eu buscou muito o meu espaço, mas tem gente que olha e pensa: “eu não vou contratar ela, vou contratar está por é da nossa terra e essa é daqui”, eu acho que isso é muito triste.
E23	Já vivenciei e sofri muito racismo, quando atleta, pois era jogador de bola e na empresa onde trabalhava. Pois na época era conciliado trabalho com o esporte e ainda ocorre o racismo, mas não com tanta frequência como antigamente.
E24	Sim, eu já sofri diversas formas de racismo, inclusive eu lembro que reconhecia aquilo como racismo, mas não foi a primeira vez que tinha sofrido racismo e não foi a última. Mas a primeira vez que eu reconheci que aquilo era racismo, eu estava no meu quinto ano e um garoto me xingou, só que ele xingou usando a cor da pele, olhou para mim e falou: cala boca urubu, por conta da minha cor de pele.
E25	Tristemente sim, já vivenciei e fui vítima de situação de preconceito racial. Em escolas que estudei, em situações de estar na rua ou coisa assim, de ser xingado de macaco, de nomes pejorativos, macaco, negrinho, bugue é uma forma de tratamento ruim.
E26	No ambiente familiar não, pois somos na maioria da mesma etnia, mas no trabalho sim. Então, certo dia entrei em uma loja para comprar um presente, aí veio a vendedora e me perguntou o que realmente eu queria, aí expliquei para ela, nisso entra uma madame aqui de nossa cidade, elas me olham dos pés à cabeça e saíram, não se importando comigo. No meu trabalho foi assim, a cliente chegou e perguntou, gostaria de falar com a proprietária do café, respondi sou eu, a pessoa me olhou e disse você, achei que era outra pessoa. Na hora deu para perceber a indignação da pessoa, claro fiquei chateada.
E27	Sim em várias ocasiões, no trabalho, na escolar, porém no âmbito familiar não.
E28	Em relação a viver qualquer tipo de preconceito a cor da minha pele, por mais que a gente não admita isso acontece vinte quatro horas do dia, o tempo todo. Seja quando você senta no ônibus e alguém se levanta pra não ficar ao seu lado, seja quando você se aproxima de qualquer pessoa e ela abraça a bolsa com medo de ser roubada ou assaltada ou até mesmo quando alguém fica assustado. Só por você chegar perto, sem esboçar nenhum tipo de som de sua voz ou qualquer tipo de ameaça, seja direta ou indiretamente.
E29	Sim, eu já escutei, não dentro da minha família, mas no ambiente profissional, fora também. Porque quando a gente joga futebol, eu já escutei muito. Algum idiota ou outro, que contava piada, gostavam de contar muita piadinha de preto. Mas eu também já rebato. Eu não deixo barato, já mostra que o meu perfil é este e minha forma de escarar é esta.
E30	Depois que uma amiga entrou no movimento negro a gente foi se dar conta. Mas eu fui me dar conta de que eu era negra, quando eu vim morar para Concórdia, até então, eu nunca tinha percebido que eu era diferente. No Rio a minha mãe era altamente racista, meu pai era preto e ela sempre dizia você tem o cabelo da família do teu pai, teu cabelo é horrível, eu me criei fazendo toca no meu cabelo.